

## ARTIGOS

- ✓ AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO EM CLASSE HOSPITALAR
- ✓ VALORES HUMANOS E EMPRESAS
- ✓ AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E O ADOLESCENTE INFRATOR
- ✓ ESCLARECENDO CONCEITOS E IDENTIFICANDO POSSIBILIDADES SOBRE DISLEXIA
- ✓ MODERNIDADE: UMA LEITURA A PARTIR DE MARSHALL BERMAN E OUTROS MODERNOS
- ✓ DETERMINANTES DO DESEMPREGO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990
- ✓ A RAZÃO INSTRUMENTAL DA MÍDIA JORNALÍSTICA SOB O PRISMA DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE

## RESENHA CRÍTICA

- ✓ O HOMEM QUE VIROU SUÇO



EDITORIAL.....	03
<b>ARTIGOS</b>	
AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO EM CLASSE HOSPITALAR.....	04
VALORES HUMANOS E EMPRESAS.....	17
AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E O ADOLESCENTE INFRATOR.....	23
ESCLARECENDO CONCEITOS E IDENTIFICANDO POSSIBILIDADES SOBRE DISLEXIA.....	32
MODERNIDADE: UMA LEITURA A PARTIR DE MARSHALL BERMAN E OUTROS MODERNOS.....	39
DETERMINANTES DO DESEMPREGO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.....	46
A RAZÃO INSTRUMENTAL DA MÍDIA JORNALÍSTICA SOB O PRISMA DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE.....	50
<b>RESENHA CRÍTICA</b>	
O HOMEM QUE VIROU SUÇO.....	61

## CIÊNCIA & COTIDIANO

ISSN: 2236-3394 REVISTA CIENTÍFICA

EDITOR  
DANIEL L. OLIVEIRA

CONSULTOR CIENTÍFICO E EDITORIAL  
DRº DIMAS LUCENA

PROJETO GRÁFICO  
NELSON P. NETO

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
JOSÉ ALVES VIEIRA DRT 627 - PB

CONTATO PUBLICITÁRIO  
revista@cbpex.com.br

Disponível em: [revista.cbpex.com.br](http://revista.cbpex.com.br)

Ano 3 - número 3 - Dezembro de 2014  
ISSN 2236-3394

Normas para Publicação de Artigos Científicos em  
CIÊNCIA & COTIDIANO

1. Os textos devem conter no máximo 15 laudas, redação em português, acompanhada de resumo [cerca de 250 palavras] em português. Idéias e conceitos neles contidos são de responsabilidade de seus autores. 2. O título do texto deve ser redigido em português, seguido do nome de seu(s) autor(es), com breve apresentação [à guisa de currículo] em notas de rodapé. 3. Cabe à produção editorial deste veículo, analisar e emitir parecer quanto a publicação de matéria. 4. Seus autores deverão ser assinantes da Revista CIÊNCIA & COTIDIANO. 5. Os pedidos para publicação devem ser expressa e formalmente requeridos à produção editorial deste veículo, com uma cópia enviada para o email: [revista@cbpex.com.br](mailto:revista@cbpex.com.br).

Mais informações:  
Fone: (83) 3243-0466  
Site: [revista.cbpex.com.br](http://revista.cbpex.com.br)

Uma Produção da CBPEX - Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão e  
FABEX - Faculdade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

## CONSELHO CIENTÍFICO

Drª Ana Mª Coutinho Bernardo - Doutora pela UFPE

Drª Bagnólia Araújo da Silva - Doutora pela UNIFESP/EPM

Dr. Carlos Alberto J. da Costa - Doutor pela UFRN

Dr. Dimas Lucena de Oliveira - Doutor pela UFPB

Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio - Doutor pela UFPB

Dr. Gerson Cruz de Santana - Doutor pela Universidade de Paris - Sorbonne - França

Dr. Isac Almeida de Medeiros - Doutor pela Universidade Strathclyde - Escócia

Ms. Homero Gustavo C. Rodrigues - Mestre pela UNICAMP

Dr. José Augusto Peres - Doutor pela Univ. de Salamanca - Espanha

Drª Otaviana Maroja Jales da Costa - Doutora pela UFRN

Dr. Paulo ileno Cysneiros - Doutor pela Syracuse University - USA

Drª Paula Francinette - Doutora pela Univerce Luiz Pastel - França

Dr. Roberto Teixeira Lima - Doutor pela USP

## EDITORIAL

A produção científica necessita estar conectada numa perspectiva política e social. É necessário que o conhecimento gerado seja fonte capaz de trazer respostas aos desafios da sociedade. O ato de produzir ciência também é percebido como um ato político, se constrói dentro da experiência existencial do indivíduo enquanto sujeito histórico, produto e produtor de cultura. Uma ciência que contribua para a compreensão do mundo. E que igualmente contribua para transformá-lo através de uma prática humanitária compromissada, ética e consciente.

É fundamental superar a concepção de ciência explicativa, observadora, neutra, imparcial, distanciada da realidade, que a educação dominante e tradicional tenta fazer valer. Também é fundamental socializar o conhecimento produzido, gerando leituras e inspirando novas produções, soluções e mudanças.

Nesse sentido, a Revista Ciência e Cotidiano se torna um veículo para essa produção científica, divulgando e gerando leituras importantes para a sociedade. Aliás, a leitura é a porta de entrada para o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, infelizmente a realidade social brasileira fratura esse acesso, fragilizando a possibilidade de uma cidadania ativa e transformadora.

O conhecimento aqui divulgado se inspirou no cotidiano, esperamos gerar leituras consistentes e inspiradora de novos caminhos. Produza ciência e divulgue, as páginas estão abertas, traga mais significados para a existência dessa revista.

*Dimas Lucena*

## ARTIGO

► Anazélia Franca Lira

# AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO EM CLASSE HOSPITALAR





**RESUMO:** O objetivo deste estudo foi refletir sobre a possível contribuição do psicopedagogo no ambiente da classe hospitalar, através de revisão literária. O processo desta investigação desenvolveu-se em várias fases como proposta abordar e compreender os aspectos históricos e conceituais da classe hospitalar, apresentar a psicopedagogia hospitalar e identificar possibilidades de atendimento psicopedagógico em classe hospitalar. A análise da investigação embasada em todo estudo teórico, permite o reconhecimento da importância da intervenção do psicopedagogo no contexto hospitalar e principalmente na área da classe hospitalar. O trabalho do psicopedagogo no espaço da classe hospitalar tem várias finalidades como dar continuidade ao processo de escolaridade mediante as vicissitudes de uma hospitalização, favorecer o desenvolvimento da aprendizagem interrompido por condições de doença, prevenir problemas de aprendizagem, como também evitar o fracasso escolar e a perda do ano letivo. Enfim, o trabalho do psicopedagogo é de fundamental importância do ambiente da classe hospitalar, por oferecer aos pacientes um atendimento diferenciado, humanizado para o desenvolvimento da escolaridade, através do processo de adaptação escolar no contexto hospitalar.

**Palavras Chaves:** Classe Hospitalar, Psicopedagogia, Processo de Aprendizagem.

**ABSTRACT** – *The aim of this study was to reflect on the possible contribution of the educational psychologist in the hospital class environment through literature review . The process of this research was developed in several phases as proposed approach and understand the historical and conceptual aspects of the hospital class, present the hospital educational psychology and educational psychology identify opportunities for care in hospital class . The analysis of research grounded in any theoretical study allows the recognition of the importance of the intervention of the educational psychologist in the hospital context and especially in hospital class. The work of the educational psychologist in the hospital class space has various purposes like to continue the process of education through the vicissitudes of a hospitalization , foster the development of learning disrupted by disease conditions , prevent learning problems , as well as preventing school failure and loss the school year. Finally , the work of the educational psychologist is of fundamental importance from the hospital class environment, offering patients a differentiated , humane care for the development of education , through the process of school adjustment in the hospital context .*

**Keys words:** Hospital Class, Psychoeducation, Learning process.

A ampliação das comunicações sobre o trabalho em classe hospitalar está sendo veementemente discutida, atualmente, entre os profissionais que desejam ter pacientes hospitalizados, e favorecê-los que sejam eles crianças e/ou adolescentes, com a oportunidade de continuar tendo uma educação durante sua internação.

A classe hospitalar é uma intervenção que ultrapassa o aspecto cognitivo; é algo humanizador, como também uma oportunidade de intervenção que foca o indivíduo como sujeito atuante de vários contextos, para além do doente em processo de hospitalização, pois considera também, seu contexto familiar e escolar. A equipe de trabalho na classe hospitalar deve ter uma visão diversificada dos conhecimentos do ensino-aprendizagem, além do compromisso e respeito psicoemocional do sujeito “fragilizado”. Esta precisa lidar com as queixas apresentadas, os imprevistos, as perdas, as dores, os sofrimentos, procedimentos invasivos e a sua própria ansiedade diante do trabalho realizado, assim como do paciente em processo de internação.

O profissional não deve se restringir apenas ao aspecto intelectual, mas sim ir além, desenvolver as capacidades do sujeito, evitar o bloqueio de suas possibilidades, investigar quais os melhores recursos utilizados para aprender, observar que significado o indivíduo dá à aprendizagem, qual o papel da família diante do ensinamento escolar e como este paciente encontra-se emocionalmente.

A atuação do psicopedagogo em ambiente da Classe Hospitalar é algo novo, ainda em construção e que necessita de pesquisas e de divulgação de relatos das experiências vivenciadas pelos profissionais com crianças e jovens hospitalizados, com diversas patologias tais como: câncer, AIDS, traumatismos, cardiopatias, doenças infecciosas, agudas e crônicas entre outras.

A ampliação das comunicações sobre o trabalho em Classe Hospitalar será relevante como exemplos para outros profissionais e também como orientação para o acompanhamento psicopedagógico realizado em hospitais, quaisquer que sejam os espaços: apartamento, enfermaria, brinquedoteca, UTI, contextos de tratamentos especializados como para pacientes em quimioterapia, ou seja, no local mais adequado para o paciente.

Frente ao quadro que geralmente se delineia num processo de internação hospitalar, faz-se necessário um trabalho interdisciplinar para atender aos processos da aprendizagem (com transtornos ou não) seja, no contexto hospitalar, clínico, institucional com pediatras, neurologistas, otorrinolaringologistas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, pedagogos e além de incluir nesta atenção ao paciente, a instituição escolar com todos os partícipes da escola, ajudando-os a compreender o momento de vida e as intervenções as quais estão submetidas o paciente.

O trabalho psicopedagógico em classe hospitalar é algo diferencial para o paciente, que envolve aspectos físicos, emocionais, cognitivos, sociais, espirituais. Portanto, a atuação do psicopedagogo e da equipe interdisciplinar deve ser implementada de forma preventiva, cuidadosa, humanizada, visando resgatar a auto-estima dos pacientes, geralmente comprometida com o processo de hospitalização e sofrimento, como também da peregrinação por vários profissionais, com diagnóstico, por vezes, errôneo, deixando assim, o sujeito alienado e estagnado diante do processo de vivência da saúde-doença (realidade muitas vezes experimentada pelos pacientes).

O primeiro objetivo desta revisão Literária é investigar os aspectos conceituais e históricos da Classe Hospitalar. Os primeiros dados documentados dão conta de seu início na data de 1935, em Paris, quando Henri Sellier inaugura a primeira escola para crianças doentes e essa experiência serviu como exemplo para a implantação de outras experiências na Alemanha, França e Estados Unidos.

Além dos aspectos históricos, outros objetivos visam apresentar dados da implantação e estrutura da Classe Hospitalar no Brasil, tendo como referências hospitais públicos e privados do país; ilustrar a psicopedagogia hospitalar, como também, propor as possibilidades de atendimento psicopedagógico em classe hospitalar, algo novo, porém progressivo e de grande importância para o sucesso escolar da criança, pois tem como meta o desenvolvimento global do indivíduo nos aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais.

Este estudo tem como finalidade, acrescentar novas informações propiciadas pela revisão literária sobre as contribuições do atendimento psicopedagógico em classe hospitalar, despertar em profissionais das áreas de educação e saúde, nas equipes interdisciplinares e multidisciplinares o interesse em trabalhar com as dificuldades de aprendizagem no contexto hospitalar, visando o resgate da continuidade escolar, evitando o fracasso e a perda do ano letivo, através de um espaço psicopedagógico adequado no hospital, associado ao trabalho da Classe Hospitalar.

## **C**lasse Hospitalar: aspectos conceituais e históricos.

O hospital é um ambiente que causa medo e temor, por ser o encontro da vida com a morte, com a dor e sofrimento. Portanto, os hospitais passam por inúmeras transformações através do atendimento humanizado, implantando assim classes hospitalares, tanto para crianças e adolescentes hospitalizados, visando o atendimento escolar no ambiente hospitalar.

De acordo com Fonseca (2003) a legislação brasileira reconhece o direito da continuidade de escolarização às crianças e adolescentes que se encontram hospitalizado e esta modalidade de

atendimento denomina-se CLASSE HOSPITALAR. Seu objetivo é atender as necessidades de desenvolvimento psíquico e cognitivo de crianças e jovens que se encontram impossibilitados de freqüentar a escola, como também, de partilhar as experiências familiares e de seu grupo social.

Podemos compreender diante deste contexto, que a Classe Hospitalar visa realizar atendimento pedagógico e educacional das crianças e jovens que estão sofrendo com uma patologia e impossibilitados de freqüentar a escola, devido ao processo de hospitalização, dando assim continuidade as atividades e evitando as faltas escolares.

Para Vasconcelos (2006), a Classe Hospitalar é um ambiente que visa garantir a continuidade didática da escola de origem da criança, compensar as faltas ocorridas em decorrência do processo de hospitalização, como também, para que a criança possa desenvolver atividades que a ajudem a construir um percurso cognitivo, emotivo e social satisfatório.

Ainda segundo o mesmo autor, o atendimento educacional hospitalar deve estar vinculado ao sistema de educação, como uma unidade de trabalho pedagógico das Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipal de Educação, como também, das direções clínicas dos sistemas e serviços de saúde. Sendo assim, compete às secretarias de educação, atender à solicitação dos hospitais para o serviço de atendimento pedagógico hospitalar.

Fontes (2005, p.5) afirma que

Segundo a política do Ministério da Educação (MEC), Classe Hospitalar é um ambiente hospitalar que possibilita o atendimento educacional de crianças e jovens internados que necessitam de educação especial e que estejam em tratamento hospitalar.

Começamos a perceber que nesse contexto intersubjetivo do hospital se relacionam conceitos de educação e saúde. Mesmo a Classe Hospitalar não tendo as mesmas características de uma escola regular, procura resgatar a dinâmica escolar de modo informal, evitando o distanciamento dos conteúdos, como também estimulando o pensar e o elevar da auto-estima, da criança e jovem hospitalizados.

Baseado em Fonseca e Ceccim (2007) a partir da segunda metade do Séc. XX países como Inglaterra e Estados Unidos implantaram orfanatos, asilos e instituições que prestavam assistência a crianças que negligenciavam aspectos básicos do desenvolvimento emocional das mesmas, por falta de atendimento integral. Com isso, surgiu à iniciativa de programar experiências educativas para crianças e jovens internados em instituições hospitalares, como também ao longo dos anos foram incorporados aos hospitais brasileiros, com o mesmo objetivo.

Conforme Vasconcelos (2006), a Classe Hospitalar teve início em 1935, em Paris, quando Henri Sellier inaugura a primeira escola para crianças doentes. Essa experiência atendeu aproximadamente oitenta crianças por mês e serviu de exemplo para a Alemanha, França, Europa e Estados Unidos, tendo como objetivo compensar dificuldades escolares de crianças que sofriam com Tuberculose. Porém, o marco decisório das escolas em hospital foi durante a Segunda Guerra Mundial, devido ao grande número de crianças e jovens mutilados e impossibilitados de frequentar o contexto escolar.

Ainda segundo o mesmo autor, em 1939 foi criado o Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância de Suresnes, em Paris, cujo objetivo era a formação de professores no período de dois anos, para realização de trabalho psicopedagógico no ambiente hospitalar. Posteriormente, foi criado o cargo de professor hospitalar junto ao Ministério de Educação na França.

Segundo estudos de Gonzalez (2007), o interesse pela situação escolar de crianças hospitalizadas é algo recente na Espanha. Ocorreu com a Lei 13/1982, de sete de abril, com o envolvimento social dos deficientes que definiram as bases do que hoje são chamadas as classes hospitalares e o movimento pedagógico passando assim, a ser chamada Pedagogia Hospitalar. Com o decorrer dos anos, em 1995, o Ministério da Educação e Ciências, promoveu a criação de serviços escolares no contexto hospitalar para crianças e adolescentes impossibilitados de frequentar a escola, como também o Parlamento Europeu na Declaração dos Direitos da Criança hospitalizada, define que as crianças internadas devem continuar a formação escolar durante o período de internação hospitalar.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, no ano de 1991 à Subdireção Geral de Educação Compensatória elaborou um documento com o título Classe Hospitalar, com aspectos pedagógicos e administrativos.

A Classe Hospitalar passou por um processo histórico de construção, reformulação até chegar ao formato hoje estabelecido.

Foi através de experiências vivenciadas durante a Segunda Guerra Mundial, que os profissionais tiveram a iniciativa de acompanhar os conteúdos escolares em ambiente hospitalar. Nesta época, não havia normas e regras definidas para a assistência a criança e jovem hospitalizados, contudo, os professores foram elaborando o atendimento psicopedagógico, evitando assim as perdas de conteúdos escolares. Os mesmos, não só visavam o aspecto cognitivo, mas também, o emocional, pois as crianças passavam por experiências traumáticas durante a Segunda Guerra Mundial e no momento precisavam de acolhimento daqueles profissionais preparados.

Ainda segundo Gonzalez (2007), a hospitalização é algo estressante para a criança e está associada às alterações comportamentais como transtorno do sono, agressividade, mutismo, dependência afetiva, as alterações cognitivas como déficit de atenção ou dificuldades para se concentrar como também,

alterações emocionais como, ansiedade, medo, depressão e apatia. Devido às alterações biopsicossociais que as crianças e jovens internos sofrem, os hospitais estão modificando a rigidez por meio de uma estrutura que contemple a humanização hospitalar.

Este contexto nos lembra como os hospitais têm modificado sua estrutura, em decorrência do processo de humanização. Faz-se necessário, uma assistência mais digna ao paciente, através do toque, do cuidado, do diálogo, do acolhimento, visando à globalidade tanto dos aspectos físicos, emocionais, como também cognitivos.

No entanto, para que se tenha um atendimento integral é necessário um trabalho interdisciplinar com médicos, psicólogos, psicopedagogos, enfermeiros, pedagogos, assistentes sociais e profissionais da administração, visando evitar rupturas da criança com os vários contextos de sua experiência de vida, dentre eles o contexto escolar, enfim, oferecer atendimento em todo contexto biopsicossocial das crianças e jovens hospitalizados.

Para Gonzalez (2007), os profissionais da Classe Hospitalar devem oportunizar o desenvolvimento das potencialidades da criança, modificar comportamentos ruptivos, evitem o desligamento com a escola de origem e com o meio sócio-cultural e ambiental que convive, por isso é fundamental o trabalho em equipe, para tornar possível o atendimento psicopedagógico.

Entre os vários objetivos da equipe, podemos citar os seguintes: melhorar o processo de adaptação dos alunos em classe hospitalar, minimizar o impacto das possíveis seqüelas do processo de adoecimento, estimular uma atitude positiva das classes hospitalares para desenvolver programas psicopedagógicos e processos de acolhimento que busquem a incorporação do aluno em seu grupo de referência, impulsionar a coordenação e a relação com outros recursos psicopedagógicos, educacionais e serviços de saúde mental existente.

De acordo com Souza et al (2004) a humanização no contexto hospitalar é um busca do conforto físico, psíquico, espiritual do paciente, da família e da equipe, inclusive no ambiente físico de uma UTI, com a ausência de luz do dia, os ruídos, o grande número de equipamentos. Ainda segundo aos mesmos autores, no ambiente hospitalar é observado à falta de individualização do paciente, a sensação de privação da liberdade e o rompimento com a família, hábitos e amigos. É fundamental compreender o paciente diante do medo da morte, o conhecimento de histórias amedrontadas, a perda da autonomia, a sensação de impotência, o ambiente hostil e a necessidade de ajustes mentais e emocionais, a desconfiança da alta tecnologia, a privação do ambiente familiar e a demora e divergência de informações.



Nesta mesma linha de pensamento, o ambiente hospitalar humanizado deve proporcionar acesso à luz natural, o contato com o meio ambiente, com calendários e relógios de parede, permitindo ao paciente observação e orientação quanto ao tempo e espaço, a visualização da vegetação, a possibilidade de contato com a natureza, uso de tons claros nas paredes e no mobiliário, que exerça uma influência tranquilizadora através de inspirações e elevação e alegria. A iluminação deve ser individualizada visando, propiciar o ajuste necessário para realização de procedimentos adequados.

A música no contexto hospitalar traz grandes resultados, principalmente através de fones para os pacientes, com altura conivente, músicas relaxantes e instrumentais. Além da música faz-se necessário acesso à televisão, DVD, de acordo com as preferências do paciente, como também central de monitoração, permitindo a transmissão de alarmes e demais sons devidos aos monitores.

Souza et al (2004) entendem ainda ser fundamental que o hospital ofereça ao lado do leito do paciente, um painel com fotos, cartões, orações e mensagens dos familiares e visitantes para que seja diminuída a sensação de solidão. Além disso, permitir a visita mais freqüente dos familiares, oferecerem cadeira e sofá aos mesmos, para que se sintam inseridos no ambiente e parte do contexto terapêutico do paciente. Enfim, o contexto hospitalar deve oferecer para toda equipe interdisciplinar um painel informativo ao lado do leito, permitindo à educação continuada em humanização visando o combate a poluição sonora, o incentivo ao contato físico com o paciente através do toque e principalmente de lavagens de mãos.

Este contexto nos lembra como o processo de humanização ainda é algo recente no contexto hospitalar e encontra-se em incipiente processo de construção. Humanizar não é uma técnica, mas sim um processo vivencial que parte da equipe interdisciplinar, através da assistência oferecida ao paciente, ou seja, tratamento como pessoa, como também ao seu familiar, através do ouvir, dar atenção, do bom humor, envolvimento e compartilhamento, preservação da cortesia, da compaixão, do respeito, da dignidade e sinceridade diante do tratamento. Além dessa assistência humanizada, faz-se necessário oferecer uma estrutura modernizada, com um ambiente iluminado, sem ruídos, usar tons claros que transmitam tranquilidade, valorizar a luz natural, recursos áudio-visuais, som, televisão. A temperatura deve ser agradável, preocupando-se com a sensibilidade do paciente. Enfim a assistência humanizada visa atender o paciente em todo contexto biopsicossocial.

No contexto hospitalar pequenas atitudes fazem o diferencial como chamar o paciente pelo nome, utilizar o tom de voz calma, olhar no rosto do paciente, estabelecer contato cortês, dirigir-se a palavra sempre que se aproximar do leito, utilizar o toque cuidadoso, como também examinar o paciente de forma atenciosa. Esses cuidados são essenciais para o paciente, pois reduz o nível de ansiedade, medo, como também ameaça de desamparo. Enfim, o profissional

da saúde deve fornecer informações, permitir-lhe escolhas evitando assim elevar o nível de estresse devido ao processo de hospitalização, aos procedimentos invasivos, ao ambiente desconhecido e principalmente pessoas desconhecidas.

## Classe Hospitalar no Brasil: implantação e estrutura

De acordo com Luiz (2006) a primeira Classe Hospitalar do Brasil foi implantada no início do ano de 1950, vinculada ao Hospital Municipal Jesus, no Rio de Janeiro.

Ainda segundo o autor a assistência às crianças internadas no Hospital Municipal Jesus, no Rio de Janeiro, iniciou-se em 14 de agosto de 1950, com a designação da professora de curso primário Lecy Rittmeyer, visando fornecer atendimento educacional necessário aos pacientes com internações prolongadas devido às enfermidades e que corriam o risco de perder o ano letivo. O autor prossegue ressaltando que, as aulas eram ministradas individualmente, nas enfermarias, em decorrência de não possuir local adequado ao trabalho escolar. Em 1958, o Departamento de Educação Primária entendeu a necessidade de mais uma professora, com isso, contratou Esther Lemos, tendo assim contribuído para as atividades escolares no contexto hospitalar. Em 1961, com a criação do Ensino Especial Supletivo, foi oficializado o atendimento as crianças hospitalizadas pela lei de Diretrizes e Bases e pela Constituição do Estado de Guanabara.

A partir dos estudos de Fonseca (1999) no Brasil, havia até a data do estudo, trinta e nove classes hospitalares em funcionamento, tendo cinquenta e nove professores atuantes, em média quatro professores para cada Classe Hospitalar. Além disso, as classes mantêm convênio entre as Secretarias de Saúde, de Educação e também com entidades filantrópicas e Universidades. Noventa e cinco professores atuam nessa modalidade de ensino, atendendo mais de duas mil crianças por mês na faixa etária entre zero e quinze anos de idade.

Luiz (2006) afirma que as classes hospitalares foram implantadas em diferentes tipos de hospitais, quatro classes funcionam em hospitais públicos infantis, nove classes em hospitais públicos gerais com enfermaria pediátrica, outras classes em hospital para atendimento materno-infantil, outras em hospitais para tratamento de problemas locomotor e ainda outra, em uma instituição que dispõe de atendimento médico para as crianças. Quanto ao que se refere à problemática de saúde das crianças e adolescentes internados, o diagnóstico mais freqüente é a desnutrição, seguido de pneumonia e doenças renais, os demais se referem a problemas ortopédicos, doenças cardíacas, doenças



congênitas, algumas crônicas, letais e que requerem internações periódicas. Em decorrência dessas patologias, o período de internação varia entre vinte e trinta dias, com três a quatro horas diárias de atividades pedagógicas.

As classes hospitalares seguem a política e diretrizes de bases contidas na LDB, na legislação federal e nas legislações estaduais e municipais. Independente da política e diretrizes seguidas, o atendimento psicopedagógico oferecido é o objetivo principal, como também, a continuidade ao ensino escolar, levando os alunos, aqui pacientes, a sanar dificuldades de aprendizagem e oportunizando aquisição de novos conteúdos.

Conforme indicações do MEC (2002) o atendimento educacional hospitalar deve vincular-se aos sistemas de educação, como uma unidade de trabalho pedagógico das Secretarias Estadual, do Distrito Federal e Municipal de Educação e também às direções clínicas dos sistemas e serviços de saúde. Assim, é fundamental o atendimento, pelas Secretarias de Educação, da solicitação dos hospitais para o serviço de atendimento pedagógico hospitalar, a contratação e capacitação dos professores, a previsão dos recursos financeiros e materiais para os devidos atendimentos.

Ainda segundo o MEC (2002), o ambiente da Classe Hospitalar, deve ser projetado com o objetivo de favorecer o desenvolvimento e a construção do conhecimento para crianças e jovens no âmbito da educação básica. Sendo assim, as salas devem apresentar mobiliário adequado, instalações sanitárias próprias, espaço ao ar livre para atividades físicas e ludo-pedagógico. Além de um espaço próprio para a Classe Hospitalar, o atendimento poderá ser na enfermaria, no leito, no quarto de isolamento, ocorrendo sempre de acordo com as condições físicas e psíquicas do paciente. As Classes Hospitalares devem ser equipadas com recursos áudio-visual, como computadores, televisão, Ddv, máquina fotográfica, filmadora, vídeokê, aparelho de som, telefone e principalmente jogos e matérias de apoio pedagógico, pranchetas, suporte para lápis, papel, softwares educativos, pesquisas orientadas via internet e vídeos educativos. Esses recursos são essenciais, para o planejamento, desenvolvimento e avaliação do trabalho pedagógico, quanto para o contato efetivo da Classe Hospitalar, seja com a escola de origem do aluno, seja com o ensino responsável em promover o acesso escolar. Todo material oferecido ao paciente, deve ser adaptado de acordo com suas reais necessidades, através de recursos pedagógicos, como também com seus cuidados pessoais, seja higiene e alimentação.

Segundo informes do INCA - Instituto Nacional do Câncer (2007) a Classe hospitalar tem como objetivo oferecer atendimento pedagógico às crianças e adolescentes portadores de Câncer, em tratamento quimioterápico ambulatorial, assegurar o vínculo escolar, dar continuidade ao currículo escolar e proporcionar a reinserção no contexto escolar.

Segundo informes do Hospital Infantil Joana

Gusmão (2007) o Programa de Atendimento Pedagógico e Psicopedagógico ambulatorial, são compostos por cinco pedagogas, duas professoras, duas recreacionistas atuando nos seguintes programas: apoio pedagógico nas unidades de internação, programa de estimulação precoce, programa de atendimento às dificuldades de aprendizagem, programa de classe hospitalar e programa de recreação. A Classe Hospitalar do Hospital Infantil Joana Gusmão, tem propostas educativas como apropriar-se do conhecimento formal, assegurar a manutenção dos vínculos escolares, manutenção do elo entre aluno e escola de origem, favorecer a reinserção escolar, prevenção ao fracasso escolar, como também produzir o conhecimento científico. Quanto à estrutura física da Classe Hospitalar, esta possui mesas, cadeiras, som, colchonetes, televisão, vídeo, computador, jogos educativos, suporte para soro, telefone, livros de literatura, livros didáticos, mapas, materiais didáticos, como também materiais de sucata.

Segundo informes do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (2007) o programa Classe Hospitalar foi criado em 1970 e tem como objetivo, inserir atividades escolares no cotidiano das crianças internadas no Hospital. Sendo assim, as pedagogas se comprometem a seguir o currículo da escola da criança e os familiares fazem o contato com a escola de origem. Quanto à estrutura física, as salas da Classe Hospitalar são coloridas, decoradas com desenhos, com livros infantis, jogos, brinquedos educativos, como também recurso áudio-visual como televisão e videocassete. Atualmente três salas estão em funcionamento, uma pela manhã e duas no período da tarde. As aulas são ministradas nos leitos, corredores, UTI, podendo ser pontual ou não, de acordo com as condições físicas e emocionais da criança.

Segundo informes do Centro Infantil Boldrini (2007) o tratamento médico desencadeia efeitos físicos, psicológicos que podem na aprendizagem, acarretar prejuízos no que se refere ao atraso cognitivo. No entanto, o hospital oferece Sala de Apoio Pedagógico, visando oferecer segurança do vínculo social e do elo com a aprendizagem, trabalhar com a prevenção, correção ou minimização dos problemas decorrentes de efeitos tardios no desenvolvimento cognitivo do paciente, garantindo assim seu direito ao ensino escolar.

Dentro dessa visão, podemos perceber, que para desenvolver atendimento pedagógico educacional em Classe Hospitalar é de extrema importância oferecer um espaço adequado, na qual a criança e o adolescente possam desenvolver suas atividades, num ambiente humanizado, diferenciado daquele hermético e rude dos hospitais. O espaço da Classe Hospitalar, geralmente composto por vários instrumentos e materiais pedagógicos, visa realizar atividades psicopedagógicas e também oferecer uma assistência hospitalar – escolar evitando assim o prejuízo das atividades escolares do paciente.

Além disso, o profissional precisa trabalhar com flexibilidade diante dos atendimentos, levando-se em conta as dores, sofrimentos, ansiedade, sentimento de desamparo, com isso, faz-se necessário compreender o estado atual e atendê-lo seja no leito, corredor, apartamento, UTI, ou seja, onde o paciente desejar e tiver condições de receber o atendimento psicopedagógico.

Como bem explicita Caiado (2003, apud Ribeiro et.al, 2003) no ensino de graduação, a classe hospitalar é uma modalidade de atendimento educacional, devendo assim, compor conteúdos das disciplinas e ser um espaço considerado nas práticas de ensino nos cursos de Pedagogia e conteúdos da área da saúde, como também, a possibilidade de oferecer cursos de extensão. Além da importância do ensino é fundamental investir na área da pesquisa, sendo de forma multidisciplinar, sendo desde o espaço de iniciação científica até a pós-graduação.

Podemos compreender que a Classe Hospitalar, implantada já há muitos anos, desde a década de cinquenta, ainda assim é vista como algo novo, para os profissionais da saúde. Há inúmeras classes hospitalares distribuídas pelas várias regiões do país, cada uma trazendo suas contribuições no atendimento psicopedagógico, como também oferecendo acesso à escolarização e à socialização das crianças e adolescentes hospitalizados. São oportunidades para manter a continuidade do conteúdo escolar, evitar as faltas, como também, aliviar o sofrimento em decorrência do cotidiano estressante e doloroso que vivenciam no contexto hospitalar. Contudo, faz-se necessário as Universidades, implantarem a disciplina Classe Hospitalar na área acadêmica, para que os alunos tenham conhecimento teórico e prático de sua realidade, não apenas alunos da área da pedagogia e psicopedagogia, mas principalmente no contexto geral da área da saúde, Medicina, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Nutrição entre outras, para que tenham experiência nessa área e possam trabalhar em equipe, visando o atendimento através da prevenção, da qualidade, da humanização, sendo assim diferenciado no ambiente hospitalar.

## **P**sicopedagogia: aspectos conceituais e campos de atuação.

Para Kiguel (1991, apud Bossa, 2007) a psicopedagogia nasceu da relação da Psicologia e Pedagogia em decorrência das necessidades de atendimento de crianças com problemas de aprendizagem, consideradas incapazes diante do sistema educacional, gerando o fracasso escolar, que na década de 1970 era ainda entendido como derivado de fatores etiológicos, como desnutrição, problemas neurológicos e psicológicos. Ainda havia a presença do rótulo como Disfunção Cerebral Mínima, para explicar os motivos do fracasso na escola. O autor considera que, atualmente a psicopedagogia busca atuar de forma integradora no fenômeno aprendizagem e assume uma atuação mais preventiva.

Visca (1987, apud Bossa, 2007) aponta que a psicopedagogia surgiu de um conhecimento independente e possuidor de um objeto de estudo - o processo de aprendizagem e tem recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios.

De acordo com Fernandez (1991, apud Bossa, 2007) a psicopedagogia atua através do processo biológico, com disposições afetivas e intelectuais que influenciam na relação do sujeito com o meio, sendo assim influenciadas pelas condições sócio-culturais do sujeito com a sociedade.

De acordo com Weiss (2007) um aspecto central da tarefa psicopedagógica é o momento do diagnóstico psicopedagógico. Este se inicia a partir de uma investigação de acordo com a queixa apresentada pelo sujeito, pela família ou pela escola. Busca compreender o não-aprender, do aprender com dificuldade ou lentamente, do não revelar o que aprendeu, do fugir de situações de aprendizagem. Faz-se necessário a compreensão global da forma de aprender do indivíduo e dos desvios presentes neste processo através dos dados obtidos em relação a sua visão biológica, intrapsíquica, social e pessoal. Além disso, devem-se levantar hipóteses que podem ser confirmadas ou não.

Ainda na visão de Weiss (2007) o diagnóstico psicopedagógico deve levar em conta o significado que o indivíduo tem com relação à leitura e escrita. É de grande importância observar como ele se aproxima das atividades se é de maneira espontânea ou tensa. Com relação à avaliação da leitura, investiga se a criança compreende o sentido global do texto, se é capaz de sintetizá-lo, se captou a seqüência temporal, se estabelece hierarquias, separando fatos principais e secundários, se estabelece relações de causalidade, como também observar as relações afetivas com o texto e seus personagens. Além disso, faz-se necessário avaliar entonação, pontuação, junção, omissão, deslocamento de letras, sílabas, palavras e frases. Já na avaliação da escrita, analisa a noção de realidade, fantasia, coerência interna do significado, a fluência, a criatividade, a temática, aspecto caligráfico, ortográfico, de pontuação, estrutura gramatical das orações, as omissões, acréscimo de letras, sílabas ou palavras, a postura corporal, a concentração da atenção e principalmente o prazer de ler e escrever. Quanto à avaliação da matemática, verifica-se o raciocínio matemático, o cálculo, a leitura de problemas e questões. A avaliação do cálculo ocorre de duas formas: o cálculo mental e a execução de cálculos escritos investigam a capacidade de estruturar graficamente, a construção das operações, o conhecimento do sistema decimal e valor posicional dos algarismos, as propriedades das operações e sua combinação em si.

De acordo com Muller a psicopedagogia pode ser entendida como um espaço diferencial de atuação,

O trabalho clínico se dá na relação entre um sujeito com sua história pessoal e sua modalidade de aprendizagem, buscando compreender a mensagem de outro sujeito, implícita no não aprender. Nesse processo, onde investigador e objeto-sujeito de estudo interagem constantemente, a própria alteração torna-se alvo de estudo da psicopedagogia. Isso significa que, nesta modalidade de trabalho, deve o profissional compreender o que o sujeito aprende e por que, além de perceber a dimensão da relação entre psicopedagogo e sujeito de forma a favorecer a aprendizagem. No trabalho preventivo, a instituição, enquanto espaço físico e psíquico da aprendizagem é objeto de estudo da psicopedagogia, uma vez que são avaliados os processos didático-metodológicos e a dinâmica institucional que interferem no processo de aprendizagem. (1984, apud Bossa, 2007 p.24)

Dentro dessa visão, podemos compreender como o campo de atuação do psicopedagogo é bastante diversificado e com proposta de definição em desenvolvimento em variados contextos, seja na área escolar, clínica e hospitalar. Independente da área de atuação é fundamental ao psicopedagogo, trabalhar visando uma função social, promover a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo, as regras de comportamento, pois este profissional será um mediador, com papel educador, no processo de inserção da criança e do adolescente na sociedade.

Segundo Paula (2005 apud Wajnsztein, 2005) a psicopedagogia institucional ou seja hospitalar tem como técnicas o levantamento das condições e dificuldades que impedem o desenvolvimento da aprendizagem, seja individual ou no grupo. No entanto, o psicopedagogo, utilizará estratégias para o enfrentamento e superação da aprendizagem, promovendo autonomia e independência na construção do conhecimento. Além disso, é fundamental o psicopedagogo recorrer a outras áreas como a Fonoaudiologia, Neuropsicologia, Psicolinguística, Psicologia e Pedagogia. Enfim, a atuação do psicopedagogo institucional é de caráter interdisciplinar, preventivo, visto que a tarefa do profissional é evitar o aparecimento de novos transtornos, mantendo a visão global do indivíduo, inclusive no contexto de tratamento.

Diante deste contexto, podemos perceber como aprender é uma situação ampla com várias nuances e que promove inúmeras transformações no indivíduo independente do espaço onde ocorra. Faz-se necessário dar significado aos conhecimentos e experiências anteriores do ser humano, observar que significado ele dá a aprendizagem, qual a sua realidade e principalmente ter foco sobre o sujeito completo, com atenção aos aspectos cognitivos, emocionais, culturais e sociais do aprendente.

Percebe-se que o trabalho do psicopedagogo é algo minucioso, detalhado e ao mesmo tempo amplo e profundo, que exige do profissional uma disponibilidade e atenção adequada à história clínica, escolar, familiar, social, cognitiva, afetiva do indivíduo.

A investigação é o principal instrumento do psicopedagogo, para obter dados para chegar a um diagnóstico correto. Além desses aspectos, o profissional deve perceber a frequência do aluno no contexto escolar, suas condições culturais, a

metodologia utilizada em sala de aula, a filosofia, os valores e o objetivo da instituição, as intenções quanto ao tipo de aluno que deseja formar e que significado o indivíduo expressa com relação ao contexto escolar e ao processo de aprendizagem.

A psicopedagogia hospitalar é uma área já conquistada em vários países, como a Argentina e o Brasil, e tem grandes contribuições a oferecer através da visão interdisciplinar que ela apresenta. Sendo assim, o psicopedagogo é um dos profissionais mais aptos a lidar com crianças e jovens hospitalizados e sua relação com as dificuldades em aprendizagem.

De acordo com Mello (2004), a psicopedagogia é um campo de atuação em saúde e educação, seja de forma preventiva, buscando sempre a construção ou a reconstrução do processo de aprendizagem. Ainda segundo a autora, a psicopedagogia na instituição hospitalar surgiu da necessidade de oferecer atendimento psicopedagógico para crianças que apresentam patologias crônicas, que passam longos períodos no contexto hospitalar, seja em decorrência de tratamento clínico ou de tratamento cirúrgico. Além disso, esses pacientes estão fora do convívio social, da escola, da família, com isso o psicopedagogo tem inúmeras contribuições através técnicas de reinserção social e principalmente no processo das dificuldades apresentadas no período de ensino-aprendizagem.

Seguindo esta linha de pensamento a psicopedagogia na instituição hospitalar surgiu da necessidade de oferecer atendimento psicopedagógico para crianças que apresentam patologias crônicas, que passam longos períodos no contexto hospitalar, seja em decorrência de tratamento clínico ou de tratamento cirúrgico. Além disso, esses pacientes estão fora do convívio social, da escola, da família, com isso o psicopedagogo tem inúmeras contribuições através técnicas de reinserção social e principalmente no processo das dificuldades apresentadas no período de ensino-aprendizagem.

Podemos compreender que o psicopedagogo hospitalar proporciona ao aluno-paciente a continuidade do processo de aprendizagem, trabalha por meio da prevenção de dificuldades de aprendizagem, principalmente aqueles pacientes que passam por longos períodos de hospitalização devido as patologias crônicas. Ainda eleva a auto-estima da criança, alivia a ansiedade e o medo dos mesmos devidos aos procedimentos invasivos e dolorosos. É um trabalho que está relacionado com a pedagogia e psicologia visando o resgate da escolarização criança, sua manutenção com a aprendizagem e o seu convívio social e familiar.

## **P**ossibilidades de atendimento psicopedagógico em Classe Hospitalar



Segundo Vasconcelos (2000) o ambiente hospitalar é o lugar dos profissionais contidos sob o rótulo dos profissionais da saúde. Porém, é um ambiente no qual o psicopedagogo tem grande responsabilidade. A Classe Hospitalar é um espaço diferencial, pelo qual minimiza o processo de frieza e sofrimento, trazendo assim um ambiente mais acolhedor, humanizado e que atenda o sujeito com uma visão mais global.

O atendimento psicopedagógico para crianças e jovens hospitalizados, representa um novo desafio para as áreas de Educação e Saúde, especificamente ao Psicopedagogo que devido sua formação interdisciplinar é um dos profissionais mais aptos para esta modalidade. O psicopedagogo deve ter a habilidade de realizar a escuta profunda dos sentimentos do paciente, ser cuidadoso, compreender a angústia e estresse em decorrência aos procedimentos hospitalares, minimizar o temor de pessoas desconhecidas e principalmente resgatar na criança e jovem o sentimento de auto-valorização, de modo a dar continuidade ao percurso da vida, que inclui nesta faixa etária o contexto escolar, fazendo com que permaneça ligado ao universo social em que vive.

De acordo com Ceccim; Fonseca (1999)

O acompanhamento pedagógico-educacional hospitalar parece superar os limites de um acompanhamento escolar feito no hospital, pois se ocupa das operações pedagógicas de agenciamento do aprender, podendo inclusive, intervir nos problemas de aprendizagem (infelizmente frequentes em crianças que adoecem ou precisam do afastamento da escola). As possibilidades que o conhecimento dá ao afeto permitem que a criança pense e compreenda melhor sua situação e sua condição em uma aceitação ativa (construção cognitiva) e não em uma submissão ou resignação. É provável que a análise do processo de desenvolvimento cognitivo e das condições clínicas de crianças hospitalizadas mostre a necessidade de se adaptar a educação para a situação hospitalar, uma vez que esse processo tem exigências em partes diferentes do trabalho escolar comum. Os espaços e tempos de aprendizagem para crianças e adolescentes hospitalizados seguem regularidade e intensidade diferentes da escola comum e atendem, além das demandas intelectuais, as necessidades de pertencimento a uma comunidade afetiva e de inclusão sócio-interativa.

Este contexto nos lembra que o atendimento psicopedagógico, pode ser realizado de diversas formas, seja através das operações pedagógicas ou mesmo na intervenção às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças, muitas vezes em decorrência do processo de adoecimento e dos procedimentos invasivos, dolorosos, trazendo em si ansiedade, medo dos processos cirúrgicos, exames e incertezas quanto ao futuro. Portanto, o psicopedagogo deve ter a sensibilidade de perceber as condições e limitações do paciente e estimulá-lo para o desenvolvimento cognitivo, como também, sócio-interativo com as demais crianças pertencentes da Classe Hospitalar.

Na visão de Vasconcelos (2000) o psicopedagogo lida com diversas enfermidades no ambiente da Classe Hospitalar como cardiopatias, câncer, traumas ortopédicos, hepatopatias como também parâmetros sócio-emocionais, como em casos de maus tratos. Contudo, o psicopedagogo precisa lidar com os

momentos de angústia e tensão do paciente e da equipe, em decorrência das situações traumáticas, realizar um trabalho com enfermeiros e médicos para sensibilizá-los a olhar outras realidades que existem além do corpo biológico.

Observamos assim, que o psicopedagogo tem como um de seus objetivos sensibilizar os profissionais da saúde que prestam assistência ao doente. O psicopedagogo trabalha através da humanização do trabalho em equipe, mostrando uma nova realidade e novas possibilidades, algumas simples como a ampliação da aproximação com o paciente, chamando-o pelo nome, através do toque, olhar, informar à criança o que será realizado, ou seja, desmistificar o ambiente frio e indiferente que geralmente é encontrado no ambiente hospitalar.

Conforme Vasconcelos (2007 apud, Beyer) a intervenção do psicopedagogo leva em conta a o estado emocional da criança, o sofrimento físico e psíquico, seus medos, angústias e sentimento de solidão. Devido a esses sentimentos, muitos pacientes apresentam dificuldade em expressar suas emoções, ou o que a faz temer, desencadeando em si, depressão, revolta e desespero, como também a regressão quanto ao seu nível de desenvolvimento. Portanto, o psicopedagogo é aquele profissional que faz a diferença, através da escuta profunda dos sentimentos do paciente, da valorização da vida, amor próprio, auto-estima, aceitação e segurança, ou seja, recuperar os prazeres vivenciados pelo paciente no contexto escolar e garantir a construção dos conhecimentos que estariam adquirindo no ambiente escolar.

Para Gontijo (2007) o trabalho de um psicopedagogo no ambiente hospitalar visa oferecer aos pacientes, a oportunidade de desenvolver suas estruturas cognitivas, criar, confeccionar, utilizar jogos e brinquedos entrar em contato com conteúdos escolares, para que os mesmos resgatem o gosto pelo aprender e pelo fazer bem feito. Além disso, os pacientes durante esse tipo de atendimento podem resgatar seu contato com a realidade, descobrir suas potencialidades, lidar com seus limites, perceber suas possibilidades de crescer, aprender e conviver em sociedade.

Na visão de Mello (2004) a função do psicopedagogo será de desenvolver atividades educacionais, lúdicas centradas na aprendizagem, possibilitando um prognóstico através de uma escuta apurada, um olhar sistêmico, avaliando e enfatizando os fatores que favorecem, intervêm e prejudicam a aprendizagem da criança, como também os processos cognitivos, afetivos, sociais, vínculo normal ou patológico e modalidade de aprendizagem. Além desses aspectos, o psicopedagogo deve observar como a criança discrimina, percebe, organiza, concebe, conceitua e enuncia diante das relações intrínseca e extrínseca que devem ser contextualizadas. Faz-se necessário o psicopedagogo compreender toda a estrutura hospitalar, suas normas, regras e função social, através do trabalho interdisciplinar, para que os profissionais compartilhem



novas idéias e o vínculo de equipe seja mais sólido. Quanto às atividades realizadas no ambiente hospitalar pelo psicopedagogo, pode ser realizadas através de dramatização, teatros, fantoches visando despertar na criança um meio de elaboração e expressão de sentimentos e favorecer um bom vínculo da criança com a aprendizagem.

Para Oliveira (2007) o trabalho do psicopedagogo é baseado na intervenção lúdica tendo como objetivos melhorar a qualidade de vida das crianças internadas, intervir junto com o paciente visando diminuir o impacto emocional causado pela internação, para que a mesma possa se adaptar ao contexto hospitalar, ampliar a sociabilidade da criança enferma, desviando sua atenção da patologia e principalmente compreender os aspectos biopsicossociais e as dificuldades apresentadas em decorrência do tratamento.

A partir dos estudos de Vitorino et. al (2005) o trabalho da psicóloga realizado com crianças em grupo, numa enfermaria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, foi implementado através de atividades psicopedagógicas, como identificar o dia e mês do calendário para situar-se quanto ao tempo, jogos educativos, leitura de livros (narrado ou lido), dobradura, interpretação de história, confecções de trabalho com sucata, dramatizações, desenhos e filme. Quanto ao planejamento diário, o objetivo era situar a criança na realidade do dia-a-dia e quanto ao calendário, procurava situar o paciente nos dias da semana, mês, identificação de datas comemorativas nacionais e pessoais. Pôde perceber que durante o atendimento psicopedagógico, a psicóloga atuava estimulando a interação com as crianças e desempenhando o papel de mediadora do desenvolvimento e da aprendizagem no contexto da enfermaria. Ao trabalhar com leituras de livros infantis, fornecia modelo de como realizar a leitura para crianças que apresentavam dificuldades em leitura e estimulava a leitura para as crianças que já estavam alfabetizadas. Durante o período de leitura, incluíam decodificação e interpretação de textos e posteriormente eram realizados trabalhos de dobraduras e desenhos sobre o material lido. Além disso, a leitura de livros infantis proporciona desenvolvimento da imaginação, criando um espaço de fantasia transcendente ao contexto hospitalar e permite a oportunidade de novos conhecimentos no processo de aprendizagem da criança.

Enfim o trabalho do psicopedagogo em enfermaria deve atender a três objetivos: recreativo, educacional e terapêutico, desenvolvidos através do brincar, do aprender e da reflexão dos sentimentos da criança e principalmente no suporte psicossocial. No entanto faz-se necessário um profissional especializado em desenvolvimento psicológico, possuir conhecimentos e habilidades de técnicas de mediação de aprendizagem e suporte psicossocial.

Conforme Vasconcelos (2000) o psicopedagogo deve compreender e saber entender as dificuldades dos pacientes e adaptar aos mesmos uma atenção psicopedagógica, através de atividades como escrita,

leitura, matemática, jogos de regras para garantir a manutenção do desenvolvimento intelectual e escolar. As intervenções psicopedagógicas resgatam a autoestima da criança, trazendo-lhes o desejo de viver, pela volta à escola, pela volta aos seus contextos de vida.

De acordo com Medina (2001) o psicopedagogo no contexto hospitalar tem a função de orientar, estimular o indivíduo enfermo a prosseguir com seu aprendizado, e seu processo de crescimento e desenvolvimento. Mesmo antes de ser um paciente internado, ele é um ser em aprendizagem, construindo a concepção de vida e de mundo em sociedade. Portanto, esse processo não deve ser interrompido devido a um processo de internação. Com isso, faz-se necessário o trabalho do psicopedagogo no contexto hospitalar, com crianças internadas, através do auxílio na continuidade de aprendizagem, desbloqueio e no desenvolvimento de suas potencialidades.

Temos também a experiência da intervenção psicopedagógica no contexto hospitalar realizada por Fernandez (2006) que desenvolveu o DIFAJ (Diagnóstico Interdisciplinar Familiar de Aprendizagem) visando o trabalho interdisciplinar, família, grupo, escola, prevenção, espaço de confiança, inserção institucional, com crianças que apresentavam problemas de aprendizagem no contexto hospitalar. Posteriormente foi implantado o Centro de Aprendizagem no Serviço de Pediatria de uma instituição hospitalar da grande Buenos Aires. Teve como objetivos a assistência, docência, prevenção e pesquisa, modificando vínculo docente-aluno, transformando o espaço educativo em espaço de confiança, estimulando professores a ensinar com prazer, para que os alunos aprendam com prazer, como também, ajudar as crianças a resgatar o prazer de aprender e recuperar para os profissionais o prazer de trabalhar aprendendo e de aprender trabalhando.

A iniciativa de implantar este Centro no Serviço de Pediatria deu-se em decorrência da pediatria responder à consulta sobre dificuldades de aprendizagem, já que é o pediatra que atende a família para avaliar a evolução psicofísica da criança. A consulta pediátrica pode contribuir para entender e intervir sobre o problema de aprendizagem através da prevenção, detecção precoce, orientação sobre a intervenção do psicólogo ou psicopedagogo.

Os autores prosseguem ressaltando que a problemática da aprendizagem está vinculada aos aspectos socioeconômico, educacional, emocional, intelectual, orgânico e corporal.

Assim faz-se necessário o tratamento e prevenção através de várias áreas da saúde como: psicopedagogia, psicologia, educação e pediatria. Além do trabalho de prevenção, o profissional que atua com crianças com dificuldades de aprendizagem, deve fazer uma auto-análise das próprias dificuldades e possibilidades no aprender, pois a formação do psicopedagogo requer uma transmissão de conhecimentos, como também requer um espaço para a construção de um olhar e uma escuta psicopedagógica a partir da reflexão de seu próprio aprender. Para realizar uma escuta psicopedagógica

adequada é fundamental, escutar, olhar, deter-se nas fraturas dos discursos, não só verbal, mas também corporal, observar e relacionar com o que aconteceu previamente com a fratura, descobrir o esquema ação-subjacente, buscar a repetição dos “esquemas de ação” de Piaget, deter-se ao processo e nos mecanismos, interpretar a operação, mais do que o conteúdo.

Desse modo, observamos que o trabalho do psicopedagogo transcende, é algo que enfatiza o aspecto global do indivíduo, portanto, o profissional precisa ter o auto-conhecimento quanto as suas habilidades, dificuldades, limites, pois lidará não apenas com o intelecto da criança e jovem hospitalizado, mas sim o aspecto biopsicossocial e espiritual. É preciso ter um olhar clínico, social, do tratamento médico, através da prevenção, detectando algo previamente para que no futuro, o paciente não apresente dificuldades em seu desenvolvimento da aprendizagem.

Conforme Matos e Mugiatti (2006) os trabalhos científicos realizados em outros países, enfatizam a eficácia do brincar no contexto hospitalar, trazendo grandes resultados e melhora na recuperação da criança hospitalizada. No Brasil, existe pesquisa realizada pela Secretaria do Estado de São Paulo, mostrando como os brinquedos reduzem o estresse de crianças internadas.

Referente ao mesmo autor

A implantação de brinquedoteca em hospitais infantis é prevista na Lei federal 11.104, de 21/03/05, que passou a vigorar 180 dias após sua publicação, o que torna obrigatória a instalação de brinquedoteca em hospitais que oferecem internação pediátrica. A lei prevê penas de advertência, interdição, cancelamento de licença ou multa para os hospitais que não se adaptarem à nova norma. (Matos e Mugiatti, 2006 p.150).

Dentro dessa visão podemos, perceber que a criança hospitalizada encontra-se limitada, distante de seus interesses e voltado para uma rotina hospitalar. Além disso, o paciente vivencia estresse, raiva, apatia em decorrência do sofrimento e dos procedimentos realizados trazendo-lhe medo em decorrência do desconhecido. No entanto, o espaço da brinquedoteca no ambiente hospitalar favorece a criança o meio de enfrentamento da doença, o lazer, a socialização, a contextualização dos conhecimentos prévios e principalmente o alívio do estresse. Portanto, faz-se necessário os hospitais seguirem a lei prevista na Lei federal, para a qualidade de vida da criança hospitalizada.

Na visão de Savoy (2007) a abordagem principal no contexto lúdico é incentivar nas dinâmicas, através de conto de histórias, apresentação de brinquedos de simulação e favorecendo a dramatização. Como também oferecer brinquedos de construção, expressão, de instrução, livros e materiais para arte e jogos de regras. Além disso, pode-se implantar uma espaço com escorregador, casinha, carro, moto, balanço visando a interação lúdica e produtiva para a criança.

Conforme Santos (2007) o escritor Maurício de

Souza, desenvolve um projeto lúdico para crianças com câncer, amenizando o sofrimento com a internação, chamado Dodói, resultado entre a parceria com a ABRALE - Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia. Por meio de brincadeiras e material lúdico, a criança é preparada emocionalmente e estimulada a participar ativamente de todo o processo de tratamento interagindo com os médicos e demais da equipe. O projeto inicia com a entrega de dois Kits para a criança, um com material lúdico, contendo bonecos como a Monica e o Cebolinha e uma série de materiais de plástico imitando os hospitalares, para “tratamento” dos bonecos. Elas também recebem um Kit Gráfico, contendo revista e Gibis abordando a situação de internação, os procedimentos médicos com o paciente e informações sobre as doenças onco-hematológicas (linfoma, leucemia e transplante de medula óssea).

Este contexto nos lembra como o psicopedagogo tem muito a oferecer no espaço hospitalar, seja na Classe Hospitalar, em Brinquedoteca, no leito, nos apartamentos, na UTI, nos corredores, como também no espaço da quimioterapia, através de atividades educativas relacionadas ao lúdico. Ao contar histórias, o psicopedagogo trabalha a leitura, os jogos de expressão trabalham a linguagem e coordenação motora e os materiais concretos e jogos lúdicos podem ser trabalhados com a matemática. Além dessas atividades o profissional pode realizar passeios no ambiente hospitalar, atividades relacionadas com a música, desenho, prevenindo assim síndromes que ocorrem em decorrência de hospitalização prolongada.

Através dessa pesquisa bibliográfica pudemos compreender que apesar do estudo da Psicopedagogia no contexto da Classe Hospitalar ser ainda recente, revela-se como progressivo e tende a assumir importância cada vez maior, devido à maior expectativa da população, dos profissionais da saúde e do meio acadêmico.

A Classe Hospitalar e o atendimento psicopedagógico hospitalar são fundamentais para o tratamento do paciente, oferecendo um atendimento diferencial, humanizado de forma interdisciplinar respeitando as condições físicas, psíquicas e cognitivas da criança e adolescente e superando alguns dos fatores relacionados ao processo de hospitalização como o modo de compreensão dos procedimentos invasivos, desconhecidos e dolorosos realizados durante a hospitalização.

O trabalho oferecido em Classe Hospitalar deve ser realizado de forma dinâmica, acolhedora, flexível, para que o paciente sinta-se disponibilizado a frequentar o espaço pedagógico, evitando a falta escolar, favorecendo a continuidade aos conteúdos escolares e prevenindo o fracasso escolar.

Registra-se assim, a relevância da inserção do profissional da psicopedagogia no âmbito hospitalar, dada a necessidade que emerge do indivíduo os aspectos cognitivos, emocionais e sociais, que estão relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, impedindo ou dificultando sua interrupção em decorrência do processo de internação.

Diante disso, podemos compreender que o objetivo do atendimento psicopedagógico em classe hospitalar é identificar as dificuldades de aprendizagem, trabalhar com a prevenção, como também a reinserção ao contexto escolar. Além das formas de tratamento enfatizado é de fundamental importância, o profissional da psicopedagogia, realizar uma escuta profunda das palavras, pensamentos, sentimentos, significado pessoal e ações que estão por trás de uma mensagem expressada superficialmente pelo paciente.

A psicopedagogia no contexto hospitalar deve ser considerada como uma forma de atendimento interdisciplinar, realizada por diferentes profissionais como Psicopedagogos, Pedagogos, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Médicos, Fisioterapeutas, Enfermeiros, Nutricionistas, Terapeutas Ocupacionais entre outros profissionais da saúde.

Contudo, o profissional da psicopedagogia deve saber cuidar, compreender o sentido da doença, seu processo de aprendizagem e principalmente mobilizá-lo no restabelecimento escolar, social do hospitalizado e disponibilizar-se a assistir as famílias, assessorar os professores da escola de origem, dando-lhes orientação psicopedagógica, manter o vínculo escolar, como também, a reflexão ao processo de ensino aprendizagem no contexto hospitalar.

O profissional da psicopedagogia em classe hospitalar, deve compreender seus conhecimentos adquiridos de cada aluno-paciente o modo de ser de cada indivíduo, sua história de vida, suas perdas, enfermidades, relacionamentos conflituosos, experiências dolorosas, que proporcionarão aos indivíduos vontade de viver e desejo de superação em sua existência. Enfim, o psicopedagogo deve ter uma visão global da criança e adolescente hospitalizados, não apenas no aspecto cognitivo, mas sim, em todo seu contexto biopsicossocial e espiritual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.BEYER, Marlei Adriana. Psicopedagogia: ação e parceria. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/19.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CENTRO INFANTIL BOLDRINI. Classe Hospitalar. Disponível em: [http://www.boldrini.org.br/site/estrutura\\_classe.asp](http://www.boldrini.org.br/site/estrutura_classe.asp). Acesso em 17 de janeiro de 2014.

FERNANDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. Tradução Lara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FONSECA, Eneida Simões da. Atendimento escolar no ambiente hospitalar. São Paulo: Memnon, 2003.

FONSECA, Eneida Simões da; CECCIM, Ricardo Burg. Classe Hospitalar: buscando padrões referenciais de atendimento pedagógico-educacional à criança e ao adolescente hospitalizado. Revista Integração Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 9, n. 21, 1999. p. 31 a 40.

FONTES, Rejane de S. A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a10.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

GONTIJO, Raque. A psicopedagogia na instituição hospitalar. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/entrevista.asp?entrid=41>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

GONZALEZ, Eugênio. Necessidades educacionais específicas. Coordenador Maria Arrillaga et.al. Tradução Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri et.al. Educação Especial Do Querer ao Fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO. Crianças internadas continuam a ter aulas no hospital o que evita prejuízos ao ano letivo e acelera a recuperação da saúde. Disponível em: [http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20exp\\_e\\_r\\_i\\_e\\_n\\_c\\_i\\_a\\_s\\_2\\_0\\_0\\_3/\\_S\\_A\\_O\\_P\\_A\\_U\\_L\\_O\\_-\\_UniversidadeDeSaoPaulo.pdf](http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20exp_e_r_i_e_n_c_i_a_s_2_0_0_3/_S_A_O_P_A_U_L_O_-_UniversidadeDeSaoPaulo.pdf). Acesso em 3 de dezembro de 2013.

HOSPITAL INFANTIL JOANA GUSMÃO. Classe Hospitalar. Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/hijg/Pedagogia/EquipeClasse.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

INCA-Instituto Nacional do Câncer. Classe Hospitalar do Centro de Oncologia Pediátrica. Disponível em: [http://www.inca.gov.br/conteudo\\_view.asp?ID=163](http://www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?ID=163). Acesso em 21 de outubro de 2013.

LUIZ, Elizabeth Leitão Ramos. Classe Hospitalar – Atendimento Escolar em Ambiente Hospitalar. 2006. Disponível em: <http://www.saude.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/web/Templates/htm/v2printerview.htm?user=reader&editionsectionid=137&infoid=1561>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. Pedagogia Hospitalar. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MEC/SEE (Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial). Estratégias e Orientações Classe

Hospitalar e Atendimento Pedagógico e Domiciliar.  
Disponível em :  
<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>. Acesso em 5 de março de 2014.

MEDINA, Luciana Borges. Hospitalização em Pediatria e as Situações de Aprendizagem da Criança: Percepções da Equipe de Saúde em uma Unidade Hemato-Oncológica de um Hospital Universitário. 2001 Disponível em :  
[http://www.esp.rs.gov.br/img/2v15n1\\_05hospitalizaçao.pdf](http://www.esp.rs.gov.br/img/2v15n1_05hospitalizaçao.pdf). Acesso em 10 de março de 2014.

MELLO, Daniella Reis. Psicopedagogia Hospitalar – o vínculo afetivo da criança hospitalizada com a aprendizagem. Disponível em :  
<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos.asp?entrID=571>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

OLIVEIRA, Ivani Carvalho Amorim. Psicopedagogia Hospitalar – Saúde e Educação. 2007. Disponível em :  
<http://www.abpp.com.br/artigos/29.htm>. Acesso em 20 de junho de 2013.

SANTOS, Valdir dos. Revista da ABRALE, 2007, n.1, p.62-63.

SAVOY, G.V.C. Brincar: Necessário como remédio! Temas sobre Desenvolvimento; 15(89-90): 96-101, 2007

SOUZA, Raquel Pusch de. Humanização em Cuidados Intensivos. Rio de Janeiro. Revinter, 2004.

VASCONCELOS, Sandra Maia Farias. Intervenção escolar em hospitais para crianças internadas: a formação alternativa re-socializadora. Disponível em :  
[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=MSC0000000092006000100048&lng=en&nrm=isso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=MSC0000000092006000100048&lng=en&nrm=isso). Acesso em: 03 de maio de 2013.

VASCONCELOS, Sandra Maia Farias. A Psicopedagogia Hospitalar para Crianças e Adolescentes. 2000. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/download/hospitalar.doc>. Acesso em: 20 de março de 2014.

VITORINO, Stephânia Cottorello; LINHARES, Maria Beatriz Martins; MINARDI, Maria Regina Fonseca Lindenber. Interações entre crianças hospitalizadas e uma psicóloga, durante atendimento psicopedagógico em enfermaria de pediatria. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2005000200014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000200014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso 20 janeiro de 2014.

WAJNSZTEJN, Rubens; WAJNSZTEJN, Alessandra B. Caturani. Dificuldades Escolares: um desafio superável. 1. ed. São Paulo: Ártemis Editorial, 2005.

WEISS, Maria Lúcia L. Psicopedagogia Clínica - uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.



## ARTIGO

► Anazélia Franca Lira

# VALORES HUMANOS E EMPRESAS



**RESUMO** - Atualmente, o indivíduo é muito exigido na organização no qual o trabalho físico é substituído pelo trabalho mental, devido às mudanças das descobertas científicas e tecnológicas e da competitividade. Com isso, ocorre uma maior necessidade de inovação contínua na organização, por meio dos valores humanos, contribuindo para uma sociedade e mundo melhores. O presente trabalho trata-se dos valores humanos na empresa, sendo este, uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva, realizada numa empresa particular de João Pessoa. O instrumento utilizado foi entrevista, visando investigar qual a concepção dos valores humanos para a referida empresa. Os resultados sugerem que a empresa no qual foi pesquisada também atua por meio de valores humanos como: confiar, respeitar, ser ético, dialogar, ser líder, inovar, trabalhar em equipe, manter o foco, lidar com mudanças, comunicar, motivar e ser responsável frente as exigências do mercado de trabalho.

Palavras – Chaves: Empresa, valores humanos e comportamento

**ABSTRACT** - *Currently, the individual is much required in the organization in which physical labor is replaced by mental work, due to changing scientific and technological discoveries and competitiveness. Thus, there is a greater need for continuous innovation in the organization, through human values, contributing to a better society and world. This paper is related to human values in business, this is a qualitative research approach, descriptive, held in a private company from João Pessoa. The instrument used was an interview, which aimed to investigate the design of human values for this company. The results suggest that the company which was investigated also acts through human values such as trust, respect, be ethical, talk, be a leader, innovate, work as a team, stay focused, dealing with change, communicate, motivate and be responsible facing the demands of the labor market.*

*Keyword: Company, human values, behavior*

**T**emos observado nos últimos anos as empresas passando por grandes transformações. Diante dessas mudanças podemos perceber o crescente envolvimento das pessoas com o seu trabalho e a vida profissional.

Para Alvim (2006) o mundo do trabalho e das organizações sofreu mudanças significativas ao longo dos tempos. Iniciado pela Idade Moderna, já no século XVII, a sociedade era mercantilista já havia sido desenvolvida. A partir daí surge a burguesia visando modificar o sentido do trabalho. O trabalho era considerado uma atividade inferior e sem valor algum, voltado apenas para os escravos. Com a chegada da burguesia, ocorre o início da valorização do trabalho e da crítica a vida ociosa. Com o passar do tempo e dos avanços científicos do sec. XVII, da passagem do feudalismo ao capitalismo e principalmente das mudanças sócio-históricas, a prática do trabalho passa

a ser mais valorizado diante da sociedade.

Diante deste contexto podemos observar o quanto o trabalho do homem tem evoluído ao longo do tempo, assistindo-se nos últimos anos um conjunto de desenvolvimentos que muito enriqueceram e contribuíram para o estudo das organizações. O crescimento ocorreu a nível social, quer a nível econômico, tecnológico e cultural.

De acordo com Hrumm (2005) a história do trabalho iniciou-se por meio dos artesãos e a questão da estrutura organizacional tinha pouco significado. Com o início da Revolução Industrial em meados dos anos 1800, tornou-se visível a relevância da estrutura organizacional. As máquinas eram utilizadas pelos trabalhadores de forma cooperativa no mesmo ambiente. As pequenas empresas eram comandadas pelos fundadores onde havia o controle da dinâmica da organização.

Ainda segundo o autor, na empresa o chefe era a autoridade da organização, quando o mesmo não estava satisfeito com o trabalho, ele fazia suas modificações chamadas administração por impulso. Nesta época, a empresa estava apenas preocupada com os lucros, enquanto a organização estivesse tendo sucesso, a administração não estava preocupada com os desejos e necessidades dos empregados.

Dentro dessa visão percebemos que as organizações foram evoluindo ao longo do tempo, onde as empresas e indivíduos estão relacionados visando o progresso das organizações. No Século XIX, pode-se perceber que os funcionários passam por conflitos devido a autoridade das chefias, renunciando a sua liberdade de ação, por pertencer a uma organização.

Para Gomes (2005) no século XX, surge Frederick W. Taylor, engenheiro americano, apresentando os princípios da Administração Científica e o estudo da Administração como Ciência. Contudo as propostas básicas de Taylor foram: planejamento, padronização, especialização, controle e remuneração trouxeram decorrências sociais e culturais da sua aplicação, pois representaram a total alienação em equipe. Paralelamente surge uma nova teoria do estudioso Fayol, francês, no qual defendia princípios semelhantes na Europa, baseado em sua experiência na alta administração.

Referente ao mesmo autor as 05 (cinco) funções relevantes da gerência administrativa são: planejar, comandar, organizar, controlar e coordenar, sendo estas, os fundamentos da Teoria Clássica defendida por Fayol. Esta Teoria considera o principio da autoridade, o desrespeito com os funcionários, tendo assim utilizado um sistema fechado e manipulador no contexto empresarial. Este sistema era semelhante á Administração Científica, desenvolvia princípios que buscavam explorar os trabalhadores. Traçando-se um paralelo entre a Administração Científica e a Administração Clássica, conclui-se que enquanto Taylor estudava a empresa utilizando as tarefas de produção, Fayol estudava valorizando as tarefas da

organização. A ênfase dada pelo primeiro era sobre a adoção de métodos racionais e padronizados e máxima divisão de tarefas enquanto o segundo enfatizava a estrutura formal de empresa e a adoção de princípios administrativos pelos altos escalões.

Observamos assim que, o trabalho tem um valor existencial na vida do ser Humano, contudo no início do séc. XIX, eles foram discriminados, sofreram assédio moral e exigência demasiada no cotidiano profissional. Percebe-se uma forte alienação por parte dos dirigentes e foi por parte dos trabalhadores, por meio de exigências, para que ocorressem varias modificações, como a valorização e reconhecimento dos funcionários, uma reflexão quanto a cargo operário de trabalho e principalmente a prevenção de doenças ocupacionais.

Ainda segundo Gomes (2005) na década de 1940, surge a teoria das Relações Humanas, chamada centrada nas pessoas, pelo estudioso Mayo. Sua teoria estava voltada para as relações interpessoais na empresa, a humanização, o qualidade da produção como resultante da integração social, o comportamento social do empregado, a formação de grupos informais, a importância do conteúdo do cargo e a ênfase nos aspectos emocionais.

Podemos compreender diante deste contexto, como a Teoria de Mayo, difere das teorias de Taylor e Fayol. Enquanto as teorias Científicas e Clássicas da Administração, não apresentavam um olhar cuidadoso para o funcionário, apenas uma administração centralizadora, a teoria de Mayo, surge para transformar as organizações por meio do diálogo, respeito mútuo, uma produção por meio da integração social e não através de exigências, trabalho informal em grupo e principalmente o contexto humanizador no âmbito empresarial, que ocorre pelo modo de falar com o outro, olhar, cumprimentar-se, respeitarem-se, entre chefes e funcionários.

O mesmo autor ressalta na década de 1950, surge a teoria do estruturalismo que teve início com a Teoria da Burocracia de Max Weber, que se baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos, para que se obtenha o máximo de eficácia. Além desta teoria, vale ressaltar a Teoria de Sistemas, desenvolvida a partir de 1970, que passou a abordar a empresa como um sistema aberto em contínua interação com o meio ambiente que o envolve e a Teoria da Contingência. Para essa teoria a empresa e sua administração são variáveis dependentes do que ocorre no ambiente externo, isto é, a medida que o meio ambiente muda, também ocorrem mudanças na empresa e na sua administração como consequência.

Podemos perceber que a Administração passou por vários teóricos como Taylor, Fayol, Mayo e Weber, tendo todos eles contribuído para o avanço das organizações. No início a produção ocorria por meio de pressões, por parte da direção, contudo com o passar dos anos novos teóricos foram surgindo e percebendo a relevância do comportamento do indivíduo na organização, valorizando assim seus aspectos emocionais, o quanto influenciavam em suas

atividades laborais. Por fim, existe uma teoria, que enfatiza, a mudança de ambiente no contexto empresarial, faz com que ocorram transformações, tendo assim conseqüências positivas no âmbito da produção. Portanto, todas as teorias contribuíram para a evolução do homem, para o progresso das empresas e principalmente para o desenvolvimento econômico das nações.

## Valores Humanos nas Empresas

De acordo com Oliveira (2007, p.43) “valores representam o conjunto de princípios, crenças e questões éticas fundamentais de uma empresa, bem como fornecem sustentação a todas as suas principais decisões”.

Referente ao mesmo autor os valores da empresa devem ter forte interação com as questões éticas e morais da empresa. E, se estes valores forem efetivamente verdadeiros, servem também, de sustentação da vantagem competitiva da empresa. Portanto, a principal interação e influência dos valores ocorre sobre as macropolíticas e políticas da empresa.

Segundo O'Donnell (2006, p. 29) o histórico dos valores humanos é apresentada por uma lista comum das habilidades e dos valores correspondentes.

Habilidades	Valores Necessários
Absorção da Cultura Organizacional	Abertura, <u>Perspicácia</u>
Aprendizagem Contínua	Abertura, Vontade
Comunicação Escrita	Clareza, Objetividade
Comunicação Oral	Clareza, tato
Condução de Diálogos e Reuniões	Abertura e Humildade
Consciência Global	Vontade de Aprender
Domínio de programas de computador	Vontade de Aprender
Foco no Cliente e qualidade	Perspicácia, concentração, respeito e <u>educação</u>
Entendimento prático dos regulamentos e procedimentos	Obediência, disciplina e <u>responsabilidade</u>
Prática ética	Honestidade
Gestão de Informações	Organização e Clareza
Gestão de Projetos	Organização e Clareza
Habilidades Interpessoais	Respeito, <u>confiança, tolerância</u>
Habilidades Organizacionais	Organização e Clareza
Negociação	Tato e determinação
Pensamento Criativo	Ousadia e Criatividade
Pensamento Crítico	Objetividade, <u>Proatividade</u>
Resolução de conflitos	Compreensão, <u>cooperação</u>
Resolução de problemas	Objetividade, <u>proatividade</u>
Tomada de decisões	Clareza, determinação
Trabalho em equipe	Cooperação, <u>respeito, confiança</u>
Trabalho em rede	Diálogo, <u>perspicácia</u>
Visão Sistêmica	Compreensão, objetividade



Diante deste contexto, podemos compreender como os valores e comportamentos dos indivíduos são importantes dentro da organização. Faz-se necessário à vontade, a objetividade, humildade, disciplina, honestidade, organização, criatividade, respeito e diálogo em equipe para que possam atingir os objetivos necessários e o desenvolvimento, organizacional.

Além das habilidades e valores apresentados é fundamental cultivar os relacionamentos positivos dentro e fora da equipe, evitar conflitos, proporcionar orientações, perceber e solucionar problemas, trabalhar com credibilidade e principalmente valorizar o próximo.

Portanto, as empresas devem ter uma visão global do indivíduo e não apenas nas habilidades técnicas e administrativas. Além desses aspectos, as organizações precisam compreender o ser humano e seus diversos papéis, a forma como o funcionário gerencia a si mesmo, a proatividade, o desenvolvimento da inteligência emocional e espiritual e principalmente o desenvolvimento dos valores e da vontade.

O grande desafio que se apresenta ao século XXI, é o de promover a mudança do sistema de valores que atualmente determina a economia global e chegar-se a um sistema compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica. Devido aos seres humanos, estarem de forma inexplicável, ligados à teia da vida em nosso planeta e mostra quão imperiosa é a necessidade de reorganizarmos o mundo segundo um conjunto de crenças e valores diferentes (que não tenha acúmulo de dinheiro por único sustentáculo) e isso não só para o bem estar das organizações humanas, mas para a sobrevivência e sustentabilidade da humanidade como um todo (CAPRA, 2002 p.8).

Diante deste contexto pode-se perceber como a sociedade encontra-se voltada para o dinheiro, consumismo esquecendo assim, o bem estar das organizações humanas e a sobrevivência da humanidade. Portanto, faz-se necessário uma reflexão quanto aos valores humanos, à dignidade humana, e ao equilíbrio ecológico, para ocorra uma reorganização global evitando assim a discriminação, o exército dos excluídos e degradação no sentido social e ecológico.

De acordo com Queiroga et al. (2006), o pesquisador Rokeach (1973) é considerado o teórico mais conhecido a escrever sobre os valores humanos, pelo qual o mesmo, enfatiza que valores não representam simplesmente palavras ensinadas às crianças, mas sim compreendem importantes explicadores de atitudes, sentimentos e comportamentos estando relacionados aos atributos sociais, econômicos e culturais.

Existem outros modelos que concebe os valores desejáveis propostos pelo pesquisador Schwart (1992) servindo como princípios de guia na vida do indivíduo, tais como: autodireção (independente e curioso), estimulação (uma vida excitante e atrevido), hedonismo (prazer e desfrutar da vida, êxito (ambicioso e capaz), poder (poder social e autoridade), benevolência (amável e honesto), conformidade (educado e obediente), tradição (devoto e respeito pela tradição), segurança (segurança familiar e ordem social) e universalismo (aberto e um mundo de beleza). Já o pesquisador Inglehart (1991) define valores humanos a partir da teoria da Hierarquia

das necessidades de Maslow (1970), cujos princípios fundamentais são: as necessidades humanas são universais, são neutras e positivas, obedecem a uma hierarquia, o homem caminha em direção a auto-realização, a pessoa é um todo integrado e organizado. Com relação a Teorias das Necessidades foram identificados valores humanos básicos como: emoção, sexual, estimulação, prazer, êxito, poder, prestígio, privacidade, autodireção, sobrevivência, estabilidade, pessoal, saúde, maturidade, justiça social, beleza, sabedoria, tradição, ordem social, religiosidade, obediência, afetividade, apoio social, convivência, honestidade. No entanto, esses valores estão relacionados aos valores pessoais (referência particular), valores centrais (pessoais e sociais) e valores sociais (ênfase na vida social e interacional) (QUEIROGA, et al., 2006 p. 5).

Seguindo esta linha de pensamento, podemos perceber que o indivíduo para atuar na empresa faz-se necessário a independência, intuição, curiosidade, ter respeito pelo ser humano, saber desfrutar a vida, ser ambicioso, ter autoridade e principalmente atuar através dos valores humanos tais como: emoção, privacidade, justiça, sabedoria, equilíbrio físico e psíquico, religiosidade, afetividade, como também integridade. Portanto, não podemos fazer parte de uma equipe, de uma instituição visando a competitividade, a individualidade, ao conformismo, devemos saber ousar, não esperar do outro, mas sim, ter a capacidade e iniciativa de criar, trocar idéias, se comunicar, buscar orientações e informações dos mais experientes e enfim ter a humildade em saber que sempre estaremos num processo de aprendizagem, para nosso desenvolvimento pessoal, profissional e equilíbrio biopsicossocial e espiritual.

## Método

Neste estudo, objetivou-se investigar quais os valores humanos vivenciados no contexto empresarial. Para isso buscou-se identificar: a) o significado de valores humanos para a empresa; b) quais os valores humanos são transmitidos aos funcionários da empresa; c) se os valores humanos contribuem para um bom comportamento do indivíduo; d) se a orientação de valores humanos na empresa é de responsabilidade da direção; e) se a honestidade é considerada um valor humano para esta empresa; f) se os funcionários da empresa apresentam comportamentos baseados em valores humanos.

## Participantes

A população da pesquisa foi composta por um indivíduo, sendo este o diretor da empresa, onde foi realizada a referente pesquisa.

## Instrumento

O instrumento utilizado foi entrevista, roteiro pré-estabelecido, contendo sete perguntas abertas direcionadas para o diretor da empresa.



## P rocedimentos

O participante do estudo foi orientado, sobre o propósito da pesquisa, em seguida foi dada a permissão para a realização da mesma. As informações sobre as características da organização foram obtidas por meio de entrevista com o representante da direção da empresa.

## R esultados

Diante das questões investigadas, podemos ter uma compreensão da empresa pesquisada, que a mesma, valoriza os aspectos biopsicossociais do indivíduo. Ainda, valoriza os valores humanos como integridade, comprometimento, superação, transparência e confidencialidade. Em sua filosofia empresarial os valores estão internalizados nos indivíduos desde a sua admissão na empresa até em seu desenvolvimento produtivo. Os demais valores serão adquiridos ao longo de sua atuação no contexto organizacional. A missão da empresa é atuar por meio dos valores desde a direção, passando pelos gestores até chegar aos colaboradores. E por fim, um valor humano valorizado na organização é a honestidade, sendo este um requisito primordial para a admissão do indivíduo na instituição.

## D iscussão

Levando em consideração o referencial teórico em que esta pesquisa se baseou em (Alvim, Capra, Gomes, Moretti, Krumm, O'Donnell e Queiroga), verificou-se que os valores humanos como a integridade, transparência, superação são fundamentais para o desenvolvimento produtivo no contexto do trabalho. Estes valores são transmitidos não só pelo diretor da empresa mais sim, pelos gestores da instituição. É de fundamental importância a internalização de valores por meio dos colaboradores, gestores e diretores para o crescimento da organização.

Segundo O'Donnell(2006) valores humanos significa ajustar o comportamento e reagir apropriadamente às atitudes dos outros com a situação, tratar o próximo com respeito e criar um ambiente de confiança por meio de palavras e ações, estimular relacionamentos de trabalhos positivos e minimizar conflitos.

Verificou-se que o participante da pesquisa tem conhecimento teórico e prático referente aos valores humanos na empresa e de sua importância na vida dos colaboradores, gestores e diretores para o progresso da organização.

A diretora ao ser questionada sobre os valores

transmitidos para os funcionários, a mesma enfatizou que os colaboradores já possuem seus valores humanos, pois estão relacionados a educação e os demais valores serão desenvolvidos ao longo do processo de trabalho, sendo assim um processo de aprendizagem. Contudo o que a empresa valoriza durante o processo seletivo é a questão da honestidade, sendo este um grande valor para a empresa.

De acordo com o relato da diretora, verificou-se que a organização valoriza muito os valores humanos, os colaboradores atuam por meio dos valores e a diretoria e seus gestores servem de exemplos em seus comportamentos para que possam transmitir seus devidos valores.

Isto nos leva a perceber que a empresa não apresenta conhecimento apenas no contexto teórico referente aos valores humanos, a mesma atua na prática, em seu cotidiano profissional, para que sejam transmitidos para clientes internos e clientes externos.

A filosofia da empresa e sua missão estão baseadas nos valores humanos desde a admissão do funcionário, durante o processo seletivo, como em sua atuação profissional. Além da técnica dominada em sua função, os funcionários precisam ter atitudes, competências comportamentais, habilidades interpessoais, comunicação, humildade, vontade de aprender, honestidade, determinação sendo estes valores humanos exercidos no ambiente de trabalho.

## C onsiderações Finais

Na busca de pesquisar a prática de valores humanos dentro das instituições, constatou-se como a empresa atua por meio de valores iniciando pelos diretores, gestores até mesmo os colaboradores.

O que se faz necessário atualmente é que todas as empresas devem atuar por meio dos valores humanos, pois proporciona um clima organizacional mais agradável, apresenta um equilíbrio emocional entre os colaboradores, gestores e principalmente proporciona o crescimento da organização.

Os gestores das empresas buscam desenvolver competências e aptidões para lidar com situações cada vez mais complexas. Além das aptidões e qualificações necessárias ao desempenho de qualquer função técnica, existem as habilidades e os valores que devem ser preservados na organização como: humildade, honestidade, obediência, disciplina, organização, respeito, confiança e determinação.

No início das implantações das empresas, os diretores apenas visavam a lucratividade, tinham a visão do homem como máquina, um homem produtivo, mecânico sem valorizar os seus aspectos emocionais. Atualmente pode-se perceber por meio desta pesquisa, como as empresas estão com uma visão mais humanista, no qual atuam por meio dos valores humanos, respeitando as limitações dos colaboradores e incentivando o desenvolvimento de

suas habilidades. Assim sendo as empresas não seguem mais aqueles padrões por meio do autoritarismo, mais sim do respeito e confiança ao funcionário.

Diante da empresa pesquisada, observou-se que a mesma atua por meio das habilidades pessoais, da capacidade em contribuir ativamente em equipe, de trabalhar em conjunto na realização dos objetivos e de desenvolver e manter bons relacionamentos no trabalho. Além disso, proporciona oportunidades de aprimorar as próprias habilidades através da boa comunicação, organização, percepção, independência, harmonia, cooperação, abertura e excelente senso crítico.

Podemos concluir que a empresa no qual foi pesquisada também atua por meio de valores humanos como: confiar, respeitar, ser ético, dialogar, ser líder, inovar, trabalhar em equipe, manter o foco, lidar com mudanças, comunicar, motivar e ser responsável, além disso atua por meio da credibilidade, respeito e imparcialidade. Os valores de uma empresa têm muito a ver com as práticas de seu dia-a-dia, entre as quais está o modo de produção na qualidade de vida, ou seja na satisfação dos funcionários no ambiente de trabalho. Portanto deve-se estar claro para os diretores, gestores da empresa a cultura organizacional, quais os propósitos da empresa e quais são seus valores primordiais.

práticas. 24.ed. São Paulo. Atlas. 2007.

QUEIROGA, F. Gouveia, V. et al. Escala de Comportamento Social e responsável do consumidor: estudo preliminar de evidência de validade. Psico USF. v.11, n.2, dez. 2006.

Disponível em: [http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712006000200012](http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712006000200012). Acesso em: 08 de março de 2010.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVIM, Monica. Botelho. Ensaio para um modelo Psicológico de análise Organizacional na perspectiva da abordagem Gestáltica. Revista Contato e Cultura Organizacional; p263, ano 2006, Brasília DF UNB.

CAPRA, Fritjof. As Conexões Ocultas / Ciência para uma vida sustentável. Disponível em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/valores/fritjofcapra.htm>. Acesso em: 13 de março de 2010.

GOMES, Lucinda Pimentel. História da Administração. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/download/RD1605.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2010.

MORETTI, Silvinha. Qualidade de Vida no Trabalho & Auto-Realização. Disponível em: [www.icpg.com.br/artigos/rev\\_03-12.pdf](http://www.icpg.com.br/artigos/rev_03-12.pdf). Acesso em 09 de março de 2010.

KRUMM, Diane J. Psicologia do Trabalho: uma introdução à psicologia industrial-organizacional. Rio de Janeiro. LTC. 2005.

O'DONNELL, Ken. Valores Humanos no Trabalho – Da Parede Para Prática. São Paulo: Gente, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e

## ARTIGO

► Ademilson Laurentino da Silva

# AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E O ADOLESCENTE INFRATOR



**RESUMO:** O presente artigo apresenta uma discussão teórica sobre “As Dificuldades de Aprendizagem e o Adolescente Infrator”, tema que desperta interesse principalmente dos que trabalham diretamente no sistema educacional. A importância para realização deste estudo está relacionada com a necessidade de trazer à tona os problemas de aprendizagem escolar envolvendo adolescentes, assim como evidenciar as resistências e limitações dos professores ao lidar com os alunos. A pesquisa é de cunho bibliográfico, tendo como objetivo identificar as dificuldades de aprendizagem que interferem no processo educacional do adolescente infrator, valendo-se da fundamentação teórica que se apóia em alguns conceitos de autores que desenvolveram trabalhos sobre esse assunto. Portanto, o estudo conclui que se faz necessário implantar políticas educacionais com sentido inclusivo, principalmente, transformar as escolas, em centros de referência de educação, bem como investir em orientação e apoio aos professores, por meio de estratégias de aperfeiçoamento da prática pedagógica e da relação professor-aluno, em parcerias com as famílias, buscando prevenir conflitos e problemas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Dificuldades de aprendizagem; escola e adolescente infrator

**ABSTRACT:** *This article presents a theoretical discussion on "Learning Disabilities and Adolescent Offender", a topic that arouses interest especially those working directly in the educational system. The importance for this study is related to the need to bring up the learning disorders involving teenager special school, as well as highlighting the strengths and limitations of teachers dealing with students. The research is based on bibliography, aiming to identify learning difficulties that interfere with the educational process of youth offenders, drawing on the theoretical framework that relies on some concepts developed by authors who work on this subject. Therefore, the study concludes that it is necessary to implement educational policies inclusive sense, transform schools in special education referral centers, as well as invest in guidance and support to teachers through improvement strategies in teaching, and the relationship between teacher student, in partnership with families, seeking to prevent conflicts and problems.*

**KEYWORDS:** *Learning disability; school and youth offenders.*

O tema dificuldades de aprendizagem já é estudado e pesquisado há muitos anos, seja por profissionais da educação, da psicologia e demais áreas para compreender o que leva a criança e o adolescente a apresentarem problemas de aprendizagem. Podemos perceber nas teorias que são diversos fatores que levam ao indivíduo evidenciar dificuldades de aprendizagem como: orgânico, familiar, social, falta de qualidade no ensino, educação pré-escolar precária, problemas psicológicos como ansiedades, depressão, uso de substâncias

psicoativas, violência, como também experiências negativas que desencadearam problemas na aprendizagem.

O interesse para realizar este estudo está relacionado à minha experiência como militar estadual, no contexto educacional. Confrontei-me durante essa vivência com adolescentes infratores, apresentando um quadro de dificuldades de aprendizagem, frente ao seu processo educacional. Sendo assim, tive a oportunidade em observar as resistências e limitações dos professores ao lidarem com estes adolescentes, ocorrendo desta forma, um atraso no desenvolvimento da aprendizagem do aluno. A partir destas observações, me senti estimulado a pesquisar a temática, as dificuldades de aprendizagem no período da adolescência, principalmente na realidade do adolescente infrator.

O objetivo geral que norteará esta investigação pode ser assim descrito da seguinte forma: identificar as dificuldades de aprendizagem que interferem no processo educacional do adolescente infrator.

O presente estudo sobre as dificuldades de aprendizagem e o adolescente infrator tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, na qual será realizado um levantamento bibliográfico com vários teóricos e tem como enfoco destacar os relevantes problemas de aprendizagem presentes na vida do adolescente infrator.

Pode-se perceber como a fase da adolescência é um período de conflitos para o indivíduo, pois o mesmo deixa a infância, para iniciar uma nova fase da vida, sendo que assim surgem medos, inseguranças, ansiedades que vem a prejudicar muitas vezes seu processo de aprendizagem. Se o adolescente não recebe apoio da família, das escolas, da comunidade, o mesmo fica vulnerável ao comportamento violento seja físico e ou verbalmente, contribuindo assim para vir a ser um adolescente infrator. Se o adolescente já apresenta um transtorno de conduta na infância por meio de falta de limites, não aceitar regras e normas da sociedade, desrespeitar autoridades ou os demais, ser agressivo com colegas e professores da escola, o mesmo já tem indícios que poderá derivar um menor infrator em sua vida futura.

Este estudo é de extrema importância para a área de educação, saúde, segurança, dentre outras, pois busca levar a reflexão do comportamento do menor infrator e o que leva ao mesmo, a sofrer com problemas de aprendizagem. Os autores que estão presentes neste artigo são Oliveira & Bossa et.al (2010), Ballone (2005), Fernandez (1991) et.al.

Para um profissional de educação trabalhar com adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem é de suma relevância verificar de que forma ocorreu a educação básica deste indivíduo: se foi de qualidade, no período certo, se apresentou limitações, investigar a estrutura familiar, alguma doença física ou psíquica apresentada, o comportamento do aluno perante o contexto escolar, familiar e social, como também se ele utiliza ou utilizou drogas em algum período da vida.



# AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E O ADOLESCENTE INFRATOR

## Conceito e Historicidade da Adolescência

Segundo a Wikipédia (2010) a adolescência é a fase do desenvolvimento humano que ocorre a passagem da infância para a idade adulta, ocorrendo assim inúmeras transformações na vida do indivíduo seja físico, psíquico, social, devendo se adaptar a esta nova realidade como também ter a competência para assumir deveres e papéis sociais de adulto.

Conforme Áries (1981), ao se voltar às transformações culturais que levaram o Ocidente a mudar suas relações afetivas com os jovens, oferece grande ajuda na compreensão de que forma a adolescência passou a se constituir em expressão dos impasses do sujeito moderno. Consta da sua exaustiva catalogação de obras e referências culturais acerca da infância e da juventude uma interessante compilação latina, datada do século XIII, de escritos do Império Bizantino. O livro VI de “O grande proprietário de todas as coisas” trata das fases de desenvolvimento dos homens, distribuídas em sete faixas etárias, entre as quais já se menciona a adolescência:

“Segue-se a terceira idade, que é chamada de adolescência, que termina, segundo Constantino em seu viático, no vigésimo-primeiro ano, mas, segundo Isidoro, dura até 28 (...) e pode estender-se até 30 ou 35 anos. Essa idade é chamada de adolescência porque a pessoa é bastante grande para procriar, disse Isidoro. Nessa fase, os membros são moles e aptos a crescer e a receber força e vigor do calor natural. E, por isso, a pessoa cresce nessa idade toda a grandeza que lhe é devida pela natureza.” (ÁRIES, 1981: p. 36).

Desse modo, observamos que, apesar de uma referência tão antiga, o termo adolescência ainda se confundiria com infância até o século XVIII. Verifica-se que cada época elegeria um período da vida humana como preferido, dependendo das relações demográficas. Assim, no século XVII, a juventude militar ocuparia seu lugar de respeito (incluem-se aí crianças maiores e homens não-idosos). O século XIX descobre a infância, o XX define e privilegia o adolescente.

Para tanto, Rousseau é considerado o descobridor da infância, tal como a compreendemos hoje: “Foi ele o primeiro que entendeu a criança e, conseqüentemente, cessou de tratá-la como adulto” (VAN DEN BERG, 1965: 22).

Rousseau (1968), no clássico “Emílio (ou Da educação)”, toma para si um aluno imaginário, a quem acompanha ficcionalmente como preceptor nos variados momentos de seu crescimento, aplicando-lhe as regras de educação que prescreve principalmente às mães e aos educadores. É com base nas fases de desenvolvimento do personagem-título que o autor organizará os diferentes livros que compõem sua obra.

Livro I: “A idade de natureza” – o bebê (infans).

Livro II: “A idade de natureza” – de 2 a 12 anos

(puer).

Livro III: “A idade de força” – de 12 a 15 anos.

Livro IV: “A idade de razão e das paixões” – de 15 a 20 anos.

Livro V: “A idade de sabedoria e do casamento” – de 20 a 25 anos.

Se, no Livro III, Rousseau dedica-se à formação intelectual e profissional de seu pupilo, vai ser no IV que ele vai dar notícias daquilo que hoje compreendemos por adolescência. “Nascemos, por assim dizer, duas vezes: uma para existir, outra para viver; uma para a espécie, outra para o sexo”, anuncia Rousseau (1968: 271).

Como bem explicita o autor Van Den Berg (1965) a escassez de referências à adolescência anteriores a Rousseau ao fato de, simplesmente, a criança pouco se distinguir do adulto. Os pequenos passariam a adquirir estatuto da criança por meio da modificação psíquica dos próprios adultos, decorrente do pluralismo e da mobilidade sociais advindos da revolução industrial do século XVIII. A segunda causa do crescente infantilismo das crianças estaria na sua restrição de acesso ao mundo adulto: os ofícios, antes exercidos nas ruas ou em casa, transformaram-se nos trabalhos executados dentro do espaço fechado das fábricas. Ainda que a mão-de-obra infantil continuasse a ser explorada, já começava a se desenhar, nessa época, a consciência de que certos ambientes eram caracteristicamente adultos.

Segundo as concepções de Van Den Berg (1965: 71) “nos últimos decênios, enfim, notamos que o acesso à madureza está cada vez menos associado ao fim da puberdade e, até mesmo, em certos ambientes, completamente desligados; esse período estende-se sobre anos que, até há pouco tempo, faziam parte da idade adulta.”

Para Calligaris (2000), uma circularidade semelhante nos ideais que a modernidade deposita sobre a adolescência: uma vez que a contemporaneidade tem a independência como ideal e um dos grandes objetivos da educação moderna é instigar os jovens a se tornarem indivíduos. No entanto, a despeito da maturação dos corpos, o ingresso na vida adulta é sempre postergado, sob a desculpa de que o jovem não é maduro o suficiente.

“Essa idéia é circular, pois a espera que lhe é imposta é justamente o que o mantém ou o torna inadaptado e imaturo” (CALLIGARIS, 2000: 17). Esse tempo de suspensão ou moratória acabou por afetar a própria definição do termo. Se antes ele se referia à manifestação psíquica das mudanças corporais da puberdade, a adolescência hoje não encontra mais marcos iniciais ou finais evidentes em virtude da própria indefinição do que seja um adulto.

A partir dos estudos de Calligaris (2000:15), os elementos na tentativa de definir o que seja um adolescente, é considerado quando:

“Inicialmente, é alguém:

1. que teve tempo de assimilar os valores mais banais e melhor compartilhados na comunidade;
2. cujo corpo chegou à maturação necessária para que ele

possa, efetiva e eficazmente se consagrar às tarefas que lhes são apontadas por esses valores, competindo de igual para igual com todo mundo;

3. para quem, nesse exato momento, a comunidade impõe uma moratória;

4. cujos sentimentos e comportamentos são obviamente reativos, de rebeldia a uma moratória injusta”.

Como bem explicita o mesmo autor CALLIGARIS (2000:21), “acrescentemos, concluindo que o adolescente é também alguém:

5. que tem o inexplicável dever de ser feliz, pois vive uma época da vida idealizada por todos;

6. que não sabe quando e como vai poder sair de sua adolescência”.

Levando em considerações que os estudos de Van Den Berg (1965), defendem que na tentativa de entender a adolescência, recorre à imagem de uma ponte entre a infância e a adultez. Na sociedade moderna, essa ponte que separa adultos de crianças é cada vez mais longa, e o adolescente, para percorrê-la, encontra mais obstáculos e vislumbra distintas paisagens.

Certamente, as observações de Van Den Berg são perspicazes e definem a adolescência como uma operação psíquica substitutiva do trabalho simbólico antes oferecido pelo social.

Seguindo esta linha de pensamento, a infância desassistida de um número crescente de sujeitos produz, obviamente, cada vez mais adolescentes solitários no seu processo, os quais poderão atravessar muito facilmente a tênue linha que separa as experiências de bordas típicas da adolescência dos atos delinquentes, muitas vezes com consequências irreversíveis.

Diante do exposto, pontuamos a relevância que a adolescência é um fenômeno de forte caracterização cultural e sua definição está intimamente ligado à transformação da compreensão do desenvolvimento humano e também à transformação da forma como cada geração adulta se define a si própria. Daí a idéia de que a adolescência é uma fase qualitativamente diferente da infância e da idade adulta e que tem sua origem já na antiguidade. A base sócio-política dessa diferenciação só surgiu, no entanto, com a transformação das estruturas sociais ocorrida em fins do século XIX que permitiram que os jovens (adolescentes) fossem retirados do mercado de trabalho para frequentarem a escola e outras instituições educacionais. O aumento da complexidade das funções e papéis a serem exercidos na idade adulta leva a um aumento progressivo da fase de formação, sendo o termo adolescência usado com vários significados em contextos diversos.

## Jovem e Comportamento delinqüente

A adolescência é um período de descobertas, transições e transformações na vida do ser humano. Nesta fase, ocorre um rompimento da infância, no qual o indivíduo vivencia perdas e passa a se adaptar ao enfrentamento da vida adulta. Além disso, neste período, ocorrem crises existenciais, que leva o jovem

ao auto-conhecimento, auto-reflexão frente as questões afetivas, profissionais e acadêmicas. Portanto, o jovem nesta fase encontra-se vulnerável a violência, ao comportamento agressivo, as drogas ou comportamento sexual inadequado, levando-os muitas vezes ao comportamento delinqüente. Vale ressaltar que, a violência praticada por jovens ocorre em função do meio em que vivem e da realidade social na qual estão inseridos. No entanto, percebe-se que outros fatores também contribuem, como por exemplo, o aumento do tráfico de drogas e armas no país, a desestrutura familiar, o descaso dos governantes diante das guerras urbanas, como também as desigualdades sociais que são perceptíveis em boa parte dos Estados que compõem a nação.

Podemos referenciar também que, a violência contra crianças e adolescentes constitui-se uma prática corriqueira e cada vez mais visível: agressões verbais, espancamentos, exploração sexual (sob a forma de prostituição ou pedofilia). Ademais, o recrutamento pelo tráfico de drogas também elevou as taxas de violência contra os jovens, principalmente daqueles economicamente desprivilegiados e culturalmente discriminados que residem nas periferias das cidades.

Baseado em Saraiva (1999), os adolescentes em grupos de amigos tendem a aumentar em importância e acentua-se a tendência à imitação (forma de vestir, de falar, de agir, que são influenciadas pelo grupo); temem não ser aceitos e valorizados pelos amigos, por isso agem de acordo com a maioria. A questão afetiva é frágil e contraditória. São comuns períodos alternados de serenidade e de extrema fragilidade, com frequentes demonstrações de instabilidade, agressividade e irritação. Este mesmo autor enfatiza, a insegurança do adolescente apresenta-se em alguns momentos sob a forma de uma aparente “superioridade” com relação aos adultos, e em outras, destaca-se a total dependência. Outra importante mudança é o amadurecimento sexual, onde dispara o relógio biológico e coloca em funcionamento glândulas importantíssimas que o transportará da infância à adolescência, mediante a dura prova da puberdade.

O autor Minayo (1994: 17) destaca:

“A puberdade é uma noção fisiológica, desencadeada pela secreção de um hormônio produzido pelo hipotálamo, que por sua vez promove a ativação da hipófise e das glândulas genitais, os ovários e os testículos, ela modela e transforma o corpo para lhe dar uma estatura de adulto num período bem curto.”

Como bem explicita o mesmo autor, em geral, as meninas amadurecem sexualmente mais cedo (por volta dos dez anos) do que os meninos (em torno dos treze anos). Nessa fase ocorre uma grande atividade hormonal, que os levará à capacitação reprodutiva.

Baseado em Saraiva (1999), há transformações somáticas, afetivas e sociais que interferem no comportamento dos adolescentes. A inteligência, segundo os conceitos de Piaget, evolui do nível concreto para o formal, caracterizado pelo pensamento

hipotético-dedutivo. Neste nível, o adolescente alcança a maturidade mental e torna-se mais capaz de pensar em possibilidades além das coisas reais e concretas, tendo atingido a abstração do pensamento.

O autor Visca (1997) enfoca que, todas essas transformações biopsicossociais não poderiam mesmo acontecer sem conflito, porque a adolescência é classicamente reconhecida por ser um período de intempéries. Entretanto, ao mesmo tempo em que o adolescente se vê forçado a dar conta de adaptar-se a todas essas novidades que lhes são apresentadas, ele precisa interpretar diversas mudanças, como a perda do corpo infantil e do próprio lugar de criança. Torna-se necessário desapegar-se de sua identidade infantil, não se dando mais conta de quem ele está se tornando (o adolescente já não é mais criança e ainda não é adulto).

Entretanto, o que podemos observar é que, na atualidade, vivenciamos um quadro crítico de banalização da violência em geral, incluindo a violência sexual e estes comportamentos passam a fazer parte do cotidiano de muitos adolescentes em nosso país. A ocorrência de vitimização física, sexual, psicológica e as negligências praticadas contra crianças e adolescentes estão atreladas a fatores psicológicos, sócio-econômicos, culturais e características patológicas das famílias. Faz-se necessário, então, levar em consideração o histórico familiar, articulado com o contexto situacional.

Desta forma, podemos ressaltar o quanto as histórias de cada família são compostas por vivências acumuladas dos pais, engendradas nas relações de suas próprias famílias e assim sucessivamente; desse modo, há uma reprodução de valores que são transmitidos de pais para filhos e estes irão influenciar as suas experiências de socialização.

Podemos observar assim também que, em nosso sistema social e econômico, diferentes dispositivos de marginalização são produzidos, contemplando, dentre esses, as condições de produção para o mercado de trabalho. Contudo, eles distanciam-se das condições de acesso a um emprego formal, muitos adolescentes passam a ser visibilizados a priori como vulneráveis por programas de políticas públicas. Como dispositivo de marginalização, isso pode ter como decorrência a inserção em processos de exclusão. Embora ocorram em certos espaços da sociedade onde a pobreza é mais visível, essas práticas não podem deixar de ser questionadas para se refletir sobre os modos de subjetivação que estão sendo produzidos por determinados discursos hegemônicos de exclusão social.

Em relação a determinadas populações consideradas socialmente vulneráveis, Huning & Guareschig (2004) ressaltam a existência de discursos que normatizam o certo e o errado como algo produzido historicamente e que tem como preocupação a ordenação do mundo, o que está intimamente vinculado ao objetivo das ciências do comportamento ou da psique. Os saberes científicos produzem modelos e prescrições de modos de ser,

englobando os referenciais desejáveis – do ponto de vista da ordem social – e os desviantes, sobre os quais devem voltar-se as intervenções pedagógicas, disciplinares, corretivas e punitivas, entre outras.

Dessa forma, quando os jovens são considerados como vivendo fora de situações mínimas estabelecidas pela sociedade, emergem preocupações de políticas públicas no intuito de proporem alternativas. Se, por um lado, as alternativas podem ser vistas como uma concessão de possibilidades a esses jovens de desenvolverem condições iguais às de todos os cidadãos, por outro, podemos questioná-las na sua função de normatização através da ordem social hegemônica e conseqüente estigmatização das populações atendidas.

Uma leitura provocadora possível é a de que, quando os jovens fazem parte de populações carentes, políticas públicas podem enquadrá-los, naturalmente, como o grupo de excluídos que precisa ser ocupado para poder formar sujeitos úteis, que saiam das ruas e passem a frequentar escolas, pois o contrário se relaciona à possibilidade de infringir regras. Podemos indicar uma série de pressupostos que dão sustentação a essa lógica de ação: a vinculação da pobreza com a inutilidade social; a necessidade de enquadramento no modelo de produção capitalista; a marginalização da pobreza. A utilidade do indivíduo para o sistema vincula-se ao seu potencial produtivo e à preocupação que suscita enquanto ameaçador da ordem social em questão. (HUNING & GUARESCHIG, 2004).

Ainda conforme os mesmos autores, desde o ensino médio e fundamental até o ensino superior, a educação dos jovens é voltada para o mundo do trabalho, a busca por controle, disciplina e produtividade – “o trabalho dignifica o homem”. Dessa forma, denota produção e consumo, carregando em seu significado o sinônimo de honestidade. Conseqüentemente, também o reconhecimento da cidadania.

Piva & Sayad (2000) ressaltam que, a violência urbana em processos de infratores de 12 a 18 anos, identificaram que a motivação para a violência está relacionada à desagregação familiar, à exclusão social e ao nível de escolaridade. O crime contra o patrimônio é o mais praticado por infratores menores de 18 anos que não concluíram o ensino fundamental ou que são analfabetos. A agressão física é o delito mais freqüente entre os adolescentes que ingressaram no ensino médio. Os jovens de nível superior, com maior freqüência, cometem infrações ligadas ao trânsito, tais como falta de habilitação e direção perigosa.

O autor Levisky (1997) tem a concepção que os adolescentes são mais suscetíveis a situações violentas com as quais convivem em seu meio quer seja ele social, familiar ou escolar. O mesmo autor, admite que existe violência do adolescente contra o meio ambiente, mas também da sociedade, da escola e da família contra eles.

Ainda segundo Levisky (1997) e Marques (1997) sugerem que a desestruturação e o enfraquecimento



da família servem para aumentar o risco de abuso ou negligência, resultando em situações de violência doméstica, muitas vezes conseqüência involuntária do uso excessivo de força física por parte dos adultos. Apesar dessas atitudes serem consideradas por alguns pais educativas, o castigo isolado é, na maioria das vezes, ineficaz como meio de modificar o comportamento do adolescente podendo aumentar a agressividade no lugar de solucioná-la ou abrandá-la, configurando-se, nesses atos, a violência física.

Os autores Ferreira & Schramm (2000) apontam como conseqüências de violência física não somente danos físicos e de desenvolvimento (social e cognitivo), mas também psicológicos (baixa auto-estima e distúrbios psíquicos) e comportamentais (desde dificuldades de relacionamento até atos suicidas e criminosos).

A partir desta reflexão, podemos inferir que o período da adolescência, está relacionado com a formação familiar, sendo que esta se for de forma estruturada, harmoniosa, irá contribuir para que o jovem não seja vulnerável ao comportamento delinqüente. Além disso, as escolas no momento atual lutam por sua sobrevivência, buscando a autonomia e uma educação de qualidade para o aluno, contudo, os jovens muitas vezes são induzidos por amigos do contexto escolar, ao uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas, seja no contexto escolar, ou no convívio social, desencadeando assim um desequilíbrio pessoal e familiar. Portanto, se faz necessário tanto os pais quanto os professores, acompanharem o adolescente, desde seus objetivos, metas de futuro, orientações quanto a sexualidade, como também, as conseqüências das drogas na vida do indivíduo, a relevância de uma religião para o direcionamento da vida dele, a importância da reflexão frente à profissão que almeja seguir e principalmente, ser cuidadoso em seus relacionamentos afetivos. É por meio de uma adolescência bem acolhida, orientada e respeitada pela família e pela escola, que os adolescentes não ficarão vulneráveis a violência, delinqüência e uma futura corrupção.

## **D**ificuldades de Aprendizagem no Adolescente Infrator

De acordo com José & Coelho (2008), a aprendizagem é um processo de estimulação sobre a vida do indivíduo já maturo, que se expressa, frente a uma situação-problema, sob a forma de uma mudança de comportamento em função da experiência. Os mesmos autores ressaltam que o conceito de aprendizagem não se restringe apenas ao contexto escolar, como resultado de ensino. Contudo, o termo tem um sentido abrangente que envolve os hábitos que formamos, os aspectos de nossa vida afetiva, como também a aquisição dos valores culturais. Além disso, a aprendizagem está relacionada aos estímulos ambientais vivenciados pelo ser humano ao longo da vida.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, o

processo de aprendizagem recebe interferências de diversos fatores como: intelectual, psicomotor, físico e social, mas é do fator emocional que depende grande parte da educação infantil. Portanto, se no processo de alfabetização da criança, a mesma apresentar problemas emocionais, conseqüentemente na adolescência o indivíduo apresentará problemas de aprendizagem.

Ainda segundo José & Coelho (2008), para que a aprendizagem seja de forma significativa se faz necessário uma efetiva mudança de comportamento, ampliando cada vez mais a capacidade do aluno. Portanto é de grande relevância, o indivíduo, perceber a relação entre o que ele está aprendendo e a sua vida. Além disso, é preciso que o aluno reconheça as situações em que aplicará o novo conhecimento e habilidade, sendo principalmente significativo para ele. Assim sendo, se a aprendizagem ocorrer de forma mecânica, ocorrendo apenas uma simples retenção, jamais será significativo para o mesmo. Por fim, a aprendizagem para ser significativa, deve envolver análise, imaginação, como também o relacionamento entre idéias, coisas e acontecimentos.

Os mesmos autores enfatizam que existem inúmeros fatores que desencadeiam problemas de aprendizagem, sendo estes: fatores orgânicos – saúde física deficiente, falta de integridade neurológica (sistema nervoso doente), alimentação inadequada, como também os fatores psicológicos – inibição, fantasia, ansiedade, angústia, inadequação a realidade, sentimento generalizado de rejeição e os fatores ambientais – o tipo de educação familiar, o grau de estimulação que a criança recebe desde os primeiros dias de vida e a influência dos meios de comunicação.

Diante deste contexto, podemos compreender que a aprendizagem está relacionada com a história de vida do indivíduo, não se restringindo apenas a educação escolar, mas sim educação familiar e o aprendizado vivenciado no decorrer da vida. Para que a aprendizagem ocorra de forma adequada, se faz necessário, observar de que forma se deu a alfabetização no período pré-escolar, pois dependerá desta formação, que o aluno terá uma aprendizagem significativa ao longo de sua vida acadêmica. Desta forma, o profissional de educação deve ter uma concepção total do indivíduo, ou seja, em seus aspectos físicos, psíquicos, sociais e intelectuais, para que possa ter um processo de ensino-aprendizagem em plenitude e de forma adequada.

De acordo com Wikipédia (2010) dificuldade de aprendizagem, pode ser compreendida como um tipo de desordem pela qual um indivíduo apresenta dificuldades em aprender efetivamente.

Ainda segundo a Wikipédia (2010) as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas as condições sócio-biológicas que afetam as capacidades de aprendizado de indivíduos, em termos de aquisição, construção e desenvolvimento das funções cognitivas. No contexto educacional as mais comuns são a

Dislexia, a Disortografia e a Discalculia.

Segundo Ballone (2005 apud FEDERAL REGISTER, 1977):

“dificuldade de aprendizagem significa uma perturbação em um ou mais processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou utilização da linguagem falada ou escrita, que pode manifestar-se por uma aptidão imperfeita de escutar, pensar, ler, escrever, soletrar ou fazer cálculos matemáticos”.

As dificuldades de aprendizagem apresentadas na literatura são muitas, contudo iremos identificar três dificuldades mais presentes em crianças e alunos em seu processo de ensino-aprendizagem, como discalculia, disortografia e transtorno de déficit de atenção (TDA).

Segundo Araújo (2010) a discalculia é um dos transtornos de aprendizagem que causa a dificuldade na matemática. Portanto, o aluno que apresenta discalculia comete erros diversos na solução de problemas verbais, nas habilidades de contagem, nas habilidades computacionais, na compreensão dos números.

Ainda segundo Araújo (2010 apud GARCIA, 1998 p.5) classificou a discalculia em seis subtipos, podendo ocorrer em combinações diferentes e com outros transtornos:

“Discalculia Verbal - dificuldade para nomear as quantidades matemáticas, os números, os termos, os símbolos e as relações.  
 Discalculia Practognóstica - dificuldade para enumerar, comparar e manipular objetos reais ou em imagens matematicamente.  
 Discalculia Léxica - Dificuldades na leitura de símbolos matemáticos.  
 Discalculia Gráfica - Dificuldades na escrita de símbolos matemáticos.  
 Discalculia Ideognóstica – Dificuldades em fazer operações mentais e na compreensão de conceitos matemáticos.  
 Discalculia Operacional - Dificuldades na execução de operações e cálculos numéricos.”

De acordo Araújo (2010 apud JOHNSON & MYKLEBUST, 1987) a criança com discalculia apresenta uma limitação para visualizar conjuntos de objetos dentro de um conjunto maior; conservar a quantidade; seqüenciar números: o que vem antes do 11 e depois do 15 – antecessor e sucessor; classificar números; compreender os sinais +, -, , ÷, ×; montar operações; entender os princípios de medida; lembrar as seqüências dos passos para realizar as operações matemáticas; estabelecer correspondência um a um; contar através dos cardinais e ordinais.

Diante deste contexto, podemos compreender que o aluno no qual apresenta discalculia, está relacionado à incapacidade de lidar com as operações matemáticas, como também, realizar classificações, dificuldade em entender os conceitos matemáticos, a aplicação da matemática no cotidiano e na seqüenciação numérica.

Além da discalculia presente no aluno, no contexto escolar, percebe-se outra dificuldade de aprendizagem em sala de aula, a disortografia.

Na concepção do autor Araújo (2010):

“a característica principal de um sujeito com disortografia são as confusões de letras, sílabas de palavras, e trocas ortográficas já conhecidas e trabalhadas pelo professor. O indivíduo que apresenta disortografia tem como características: troca de letras

que se parecem sonoramente: confusão de sílabas adições, omissões, inversões e junções”.

Ainda referente à Araújo (2010) ressalta ainda que, para ajudar na solução do problema, se faz necessário auxiliar a criança positivamente, evitando reprimi-la; estimular a memória visual, por meio de quadros com números, letras do alfabeto e famílias silábicas; bem como não exigir da criança que se escreva a mesma palavra vinte vezes.

Outra dificuldade de aprendizagem, diz respeito ao transtorno de déficit de atenção (TDA) que, na visão de Araújo (2010), abrange tanto a hiperatividade como as funções que se originam da falta de maturação do sistema nervoso central, provocada pela incoordenação motora, falta de equilíbrio, distúrbios de fala, alteração de sensibilidade, distúrbios de comportamento e dificuldades escolares. Sua origem é genética e tem maior incidência nos meninos do que nas meninas, por estar relacionado ao hormônio masculino, a testosterona. Este tipo de transtorno de aprendizagem prejudica o rendimento escolar da pessoa em desenvolvimento.

## Família, Escola e Aprendizagem

A partir dos estudos de José & Coelho (2008), a família é o contexto em que primeiro se inicia as experiências educacionais à criança, no sentido de orientá-la, dirigi-la e encaminhá-la para a vida. Nesta, fase a educação, o conhecimento e experiências dos pais são transmitidos aos filhos e posteriormente os mesmos, irão aprender no contexto escolar.

Segundo os mesmos autores, na escola, o professor deve compreender a história de vida do aluno, seja pessoal e acadêmica, sua educação familiar, as etapas de desenvolvimento do aluno, colocando-se numa posição de facilitador na aprendizagem do indivíduo. É de extrema importância, os professores conhecerem seus alunos fora do contexto escolar, respeitando sua dignidade e proporcionando ao mesmos conhecimentos frente a realidade dele, como também respeitar o ritmo do processo de aprendizagem.

Podemos perceber como a educação é iniciada por meio das relações sociais, principalmente no âmbito familiar, ocorrendo assim por meio da interação entre pais e filhos. Nesse período de desenvolvimento da criança é por meio do diálogo que os pais transmitem seus conhecimentos e experiências quanto à forma da criança se posicionar frente ao mundo, a vida, perante a sociedade, principalmente diante da escola. Portanto, não devemos ter a escola como o único modelo de educação. A escola não é o único lugar onde este modelo acontece. A escola não é a sua única prática e o professor não é o seu único praticante. É sim, uma grande contribuição para a educação do indivíduo. Por fim, é por meio de uma educação de qualidade, seja na família ou na escola no período infantil, que a adolescência, o indivíduo enfrentará esta fase com mais maturidade, equilíbrio emocional e motivação em seu

processo de aprendizagem.

Podemos ressaltar como a desestruturação familiar e suas repercussões na formação educacional em crianças e adolescentes no contexto escolar são assuntos importantes e complexos que merecem ser apresentados em vista do nível elevado de crianças e jovens que apresentam dificuldades nesse campo do conhecimento. Contudo, podemos perceber famílias em conflitos por meio de brigas, alto índice de violência, dificuldades financeiras, miséria, falta de alimentos, uso abusivo de drogas e álcool, desencadeando assim, nos adolescentes baixo nível de escolaridade, como também dificuldades de aprendizagem.

Segundo Fernandez (1991) a estrutura de toda instituição, tem como função a conservação de uma experiência recebida como um olhar clínico sobre a aprendizagem e suas fraturas, principalmente na abordagem e na conceitualização de sua aprendizagem e sua ruptura. Devemos saber enxergar as dificuldades trazidas pelas crianças, e da mesma forma ajudá-las a superá-las.

Assim sendo, um diagnóstico precoce tem eficácia para o cliente. Portanto, a função da educação pode ser alienante ou libertadora, depende de como for usada. Desta forma, o sintoma problema da aprendizagem é a inteligente aprisionada, construindo de forma constante seu aprisionamento. Não é característica da inibição à alteração no pensar, mas evitar o pensar. Contudo, os sistemas familiares estruturados e estruturantes de indiferença são um terreno fértil para a gestação de sintomas na aprendizagem. Reconhecendo a importância desses aspectos é necessário ajudar as crianças a se libertarem para a aprendizagem e identificar sempre as dificuldades apresentadas pelas crianças, no processo ensino-aprendizagem.

O autor Gonzalez (2007) aponta a necessidade do envolvimento dos professores no processo educacional dos sujeitos diferentes para atingir os objetivos gerais que são elaborados para todos os alunos. No plano legal ou teórico, se houver alguma discriminação, esta deverá ser positiva e a favor dos alunos portador de algum tipo de necessidade educacional específica. Relata ainda que, para chegar a essa proposta, foi necessário um longo caminho na história espanhola e corrigir erros surgidos ao longo dos anos do processo de integração destacando os avanços na preocupação educacional a favor das crianças com necessidades educacionais específicas na área do saber científico e educacional, propondo a intervenção psicoeducacional.

A educação especial, segundo Gonzalez, é como um conjunto de recursos pessoais e materiais colocados à disposição do sistema educacional para que este possa responder adequadamente as necessidades que, de forma transitória ou permanente, alguns alunos possam apresentar.

Segundo Soifer (1983 apud BALTASAR & MORETTI, 2007) apontam algumas configurações familiares que podem desencadear o surgimento de sintomas em todos os membros da família, tais como: uma separação conjugal; prisão de um dos pais;

enfermidades na família; gestação e adoção indesejada; pais alcoolistas; usuários de drogas; mães com depressão pós-parto; entre outras.

Referente aos mesmos autores, a aprendizagem se inicia no ambiente familiar, com orientações básicas, nas quais os pais ensinam o respeito, o amor e a solidariedade, os quais são os princípios essenciais para a convivência humana e social, visando estabelecer o equilíbrio entre os impulsos de destruição internos. A criança chega à escola, levando consigo as vivências familiares, sendo assim o reflexo do comportamento dos pais, influenciando na conduta do adolescente e em sua aprendizagem. Mas, devemos ter a concepção que o ambiente escolar, será também uma peça fundamental em seu desenvolvimento e na sua formação como cidadão.

Diante do que foi apresentado, podemos compreender que educação, família e escola, estão interligadas. É fundamental a família acompanhar a educação escolar do aluno, seja por informações dos docentes, seja por meio de orientações de diretores e coordenadores da instituição. Também é importante, a família seguir e aceitar as regras e normas da escola, para que o aluno, tenha um processo de ensino-aprendizagem de forma eficaz. Como podemos perceber na literatura, as dificuldades de aprendizagem, ocorrem por diversas causas, sejam; orgânica, psíquica, cognitiva e psicomotora. Mas, um dos fatores também que contribui para a educação do adolescente, são as experiências educacionais do pais na vida do indivíduo e o incentivo por parte do professor a participação do aluno em sala de aula e na sua aprendizagem. É preciso um olhar cuidadoso do docente e verificar minuciosamente as competências e dificuldades apresentadas pelo adolescente. E por fim, se faz necessário a participação da família e da escola para a implementação de políticas públicas para adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem. Não basta apenas averiguar as dificuldades, mas sim ter várias estratégias pedagógicas eficazes para o desenvolvimento educacional do jovem no contexto escolar.

O nível de fracasso escolar verificado na "clientela" da educação especial, principalmente envolvendo adolescentes infratores é quase tão alarmante quanto o do alunado da educação regular.

Em termos práticos e governamentais, a inclusão escolar implica na reformulação de políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo. Uma grande questão que geralmente se coloca sobre esse aspecto, em países, regiões ou localidades em que a educação especial já tenha tradicionalmente se instalada como um sistema paralelo de ensino, se refere à onerosidade financeira de tal reformulação.

Transformar as escolas especiais atuais em centros de referência de educação especial, cujo objetivo principal seria fornecer apoio técnico e equipamentário às escolas regulares (e não mais o ensino direto dos programas educacionais), não apenas não seria tão



oneroso assim, como também significaria uma saudável reformulação no imaginário a respeito da educação especial, que até hoje tem sido predominantemente confundida com escola especial.

É primordial investir em orientação e apoio aos professores, por meio de estratégias de aperfeiçoamento da prática pedagógica e da relação professor-aluno, em parceria com as famílias, buscando prevenir conflitos e problemas. Desenvolver projetos culturais que possam provocar a interação de alunos, equipe escolar e família em grupos representativos da escola para discutir e propor ações eficazes que sejam determinantes na conscientização da população e de seus pares no sistema educacional.

É indispensável, também, que haja mais pesquisas nessa área, estabelecendo-se vínculos entre instituições, visando determinar reais contribuições acadêmicas associadas a ações efetivas ligadas ao poder Executivo e Legislativo para a melhoria da vida em sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Simaia Sampaio M.M. Distúrbios e Transtornos. 2010. Disponível em: <http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/disturbios.htm>. Acesso em 9 de maio de 2011.

ÁRIES, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BALLONE, GJ. Dificuldades de Aprendizagem. in: *PsicWeb, Internet*, disponível em <http://www.psicweb.med.br/>, revisto em 2005. Acesso em 9 de maio de 2011.

BALTASAR, José Antônio & MORETTI, Lúcia Helena Tiosso. As Relações familiares, a escola, e sua influência no desenvolvimento infantil juvenil e na aprendizagem. Disponível em: [http://web.unifil.br/docs/revista\\_eletronica/terra\\_cultura/39/Terra%20e%20Cultura\\_39-11.pdf](http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/39/Terra%20e%20Cultura_39-11.pdf) Acesso em 13 de abril de 2011.

CALLIGARIS, Contardo. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.

FERNANDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. Tradução Lara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERREIRA, A. L.; SCHRAMM, F. R. Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais da saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 34, n. 6, p. 659-665, 2000.

GONZALEZ, Eugênio. Necessidades educacionais específicas. Coordenador Maria Arrillaga et.al. Tradução Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. Estudos Culturais e Produção de Sentidos: Diálogos Possíveis na

Construção de Conhecimento. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO: PODER IDENTIDADE E DIFERENÇA, 2004, Canoas: 2004. Anais do 1º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação: poder identidade e diferença (CD-Rom). Canoas: Editora da ULBRA, 2004.

JOSÉ, Elizabete da Assunção & COELHO, Maria Teresa. *Problemas de Aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2008.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. Saúde e violência na infância e adolescência. Rio de Janeiro: Garamond, 1994.

LEVISKY, D. L. Adolescência e violência: aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MARQUES, M. A. B. Violência física e psicológica contra crianças na idade escolar. (Relatório de pesquisa). Bragança Paulista, São Paulo: Universidade São Francisco, 1997.

PIVA, M.; SAYAD A. Alta tensão. *Educação*. São Paulo, v. 26, n. 227, p. 34-45, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SARAIVA, João Batista da Costa. Adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas sócio-educativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

VAN DEN BERG, Jan Hendrik. *Metablética (ou Teoria das mudanças): psicologia histórica*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1965.

VISCA, J. El. *Diagnostico Operatório En La Practica Psicopedagogica*. 2. ed. Buenos Aires, 1997.

WIKIPÉDIA. 2010. Adolescência. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Adolesc%C3%A>. Acesso em 1 de junho de 2011.

WIKIPÉDIA. 2010. Dificuldades de Aprendizagem. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Dificuldades\\_de\\_aprendizagem](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dificuldades_de_aprendizagem). Acesso 05 de maio de 2011.

## **ARTIGO**

- ▶ Yara dos Santos Silva
- ▶ Jacqueline Matias dos Santos

# **ESCLARECENDO CONCEITOS E IDENTIFICANDO POSSIBILIDADES SOBRE DISLEXIA**



**RESUMO:** Nos dias atuais, no contexto educacional as dificuldades de aprendizagem encontram-se presentes nas instituições escolares. A dislexia é uma dificuldade caracterizada pela inquietude na linguagem, principalmente quando a crianças encontram-se no processo de aquisição da leitura e escrita. Dessa forma, sente-se a necessidade de distinguir as principais dificuldades apresentadas pelos educadores no contexto escolar em relação à dislexia. Uma vez que a dislexia pode ser a motivo do baixo rendimento e insucesso escolar. Muitos casos não são identificados, muito menos realizado uma intervenção correta. Portanto, é de extrema relevância saber se os educadores disponibilizam de conhecimento em relação à mesma. Para fundamentar esse estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratória. Essas informações são extremamente importantes, pois possibilita aos pais e professores desempenhar seu papel educacional com mais segurança possibilitando o pleno desenvolvimento educacional das crianças disléxicas.

**Palavras-chave:** Dislexia. Dificuldade de aprendizagem. Psicopedagogia.

A dificuldade de aprendizagem caracteriza-se pelo desenvolvimento inferior ao considerado desejado para a idade na qual a criança se encontra, interferindo no seu desempenho intelectual, refletindo no rendimento escolar e conseqüentemente no social. A dificuldade pode estar relacionada a ocorrências em seu estado emocional ou orgânico, é necessário um diagnóstico inicial para então, ser aplicadas intervenções psicopedagógicas a fim de auxiliar o seu desenvolvimento em todos os aspectos, destacando a importância das séries iniciais no processo educativo (FONSECA, 1995).

A criança é um ser em pleno desenvolvimento, entretanto, ela precisa de certo tempo para atingir as desenvolturas de cada fase, as que não alcançarem, faz-se necessário a estimulação. Dessa forma, as dificuldades de aprendizagem não estão relacionadas a distúrbios singulares, mas a vários problemas que transparecerá em seu desenvolvimento estudantil. Isso não implica dizer que a criança não dispõe de inteligência suficiente, e sim, que enfrentará muitos obstáculos no ambiente escolar (STRICK E SMITH, 2001).

Nas últimas décadas tem sido direcionado o olhar para uma dificuldade de aprendizagem que está presente nas escolas atuais: a dislexia. Esta relaciona-se ao baixo nível no desenvolvimento da leitura, o qual não se leva em conta a idade do sujeito, e sim, a capacidade de ler e inferir através de atividades orais e escritas. A observação deve ser realizada através da atividade de leitura, pois a criança não a desenvolve de forma eficaz para a escolaridade em que ela se encontra. Neste sentido, Moura, Simões e Pereira (2011) acrescentam que é perdurável e que está presente em crianças extremamente inteligentes as quais desenvolvem sua trajetória estudantil tranquilamente,

sem nenhuma turbulência em seus aspectos emocionais ou psíquicos, ou seja, não está relacionada aos aspectos do desenvolvimento humano.

No contexto atual, é interessante o despertar dos profissionais da educação em relação à dislexia no contexto escolar, pois muitos desconhecem esta problemática. Quanto mais cedo é realizado o pré-diagnóstico, maior a possibilidade de se amenizar os danos que esta criança enfrentará no ambiente escolar, social e familiar. Sabe-se que o papel do educador é fundamental, pois este também tem a função de detectar, e, conseqüentemente, encaminhar para acompanhamento psicopedagógico (MASSI, 2007; SANTANA, 2011).

Neste contexto, é essencial que os educadores disponham de conhecimentos sobre as dificuldades de aprendizagem, em destaque a dislexia. A ausência de ciência por parte dos educadores dificulta a identificação de sinais e o encaminhamento a outros profissionais que possibilitem o pleno desenvolvimento da aprendizagem. O não diagnóstico poderá prejudicar o processo de ensino-aprendizagem da criança (ERCOLIN, 2008).

O objetivo deste artigo, portanto, é explorar a temática da dislexia, esclarecendo suas definições, possíveis causas, dificuldades enfrentadas no contexto escolar e pelos próprios professores, bem como as suas possibilidades de atuação, na tentativa de construir um texto que possa auxiliar direta ou indiretamente a prática educativa dos docentes, pais e familiares de crianças disléxicas.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório, a partir da pesquisa bibliográfica, cujas fontes utilizadas foram artigos publicados em periódicos e livros. As buscas do material bibliográfico foi realizado digitalmente nas plataformas Scielo, Lilacs e Google Acadêmico, através das seguintes palavras-chave: dificuldade de aprendizagem; dislexia; a dislexia no âmbito escolar; dislexia e sua história; aspectos históricos da dislexia; definição de dislexia; influência da dislexia na aprendizagem; principais características da dislexia; caracterização da dislexia; tipos de dislexia; dislexia no ambiente escolar; dislexia no contexto escolar; a dislexia e o educador; a importância do pré-diagnóstico em relação à dislexia; a dislexia e a aprendizagem; dificuldade encontradas pelos educadores nas instituições escolares; principais dificuldades enfrentadas pelos professores em relação à dislexia; as dificuldades de aprendizagem e afetividade; e, procedimentos para atuar com alunos disléxicos.

Foram encontrados quarenta e sete artigos que enfocavam a dislexia e suas características, no entanto, foram utilizados vinte e quatro, por destacarem-se em relação ao objetivo deste estudo. A análise do material foi realizada a partir de leitura exploratória para determinar seu conteúdo e a divisão nos tópicos deste artigo, orientados pelos objetivos propostos.



# A PONTAMENTOS SOBRE A DISLEXIA

É possível perceber ao longo do desenvolvimento histórico o quanto o termo Dislexia vem sendo estudado. Souza (2013) aponta alguns nomes de destaque que aproximaram seus estudos sobre a temática como por exemplo: James Hinshelwood, oftalmologista escocês, que escreveu artigos aprofundando o assunto; Berklan que descreveu alguns casos que o mesmo encontrou em seu consultório; Pringle Morgan que em seu consultório estudou o caso de um adolescente de 14 anos que embora apresentasse um bom desenvolvimento intelectual, apresentava uma visível incapacidade em relação à linguagem escrita; Em 1925 Samuel T. Orton, neurologista, estudou o caso de um menino que não desenvolveu suas habilidades linguísticas em relação à leitura, o mesmo realizou um estudo desse caso chegando à conclusão que ele apresentava uma falha na lateralização do cérebro, porém, a princípio pensava-se que estava relacionada a dificuldades visuais

De acordo com Massi (2007) foi no ano de 1938 que Orton propôs inicialmente o nome dislexia relacionando-o a uma inquietude na leitura; Em 1940 Gillingham e Stilman expandiram a criação de métodos para ministrar aulas para crianças que apresentavam esse tipo de distúrbio; Hallgren em 1950 a nomeou como dislexia; No entanto, apenas em 1975 a World Federation of Neurology usou esse termo pela primeira vez.

Atualmente, teóricos como Olivier (2006) e Souza (2013) têm direcionado sua atenção para as dificuldades de leitura e escrita e da dislexia uma vez que é interesse de todo corpo docente a averiguação dos meios que levam as crianças ao sucesso ou insucesso no processo educacional.

## DEFINIÇÃO

Etimologicamente, dislexia deriva dos conceitos "dus" (difícil, dificuldade) + "lexis" (leitura, reconhecimento das palavras). Ou seja, dificuldade na fala ou dicção de palavras. Dessa forma a dislexia está relacionada a uma dificuldade na aprendizagem da leitura, escrita ou discalculia. Essa perturbação pode ter relação às dificuldades apresentadas na coordenação motora e de atenção, mas não em relação à inteligência. Em geral, este termo é utilizado para fazer referência aos contratempos apresentados na leitura a qual impossibilita a sua correta realização (MOCHEL; GURGEL, 2012).

A dislexia é compreendida como uma complicação determinante circunstanciadamente que reflete na aquisição do conhecimento formal pelo educando. Muitas vezes, pode estar relacionada a fatores neurobiológicos. Essa dificuldade transparece na dificuldade da congratulação precisa na leitura e escrita fluente, complicações na ortografia, e obstáculos na decodificação de palavras. Essa dificuldade se origina de um déficit do elemento fonológico da linguagem

(LYON, 1995 apud SANTOS, 2012).

De acordo com Olivier (2006) a dislexia é uma inquietude individualista de causas cognitivas, emotivas ou sociais, transparecendo dificuldades na aquisição e desenvolvimento da leitura e escrita, uma vez que pode mostrar corrupções nos hemisférios cerebrais. Também pode relacionar-se com o aparecimento de alterações em alguns cromossomos.

Já no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-IV, 2002), em sua quarta versão, a dislexia pode ser determinada como uma perturbação singular na aprendizagem, podendo ser distinguida por um baixo rendimento escolar principalmente na leitura e escrita abaixo do estimado para a série na qual o indivíduo se encontra, levando em conta o nível cognitivo e intelectual do mesmo.

A dislexia de acordo com o Código Internacional de Doenças, em sua décima versão, (CID 10) encontra-se como:

Perturbações que interferem significativamente nas atividades da vida diária [...] nos quais ambas as habilidades, aritméticas e de leitura ou de soletrar, estão significativamente comprometidas, mas na qual o transtorno não é explicável apenas em termos de retardo mental ou aprendizagem inadequada (apud ITO, 2003, p. 86).

Podendo ser de fatores hereditários, interligado com modificações genéticas, proporcionando problemas neurobiológicos, não tendo reversão apenas reeducação. Portanto, a dislexia não é uma enfermidade e seu diagnóstico é necessário ser realizado por uma equipe interdisciplinar, quando a criança tiver acima de sete anos, pois a mesma já disponibilizará de conhecimento em relação a grafemas e fonemas. Os pais têm um papel essencial ao observar qualquer dificuldade na criança no processo educativo, checando inclusive a permanência ou não.

## TIPOS DE DISLEXIA

A partir da aplicação de testes e a verificação dos erros gerados nos diversos tipos de leitura pôde-se diferenciar os três modelos de pessoas com dislexia: disfonéticos, diseidéticos e mistos (BODER, 1973 apud PESTUN; CIASCA; GONÇALVES, 2002). Silva (2009) destaca a classificação e/ou tipos de dislexia da seguinte forma: Dislexia disfonética ou Fonológica está relacionada a uma contrariedade na leitura oral de palavras em que o indivíduo tem pouca familiaridade, geralmente é associada ao mal funcionamento do lóbulo temporal; Dislexia diseidética ou Superficial caracteriza-se por uma contrariedade na leitura que está interligada a uma dificuldade visual, cujo procedimento não é eficaz. O indivíduo lê devido a um processo extremo onde é analisado todo processo fonético. Este subtipo de dislexia está relacionado às disfunções do lóbulo occipital; Dislexia mista (visual e auditiva) relaciona-se aos indivíduos que apresentam dificuldades dos dois subtipos: disfonéticos e diseidéticos, no qual está relacionado às disfunções dos lobulos frontal, pré-frontal, occipital e também temporal.

## DISLEXIA NO CONTEXTO ESCOLAR

O ambiente escolar tem como função, desenvolver os conhecimentos prévios realizando ligações com os conhecimentos formais, assim a ação educativa será eficaz, objetivando atender todas as dificuldades de aprendizagem que o aluno venha a desenvolver ou apresente durante esse processo. A instituição escolar deve atender as diferenças dos educandos, conduzindo-os a chegarem à plena realização. Em relação aos disléxicos é de total reponsabilidade da equipe escolar a prevenção do fracasso no processo escolar.

A Conferência Mundial em Salamanca, em junho de 1994, sugeriu modificações nas instituições escolares, em relação às políticas educacionais objetivando o espaço escolar para todos os cidadãos, ou seja, uma instituição inclusiva. As instituições escolares inclusivas têm o dever de receber e educar todas as crianças sem levar em conta diferenças sociais, mesmo as crianças apresentando dificuldades educacionais sérias devem incluí-las em salas regulares de ensino, fornecendo semelhanças na construção da aprendizagem deste indivíduo. O ambiente familiar juntamente com as instituições escolares tem papel fundamental, sendo responsável pela inclusão das crianças nos contextos sociais na qual elas estão inseridas. Porém, na escola, o docente tem o papel imprescindível, promovendo o bem-estar da criança em todos os aspectos, exercendo sua docência de forma eficaz e ética, promovendo educação de qualidade (PINTO, 2012).

De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) (apud SANTOS, 2012) entre 5% a 17% aproximadamente da população universal é disléxica. No Brasil, o percentual está entre 5% e 15% de todos os habitantes. Esses dados são bastante significantes uma vez que relata interferência dessa dificuldade de aprendizagem na população brasileira, onde geralmente serão encontrados no ambiente escolar, sejam eles públicos ou privados.

Alguns centros educacionais não concebem a dislexia como um déficit de aprendizagem importante por não terem subsídios, e conhecimentos precisos para atender as necessidades educacionais desses alunos. Porém, o diagnóstico na primeira infância acrescenta a probabilidade de intervenção e a sua impossibilidade pode leva-lo ao insucesso escolar atrelados às suas frustrações vivenciadas, podendo ainda, desenvolver problemas afetivos e sociais (MEDEIROS, 2012).

Em seu texto, Belintane (2006) realiza ênfase retratando a escola como a "segunda casa" de uma grande parte dos educandos, uma vez que nessas instituições geralmente elas passam maior parte de seu dia. Assim, a escola não tem apenas o compromisso de ensinar, mas deve ter o compromisso de desenvolver a aprendizagem dos educandos, compreendendo que o processo de ensino-aprendizagem só será concluído quando todas as ferramentas de ensino forem utilizadas. O que não deve ser diferente com os alunos que apresentam dislexia.

## DIFICULDADES ENCONTRADAS POR EDUCADORES

Entre os argumentos que influenciam negativamente o desenvolvimento do papel do professor levam-se em consideração as condições pedagógicas para exercer seu trabalho, e também a formação do mesmo, e em sequência, questiona-se a relação professor-aluno, não apenas o lado pedagógico, como também a relação afetiva (TAVARES, 2008). Segundo Rodrigues e Silveira (2008) é considerável a quantidade de educadores do I ciclo do Ensino Fundamental que não têm formação para realizar diagnósticos sobre dificuldades de aprendizagem, pois a ausência de instrução do educador durante a graduação impossibilita o mesmo de detectar tais distúrbios. Sendo assim, os educadores devem especializar-se para que os educandos não sofram consequências negativas durante sua vida estudantil. Através de observações diferenciadas é possível detectar se a criança apresenta indícios de distúrbios de aprendizagem. Uma vez que, através deste acompanhamento adequado ela conseguirá superar sua dificuldade de aprendizagem.

Vale salientar que o educador alfabetizador tem papel fundamental para a realização do pré-diagnóstico, uma vez que fica mais claro os sintomas da dislexia no ambiente escolar. Assim, o mesmo deve procurar aperfeiçoar sua metodologia, promovendo a inclusão dessa criança disléxica (TAVARES, 2008).

No processo de ensino-aprendizagem vários fatores podem influenciar o pleno desenvolvimento das crianças. Dessa forma é crucial o olhar diferenciado do educador durante toda a propagação desse indivíduo. O docente ao averiguar este processo, deve redigir comentários coerentes, agindo de forma precisa, se necessário, observar novamente antes de tomar qualquer iniciativa. Essa investigação diferenciada o transformará em um agente fundamental para os seus educandos (BORBA, 2014).

A afetividade é fundamental no desenvolvimento da inteligência, como também o educador deve conhecer o seu educando particularmente, conhecer os estágios cognitivos do desenvolvimento humano para que possa utilizar métodos e técnicas adequadas para a fase na qual a criança encontra-se. Promovendo assim, uma aprendizagem significativa, ajudando-o no desenvolvimento educacional da mesma. (FAZENDEIRO, 2010).

De acordo com Martins (2001) os educadores ao encontrarem educandos que demonstrem um nível de inteligência bem desenvolvido e não apresentam nenhum distúrbio de aprendizagem aparente mas expressam uma considerável dificuldade de leitura e compreensão de texto, deve investigar a historicidade da família. A história familiar será objeto de estudo para os profissionais, como psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e neuropsicólogos, desempenharem suas intervenções com crianças disléxicas, promovendo a reeducação da linguagem da mesma.

Atualmente, para que o trabalho do docente possa ser realizado com sucesso é necessário levar em consideração observação das condições de trabalho favoráveis, tais como: recursos didáticos, espaço físico, formação continuada, apoio pedagógico, entre outros fatores. Em seguida, fazendo uma avaliação destes recursos pedagógicos, observa-se o seu relacionamento afetivo e interpessoal, no qual é estabelecido pelo professor em seu convívio com seus educandos (TAVARES, 2008).

## MÉTODOS E TÉCNICAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS EDUCADORES COM ALUNOS DISLÉXICOS

É bastante relevante o educador dispor de conhecimento em relação a dislexia. Surgindo alguns alunos que apresentem qualquer suposição de alguma dificuldade de aprendizagem, o professor em hipótese alguma pode diagnosticar ou fazer suposição, porém deve entrar em contato com a orientação pedagógica da instituição escolar para obter mais informações sobre o educando. Caso esse educando tenha sido submetido a avaliações é necessário obter cópias dos resultados alcançados pela criança. Se a dificuldade apresentada não foi diagnosticada, ou os testes não obtiveram resultados satisfatórios para esclarecer esta dificuldade é necessário encaminhá-los para o profissional da área (GIROTO, 1999).

Dessa forma, para a dislexia ser fundamentada é preciso um olhar diferenciado principalmente em relação as influências biológicas e sociológicas que a mesma sofre. Levando-se em conta, as descrições que transformam a mesma em uma dificuldade de aprendizagem. Para melhor entender a dislexia, quanto maior for o campo de observação, será possível uma intervenção para assim conseguir contribuir positivamente no tratamento (PAIN, 1985).

No estado de São Paulo há uma escola nomeada de Externato Nossa Senhora Menina, que desenvolve um trabalho com crianças disléxicas desde 1995. Esta instituição sentiu a necessidade de refletir e mudar sua proposta pedagógica e conseqüentemente seu regimento escolar para acompanhar e formar este grupo de educandos que tem esse tipo de dificuldade a "dislexia" (SILVA, 2009).

Sabendo que sendo assistida de sde a educação infantil, a criança poderá superar ou diminuir esta dificuldade de aprendizagem, esta instituição colocou em prática uma forma de ensino alternativo e participativo para avaliar o desempenho escolar. Entre as atividades desenvolvidas destaca-se provas escritas objetivas ou dissertativas, provas orais através de discursos, atividades práticas, e observação de comportamento (SILVA, 2009).

Borba (2014) destaca alguns procedimentos a serem adotados por educadores e pais de crianças disléxicas:

a) sentar-se próximo ao educador, de forma que a mesma forneça encorajamento e observando-a sempre e se dispondo quando o educando precisar de ajuda;

b) rever o conteúdo várias vezes, mesmo que o educando esteja atento a explicação, não implica dizer que a mesma lembrará no seguinte dia;

c) evitar rotular a criança de lenta, preguiçosa ou pouco inteligente, evitando sempre comparações;

d) não sugerir leitura em voz alta na frente da classe;

e) os conhecimentos adquiridos devem ser julgados mais pelas repostas orais;

f) a criança, sempre que possível, deve repetir com suas próprias palavras o que a professora sugeriu, pois ajuda a memorização;

g) o ambiente de trabalho deve ser calmo e sem distrações;

h) os recursos didáticos devem ser destacados, letras grandes, maior uso de diagrama e menos uso de palavras escritas;

i) a letra cursiva é a mais apropriada, pois é mais rápida a memorização;

j) as outras áreas devem ser apreciadas tais como: música, esporte, arte e tecnologia entre outras.

Em relação aos métodos de alfabetização, dois são indicados para crianças disléxicas são eles: método multissensorial e o método fônico. O método multissensorial, tem como finalidade harmonizar diferentes sensoriais no ensino da leitura e escrita dos educandos. Objetivando a união das modalidades auditiva, sinestésica, tátil e visual facilitando a aquisição da leitura e escrita. Já o método fônico, tem duas finalidades: desenvolver as habilidade metafonológicas, relacionando as correspondência grafo-fonêmicas. O método fônico é o mais recomendado para as crianças no ensino regular que apresentam distúrbios de leitura e escrita (MONTESSORI, 1967).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou conhecer aspectos da dislexias associados ao ambiente escolar, bem como as possibilidades e dificuldades encontradas por educadores e instituições escolares. Conhecer essa realidade possibilita repensar o papel do educador, uma vez que ele é o ser responsável pelo processo de escolarização da criança, sendo ela disléxica ou não.

É necessário que cada vez os profissionais da educação aprimorem seus conhecimentos em relação os distúrbios de aprendizagem, objetivando buscar uma formação e intervenção especializada dentro das instituições escolares, a fim de incluir essas crianças no contexto escolar e social.

A dislexia está presente nos ambientes escolares, porém alguns educadores a desconhecem. É imprescindível o despertamento dos docentes para detectar as dificuldades de aprendizagem presentes em seus educandos, buscando auxílio de profissionais especializados, possibilitando assim o desenvolvimento



integral desse educando, uma vez que o olhar diferenciado do mesmo possibilitará uma intervenção desde cedo, aumentando as chances de amenizar as dificuldades que este sujeito enfrenta.

Constrói-se assim, mais uma possibilidade a pais, professores, e psicopedagogos, dentre outros conhecer a dislexia, como também os métodos e técnicas à serem utilizados com crianças disléxicas ajudando-as no processo de escolarização. Ressalta-se também, a necessidade de realização de outros estudos sobre o papel do psicopedagogo no processo de intervenção de alunos disléxicos para complementar o conhecimento existente sobre a temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELINTANE, Claudemir. Leitura e alfabetização no Brasil: uma busca para além da polarização. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 261-277, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a04v32n2.pdf>>. Acesso em: 08 de mai. de 2014.

BORBA, Ana Luiza. Como interagir com o disléxico em sala de aula. Associação Brasileira de Dislexia (ABD). Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br/2014/04/17/como-interagir-com-o-dislexico-em-sala-de-aula/#more-1633>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

DSM-IV-TR. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 2002.

ERCOLIN, Eliza helena. Dislexia: mais um diagnóstico para justificar o fracasso da escola. REVELA. Periódico de Divulgação Científica da FALS. Ano II, n. 03, agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.fals.com.br/revela12/dislexia.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. de 2014.

FAZENDEIRO, Samuel Rodrigues. Motivação e afetividade nas relações de aprendizagem: questões para pensar a educação física e seu ensino. 2010. Monografia. [Graduação em educação Física]. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Educacional. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/biblioteca/1812.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

FONSECA, V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GIROTO, Claudia Regina Mosca. (Org.). Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola. São Paulo: Plexus, 1999.

ITO, Regina Lucia Meirelles Gonçalves. Um olhar piagetiano sobre a dificuldade de aprendizagem na formação de conceitos. In: CONSTATINO, Elizabeth Piemonte et al. (Org.). Um olhar da psicologia sobre a educação: diagnóstico e intervenção na infância e na adolescência. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

MARTINS, Vicente. Como descobrir um criança disléxica. *Pedagogia em Foco*. Fortaleza, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx01.htm>>. Acesso em: 12 de abr. de 2014.

MASSI, Gisele. A dislexia em questão. São Paulo: Plexus Editora, 2007.

MEDEIROS, Maria Celina Gazola. O quer os professores conhecem sobre a dislexia e o transtorno de atenção/hiperatividade. São Paulo: SESI-SP editora, 2012. (Prata da casa. Programa Publique-se SESI).

MOCHEL, Anna Gomide; GURGEL, Wildoberto Batista. Escolarização, avaliação psicopedagógica e dislexia: os impactos e a importância da avaliação psicopedagógica a partir de um estudo de caso sobre dislexia. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 19, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <[http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/upload/s/files/Artigo%202\(39\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/upload/s/files/Artigo%202(39).pdf)>. Acesso em: 12 de mai. de 2014.

MONTESSORI, Maria. O método da pedagogia científica. Barcelona: Analuce, 1967.

MOURA, O.; SIMÕES, M. R.; PEREIRA, M. Dislexia de desenvolvimento: estudo com a bateria de avaliação neuropsicológica de Coimbra (BANC). Comunicação inserida no Simpósio sobre Dislexia de Desenvolvimento: avaliação e trajetórias de vida, apresentado no VIII Congresso Iberoamericano de Avaliação Psicológica – XV Conferência Internacional de Avaliação Psicológica, realizada na Universidade de Lisboa – Faculdade de Psicologia. Lisboa, FPCE, 25,26 e 27 de julho, 2011. Disponível em: <[http://docs.octaviomoura.com/research/Moura\(2011\)\\_Dislexia\\_CongressoLisboa.pdf](http://docs.octaviomoura.com/research/Moura(2011)_Dislexia_CongressoLisboa.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2014.

OLIVIER, Lou de. Anoxia perinatal, gerando dislexia, disgrafia e outras dificuldades significativas de aprendizagem. Maio de 2006. Disponível em: <<http://www.riototal.com.br/saude/saude003.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2014.

PAIN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PESTUN, Magda S. Vanzo; CIASCA, Sylvia; GONÇALVES, Vanda Maria Gimenes. A importância da equipe interdisciplinar no diagnóstico de dislexia do desenvolvimento: relato de caso. *Arq. Neuropsiquiatr.* 2002; 60 (2-A). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anp/v60n2A/a29v60n2.pdf>>. Acesso em 12 de mai. de 2014.

PINTO, Célia Maria Rodrigues Gonçalves Ferreira. O dia-a-dia da dislexia na sala de aula: os conhecimentos dos professores do 1º ciclo sobre alunos disléxicos. Dissertação. [Mestre em Educação Especial]. 2012. Instituto Politécnico de Castelo Branco. Escola Superior de Educação de Castelo Branco. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1372/1/Dislexia%20na%20sala%20de%20aula%20Estudo%20D%20escritivo-Historico.pdf>>. Acesso em: 08 de mai. de 2014.

RODRIGUES, Maria Zita; SILVEIRA, Leila. Dislexia: distúrbio de aprendizagem da leitura e escrita no ensino fundamental. Publicação abr. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/dislexia-disturbio-de-aprendizagem-da-leitura-e-escrita-no-ensino-fundamental/5551/>>. Acesso em: 28 de mai. de 2014.

SANTANA, Ana Paula de Oliveira. A desconstrução do conceito de dislexia: conflito entre verdades. *Paidéia*, set.-dez. 2011, Vol. 21, No. 50, 403-411. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n50/13.pdf>>. Acesso em: 23 de abr. de 2014.

SANTOS, Mariana Xavier de Melo. Conhecimento e ação dos professores da rede estadual de ensino em relação à dislexia na cidade de Limoeiro – PE. [online]. 2012. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MarianaXavierDeMeloSantos\\_res\\_int\\_GT3.pdf](http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MarianaXavierDeMeloSantos_res_int_GT3.pdf)>. Acesso em: 30 de mai. de 2014.

SILVA, Sther Soares Lopes da. Conhecendo a dislexia e a importância da equipe interdisciplinar no processo de diagnóstico. *Rev. Psicop.*, 2009, vol. 26, n. 81, pp. 470-475. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v26n81/v26n81a14.pdf>>. Acesso em: 30 de mai. de 2014.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. Dificuldades de aprendizagem de A a Z: Um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

SOUZA, Cristiane da Silva do Nascimento. Entendendo a dislexia na prática: da identificação ao Tratamento. Santa Catarina; Clube de Autores, 2013.

TAVARES, Hermínia V. Apoio pedagógico às crianças com necessidades educacionais especiais: dislexia e TDAH. São Paulo, 2008. *Disciplina de Oftalmologia da Faculdade de Medicina do ABC – Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem*, 2008. Disponível em: <<http://www.crda.com.br/tccdoc/43.pdf>>. Acesso em: 12 de mai. de 2014.

## ARTIGO

► Fabiano Pereira Silva

# MODERNIDADE: UMA LEITURA A PARTIR DE MARSHALL BERMAN E OUTROS MODERNOS





Resumo: Em tempos de "crise da modernidade" é mais do que apropriado uma reflexão sobre essa atmosfera sociocultural e as bases teóricas que lhe dão fundamento. Discutir esse tema é discutir a nossa própria experiência e condição no mundo atual. Pretendemos assim, trazer elementos que possam contribuir para uma reflexão sobre a era moderna, pensando-a a partir das contribuições de Marshall Berman publicadas em seu livro "Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade". O livro nos servirá como guia nesta trajetória, uma vez que nos permitirá traçar, em linhas gerais, o que caracteriza a modernidade segundo Berman e outros autores modernos.

Palavras-chave: Modernidade, Marshall Berman, Nietzsche, Baudelaire.

"Essa atmosfera – de agitação e turbulência, aturdimiento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e autodesordem, fantasmas na rua e alma – é a atmosfera que dá origem à sensibilidade moderna".

Marshall Berman – Tudo que é sólido desmancha no ar.

No terceiro capítulo do livro "Tudo que é sólido desmancha no ar..." intitulado "Baudelaire: o modernismo nas ruas", Marshall Berman (2006, p. 151) é taxativo: "nas últimas três décadas, uma imensa quantidade de energia foi despendida em todo o mundo na explosão e deslindamento dos sentidos da modernidade. Muito dessa energia se fragmentou em caminhos pervertidos e autoderrotados". Logo de início Berman já diz pra que veio: sai em defesa da modernidade a partir da obra de alguns dos principais modernistas (entre eles: Marx, Nietzsche, Baudelaire, Dostoiévski etc.) e mostra que, embora alguns pensadores atuais tenham adotado a "mística do pós-modernismo", ainda é possível aprender com os modernistas do século XIX.

Esta é a tônica que vai estar presente em todo o livro; é possível perceber seus sinais já na introdução da obra. No capítulo em questão, Berman vai trabalhar com a poesia de Baudelaire analisando, minuciosamente, o que a torna moderna; o que faz com que suas palavras ecoem, ainda hoje, trazendo consigo aquela leve brisa que, há mais de um século, já anunciava o atual caos urbano e os encontros e desencontros dos grandes centros e sua impessoalidade.

Posto isso, seria necessário esclarecer previamente como o autor entende a modernidade – ambiente das grandes transformações dos espaços urbanos e da expansão das possibilidades de experiência dos indivíduos.

Uma leitura atenta nos mostra que a principal

característica da modernidade, segunda Berman, é seu caráter contraditório e paradoxal. Não é por acaso o título do livro: "Tudo que é sólido desmancha no ar...". Desta forma, o autor nos mostra que estas contradições fazem parte do espírito de uma época em que é possível observar, ao mesmo tempo, como diria Marx, que "em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário". Ao que parece, Berman toma esta frase como fio condutor para sua análise da modernidade. Assim, recorre à Marx, Nietzsche, Baudelaire e outros modernos para afirmar que as contradições se fazem presentes não só no espírito da época Moderna, mas que é possível observá-las também nas grandes obras da literatura, da ciência e filosofia modernas.

Estas contradições seriam consequências de uma nova possibilidade de experimentação do tempo, espaço e de si mesmo que só foram possíveis na modernidade. A modernidade se apresenta então como um ambiente de promessas de felicidade, autorrealização, poder de transformação pessoal e das coisas ao redor; mas, ao mesmo tempo, um ambiente inseguro, instável, um ambiente em que podemos perder tudo o que temos (BERMAN, 2006: p.15).

Para além desta descrição da modernidade, pretendemos alargar esta compreensão a partir de outras impressões sobre esta mesma época. Propomos aqui tentar uma leitura do que é a modernidade a partir de alguns autores que se inscrevem dentro do ambiente moderno. Para tanto, tomamos como guia o livro "Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade", de Marshall Berman. Assim, partimos das referências proposto por Berman para se pensar a modernidade e suas principais características.

## Surgimento

Na busca de uma genealogia do termo modernidade, encontramos sua origem na Idade Média usado para estabelecer uma diferenciação com o mundo antigo.

Foi assim que, com o advento do cristianismo, inaugura-se uma nova concepção de se encarar a vida suplantando o modelo naturalista que reinou durante tudo o mundo antigo. A partir de então, a ideia de tempo guiado pelas mudanças naturais entre dia e noite e as estações do ano é alterada bruscamente. A vida passa a ser encarada como uma transformação incessante e permanente, um eterno devir, embora mudanças como esta se dê de forma gradativa e repetitiva. É assim que surge a noção de história como presente, passado e futuro (DINIZ; ALVES, 2005, p. 17).

A partir de então a vida jamais seria a mesma. Walter Benjamin, em seus aforismos, nos dá uma definição sobre o conceito da história no mínimo repleto de imagens: comparando a história com um quadro de Paul Klee, chamado *Ângelus Novus*, afirma que:

O anjo da história deve ter este aspecto [o de espanto]. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa sobre nossos

pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (BENJAMIN, 1994. p. 226).

## A teoria sociológica clássica e a modernidade

Da mesma forma que Baudelaire "pintou" a vida Moderna através de sua crítica e obra literária como um novo mundo que se configura trazendo consigo as consequências – para o bem e para o mal – desse novo reordenamento, os autores clássicos da sociologia (Marx, Weber, Durkheim e Simmel) apontaram em suas obras as especificidades da era moderna trazida pelo progresso dos séculos XVIII e XIX.

O impacto das transformações urbanas e do trabalho exigia uma nova maneira de se olhar a sociedade. O pragmatismo da vida cotidiana impunha um novo ritmo que se distanciava daquela vida bucólica das sociedades ditas tradicionais. Influenciados pelo Iluminismo, o esclarecimento racional e a convicção que tinham na ciência como forma de conhecimento da realidade (e para alguns uma forma de intervenção nesta), os autores clássicos vão ressaltar em suas obras, segundo Nobre (1999, p.47) o contexto, o homem e o saber na modernidade: o contexto moderno como inovação histórica (universalismo); o homem moderno como inovação antropológica (individualismo) e a ciência moderna como inovação cognitiva (cognitivismo).

Assim, a modernidade, segundo os clássicos, é entendida como uma época singular. Isto se evidencia a partir do tratamento da modernidade em oposição as outras épocas em relação às estruturas sociais, representações culturais e relações práticas que até então eram vigentes no mundo pré-moderno (NOBRE, 1999, p. 44). Fica claro na obra dos autores o entendimento do mundo moderno tendo como base uma nova forma de organização social pautada numa oposição ao passado sendo: "antinatural, antitradicional, antimetafísica e antipassional".

Entre os clássicos, Simmel talvez seja o que melhor vai trabalhar com as implicações do ambiente urbano moderno sobre o indivíduo. Para ele, a urbanização, a divisão social do trabalho e a economia monetária vão causar mudanças estruturais na vida do homem cidadão. Simmel observa essas transformações a nível de cotidiano no qual os indivíduos estão inseridos.

As relações entre os homens, quase sempre mediadas pelo dinheiro, se configuram, na cidade moderna, como um extremo oposto ao que era antes nas cidades regidas por valores tradicionais. O rompimento que houve com círculos/comunidades que encadeavam o homem na Idade Média, possibilitou uma maior liberdade e movimento em contra partida à vida pré-moderna. O dinheiro, assim como a divisão do trabalho,

possibilitou essa mudança ao conferir ao homem uma maior segurança impulsionando-o para a vida na cidade com toda a sua agitação e os diversos círculos sociais que permitem o indivíduo fazer parte. É na medida em que ele se afasta de seu pequeno círculo que adquire uma consciência maior de liberdade, mas não a liberdade absoluta no sentido da palavra e sim uma liberdade possível, permitida pela economia monetária.

Simmel observa que o dinheiro, com o seu caráter impessoal, é para cultura moderna um dos fatores estruturais na medida em que possibilita ao homem realizar todos os seus desejos. Assim, o dinheiro se torna a medida de todas as coisas, o objeto que põe tudo no mesmo nível elevando os valores quantitativos e empobrecendo os qualitativos. O indivíduo moderno se vê preso na ideia fixa que precisa ganhar dinheiro o tempo todo, o dinheiro passa a ser a finalidade única do homem que quanto mais possui mais insatisfeito fica.

A formação dessa cultura do indivíduo influenciou tanto o lado psíquico como o lado cultural de toda uma época, imprimindo um ritmo cada vez mais acelerado em busca de desejos passageiros. A economia monetária é a causa da autonomização do homem moderno da cidade grande. Nesta, as relações se tornam cada vez mais impessoais (assim como o dinheiro) e mediadas por ações objetivas com ênfase na pontualidade, previsibilidade e exatidão.

Os valores qualitativos do indivíduo vão se desfazendo ou ocupando um espaço cada vez menor em detrimento dos valores quantitativos que permeiam o dia a dia da metrópole. A valorização maior de uma dessas duas esferas que fazem parte do homem acarreta uma separação e estranhamento da cultura objetiva e subjetiva. É esta separação que Simmel vai classificar de tragédia da cultura. Esta tragédia é entendida no sentido de que é o próprio homem que produz, a partir de forças internas de seu eu, a sua própria infelicidade e mal-estar.

Toda essa supervalorização da esfera objetiva vai gerar uma contrapartida para o indivíduo da agitada metrópole que, segundo Simmel, afeta a estrutura psicológica dos indivíduos com as constantes estimulações nervosas típicas da cidade grande criando um estado de excitação permanente. Este indivíduo, classificado por Simmel como Blasé, se caracteriza pela ausência de qualquer estímulo à vida, de vontade. O indivíduo Blasé está constantemente em busca de algo que o preencha, de novos estímulos que assim que são alcançados perdem o seu valor.

É interessante observar a dualidade que perpassa a obra Simmeliana. Isso fica claro através das classificações que Simmel faz do homem moderno ressaltando sua dimensão qualitativa e quantitativa; subjetiva e objetiva, bem como sua tendência ao individual assim como o geral. Para Simmel

o dualismo de valores que se manifesta deste modo no desenvolvimento da cultura, baseia-se, portanto em um e no mesmo fato: a separação e a especialização tanto dos fenômenos da alma como dos fenômenos objetivos constituem o centro de rotação, ao redor do qual se movimentam os dois valores. A diferenciação afasta cada vez mais a cultura subjetiva

da objetiva, de tal modo que, nesta movimentação paralela, o ultimo aparece como o elemento propriamente móvel enquanto o primeiro possui uma estabilidade considerável (SIMMEL apud SOUZA, Jessé. OELZE, Berthold, (orgs.), 1998, p. 72).

Neste pequeno percurso, podemos observar nos autores aqui abordados, que a atmosfera na qual estão inseridos e a qual vai dar a base para suas obras é a mesma outrora definida por Berman (2006, p.18): uma atmosfera de agitação, turbulência, expansão das possibilidades de experiência, destruição das barreiras morais, autoexpansão, auto-desordem, aturdimiento psíquico e embriaguez.

Não seria justamente este o cenário "ideal" que permitiu o surgimento de indivíduos tipo blasé e cínico apontados por Simmel? Ou até mesmo o flaneur que caminha sem rumo pela cidade? Não seria este o cenário que causa o "choc" através do qual há uma adaptação do corpo ao mundo moderno e a cidade grande, descrito por Walter Benjamin? Poderíamos aqui encontrar várias conexões entre os mais diversos pensadores e suas teorias, afinal todos tem como pano de fundo de suas reflexões a modernidade.

## Nietzsche: a crítica da tradição e da modernidade

Na filosofia, a crítica de Nietzsche à modernidade representa um acerto de contas não só com a tradição filosófica – que remonta à Grécia Antiga – mas também a crença na racionalidade postulada pela ciência moderna.

Para Nietzsche, a decadência da vida moderna tem sua origem na Grécia antiga, mais especificamente a partir de Sócrates. Com Sócrates tem início o pensamento racional que, segundo o autor, vai culminar com o fim da tragédia grega que unia em si o dionisíaco e o apolíneo através da embriaguez e da forma, respectivamente. A partir de então, toda a história do pensamento passa a ser marcada pela substituição do caos, do acaso, do instinto, da força vital e de todos os valores típicos do espírito dionisíaco para se fundamentar dentro da racionalidade.

Assim, podemos observar Nietzsche e sua obra como um caso singular de compreensão do que representa a modernidade e seus valores. Para ele, a ciência representava uma forma de esterilização do mundo que se dá através do desejo de encontrar uma explicação racional para qualquer evento.

Observa-se ainda a influencia de Nietzsche sobre Weber em relação ao entendimento deste a respeito dos valores (depreciativos) da época moderna. A depreciação histórica dos valores causada pela perda (da ilusão, dos valores tradicionais), tem como consequência a falta de sentido da existência. Para Weber esta perda de sentido está relacionada ao "desencantamento do mundo" causado pela cultura racional que se disseminou nas mais diversas esferas da vida humana automatizando as relações e retirando dos indivíduos a possibilidade de uma ação plena e total.

Já Nietzsche, como mostrou Nobre (2003, p. 05)

"sintetizou a crise moderna dos grandes valores, quer de extração religiosa ou filosófica, pela expressão 'morte de Deus', cuja principal sintomatologia está na intensificação do niilismo das almas modernas". Tanto para o filósofo como para o sociólogo havia uma crise de valores que agia diretamente no potencial de criação dos homens modernos. Para eles, este potencial é inferior ao dos "grandes homens" de outros tempos e Weber apontava como uma das causas a imposição de uma especialização.

"A morte de Deus" e o "desencantamento do mundo" são sintomas, observados por Nietzsche e Weber, respectivamente, que caracterizam a modernidade e que, mais que indícios do que representa esta época, são formas de se pensar o mundo a partir de uma nova perspectiva que coloca o homem como dono de seu destino. Estas observações se inscrevem dentro da perspectiva na qual Berman propõe para se pensar a modernidade: um ambiente que "ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo que sabemos, tudo o que somos", em outras palavras: todos os valores que antes se mostravam sólidos, a partir da modernidade começam a se desfazer.

Em Nietzsche, aquele que será encarregado do anúncio trágico da "morte de Deus" será Zaratustra.

Zaratustra aparece como anunciador de uma completa reviravolta em nossa cultura. [...] Sua causa então se explicita: ela reside no conhecimento da morte de Deus. Se foi no mundo supra-sensível que até então os valores encontraram legitimidade, trata-se agora suprimir o solo mesmo a partir do qual eles foram colocados, para então engendrar novos valores (MARTON, 2001, p. 70).

A notícia da emancipação do homem como único detentor de seu destino, como era de se esperar, não logrou êxito e Zaratustra se recolhe na solidão de sua montanha. Guardadas as devidas proporções que a comparação exige, podemos perceber algo semelhante em Weber. A sua observação sobre a proliferação das seitas religiosas numa época "em desencanto" ressalta bem as ambiguidades e contradições da modernidade. Segundo Weber a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu com sua parte para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nasceram dentro desta engrenagem [...] e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil. (WEBER, 2004, p. 165).

Tanto Nietzsche quanto Weber procuraram mostrar que "a morte de Deus" e o "desencantamento do mundo" abriram novas perspectivas para o homem moderno. Como sugere Nobre (2007 p.09), "Weber seguiu o diagnóstico nietzschiniano num aspecto essencial: era preciso encarar de frente a depreciação histórica dos valores superiores. [...] A falta de sentido da existência não é um dado, mas refere-se a uma perda [...] a perda



de uma ilusão".

Nietzsche sabia bem do peso de suas palavras, tanto que se considerava um extemporâneo. Para ele, sua filosofia só encontraria o homem certo para compreendê-la um século a frente do seu. Em Weber, a possibilidade de uma vida completamente autônoma parece ser nula. As implicações da racionalização moderna, segundo observa, se mostram para além do que qualquer um poderia prever, inclusive ele. Restaria ao homem aprender a conviver com as contradições desse ambiente inseguro.

## **B**audelaire: O Flâneur das "belezas passageiras e fugazes" da cidade moderna.

Baudelaire, grande observador do cotidiano urbano francês de meados do século XIX, percebeu todos esses eventos típicos da modernidade descritos acima e foi uma dos primeiros a delinear o espírito moderno. A multidão, o flâneur, o boulevard, a nova configuração dos espaços urbanos, os novos espaços privados em ambientes públicos, os carros velozes, o dândy, os contrastes sociais e tantos outros fenômenos típicos das grandes cidades observados no seu dia a dia foram descritos e contextualizados em poemas e trabalhos publicados ao longo de sua vida.

No *Spleen de Paris*, um dos primeiros textos em prosa, Baudelaire afirma, na dedicatória do livro ao redator-chefe, Arsène Houssaye, que após folhear inúmeras vezes a obra de Aloysius Bertrand, "*Gaspard de la nuit*", é que lhe "veio a ideia de tentar algo análogo, e de aplicar à descrição da vida moderna, ou melhor, uma vida moderna e mais abstrata" o mesmo procedimento que Bertrand havia aplicado a pintura da vida antiga. E continua afirmando o propósito de seu novo projeto editorial:

"Quem dentre nós não sonhou, nos seus dias de ambição, com o milagre de uma prosa poética, musical sem ritmo e sem rima, flexível e desencontrada o bastante para adaptar-se aos movimentos líricos da alma, às ondulações do devaneio, aos sobressaltos da consciência? É sobretudo da frequência das cidades enormes, é do cruzamento de suas inúmeras relações que nasce esse ideal obcecante" (BAUDELAIRE, 2007, p. 35, grifo nosso).

Ninguém mais que Baudelaire levou este empenho adiante. Agora, os contrastes e ambiguidades da cidade moderna eram captados por um olhar sempre atento aos acontecimentos mais ordinários de uma Paris considerada então como um dos grandes modelos urbanístico moderno. Tal mudança acarretava o aparecimento das mais diversas figuras, estilos e possibilidades de experimentação do espaço urbano. O impacto das duas revoluções, industrial e francesa, e o advento do Iluminismo, pôs chão abaixo antigos valores e costumes que se mostravam anacrônicos com o novo estilo de vida. Contemporâneo de Baudelaire, Engels, em seu livro "*A situação das classes trabalhadoras na Inglaterra*" expôs o então estado em que se encontrava a nova cidade moderna:

Uma cidade como Londres, onde se pode caminhar horas inteiras sem chegar ao menos ao começo de um fim, tem algo de desconcertante. Esta concentração colossal, este amontoado de dois milhões e meio de homens em um só lugar, centuplicou a força destes dois milhões e meio de homens. [...] E não obstante, ultrapassam-se uns aos outros, apressadamente, como se nada tivessem em comum, nada a fazer entre si; não obstante, a única convenção que os une, subentendida, é que cada um mantenha a direita ao andar pelas ruas, a fim de que as duas correntes da multidão, que andam em direções opostas, não se choquem; não obstante, a ninguém ocorre dignar-se dirigir aos outros, ainda que seja apenas um olhar (ENGELS, apud BENJAMIN, 1973 pp. 46-47).

Baudelaire, à sua maneira, também soube captar o segredo da multidão no poema "*As massas*": "multidão solidão: termos iguais e permutáveis para o poeta ativo e fecundo. Quem não sabe povoar sua solidão, tão pouco sabe estar só em meio a uma massa atarefada". Temos aqui dois pontos de vista bem distintos sobre o mesmo fenômeno moderno: a multidão. Em Baudelaire, percebe-se um viés crítico da situação ("multidão solidão"), mas, por outro lado, há certa disposição em se adequar ao ritmo frenético da cidade: "não é dado a qualquer um tomar banho de multidão. Gozar a massa é uma arte...". Segundo mostra Benjamin (1975, p. 47), "para Engels, a multidão tem alguma coisa que o deixa consternado. Ela provoca, nele, uma reação moral. A esta se acrescenta uma reação estética: o ritmo, com que os transeuntes se cruzam e se ultrapassam, o ofende profundamente".

A configuração dos espaços urbanos em pleno século XIX, com a tomada das ruas pelas massas atarefadas, exigia uma nova maneira de se encarar a vida na cidade e certa desenvoltura do indivíduo cidadão. Para Baudelaire, a massa era algo que poderia proporcionar "gozos febris", "uma embriaguez singular" bem como uma "inefável orgia". Para ele, a multidão era algo natural. Já para Engels, como sugere Benjamin (1975, p. 47), "falta-lhe a facilidade e a desenvoltura com que se move o flâneur através da multidão".

Certamente o próprio Baudelaire era um flâneur. Seja caminhando (flanando) pela cidade sem rumo, indo para lugar algum ou até mesmo observando a vida cotidiana e os costumes da vida na cidade. Ao observar a vida que se passava nas "novas vias e artérias" recém implantadas em frente ao novo boulevard parisiense, Baudelaire conseguiu captar cenas singulares da cidade. Isto lhe permitiu dois tipos de percepção: a espaço-corporal, através da qual o corpo, ativamente na multidão, procura se adequar ao ritmo da cidade; e a espaço-ambiente que lhe possibilita, como observador "passivo", descrever o cenário urbanístico parisiense.

Ao que parece, entre essas duas situações Baudelaire preferia a primeira, ou seja, o flânar. Sua descrição tão viva e apaixonada de tal atividade parece não deixar margens para outra interpretação:

para um perfeito flâneur, para o observador apaixonado é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidío e no infinito. [...] O observador é um príncipe que frui por toda a parte do fato de estar incógnito. [...] Assim o apaixonado pela vida universal entra na multidão como se isso lhe aparecesse como um reservatório de eletricidade (BAUDELAIRE, 1988).

Baudelaire soube melhor que ninguém captar as mudanças do ambiente urbano francês do século XIX com suas contradições, seus imprevistos, seus tipos, suas angústias, seus sonhos etc. Como nos mostra Berman (2006. pp: 172-174) o novo reordenamento urbano implementado pelo Barão de Haussmann e Napoleão, que redefiniu a velha cidade francesa com características medieval, "...criaram novas bases – econômicas, sociais, estéticas – para reunir um enorme contingente de pessoas".

Isso permitiu o surgimento dos mais variados tipos urbanos e criou novos hábitos (como o de flunar pelas ruas, por exemplo). Após essas mudanças na arquitetura parisiense, a cidade atraía por todo o seu brilho, vigor e as mais diversas possibilidades de se vivenciar aquele espaço. "As luzes ofuscantes da rua e do café apenas intensificavam a alegria: nas gerações seguintes, o advento da eletricidade e do néon só faria aumentar tal intensidade" (BERMAN, 2006. pp. 174). Se por um lado a cidade se apresentava com todo o seu novo brilho moderno, por outro haviam aqueles que estavam excluídos deste projeto de mudança e que, portanto, não participavam da vida social francesa a não ser como expectadores. Pois, "ao lado do brilho, os detritos: as ruínas de uma dúzia de velhos bairros – os mais escuros, os mais densos, mais deteriorados e mais assustadores bairros da cidade, lar de dezenas de milhares de parisienses – se amontoavam no chão" (BERMAN, op.cit. p.174).

O que Baudelaire parece nos dizer é que a modernidade não é para todos. Isto fica claro através dos contrastes que cada personagem Baudelairiano trás consigo e que são reflexos das contradições de uma época. No poema "os olhos dos pobres", Baudelaire (op. Cit. P.135) retrata a típica cena que se tornaria comum daquele instante em diante: por um lado, todo o luxo e desenvolvimento da cidade com seu brilho e carros velozes; por outro, a pobreza e a miséria que a contrasta numa dialética da vida moderna.

Ao transformar sua crítica urbana da modernidade em arte, Baudelaire nos apresenta cenas e personagens do século XIX que se tornariam frequentes nas cidades de todo o mundo para além da Europa. Ao invés de se isolar dos acontecimentos do "turbilhão da vida moderna", Baudelaire mergulha neste novo cenário e faz disso o seu ofício retirando do dia a dia das grandes cidades, seus personagens e costumes uma forma de sobreviver aos sobressaltos da vida moderna.

## C onsiderações finais

Embora cada autor aqui abordado tenha analisado a sociedade moderna a partir de um ponto de vista específico, poderíamos afirmar que cada um a sua maneira tratou dos mesmos assuntos, observando, por caminhos que quase sempre se encontram, as mesmas características da vida moderna.

No entanto, Berman ressalta que na medida em que o processo de modernização se expande (tomando

todo o mundo virtualmente), as contradições da vida moderna ficam mais nítidas e que há cada vez mais um distanciamento das raízes da modernidade. Segundo o autor (op. Cit. p. 17) "a ideia de modernidade concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas". É aí que surgem dois tipos de pensadores que Berman vai classificar como "modernólatras" e os que estão ligados ao "desespero cultural".

O primeiro tipo é aquele que acredita que todos os descompassos sociais e pessoais da vida moderna serão resolvidos por meios tecnológicos e administrativos.

Já o segundo é formado pela corrente de pensamento que considera a vida moderna oca, estéril e vazia de possibilidades humanas. Berman também critica aqueles que adotaram a "mística da pós-modernidade", segundo o autor (op. Cit. p. 37), esta corrente de pensamento "[...] se esforça para cultivar a ignorância da história e da cultura modernas [...]".

As explicações trazidas aqui para a modernidade, segundo a perspectiva de cada autor, nos mostram aquilo que Baudelaire já havia afirmado outrora: "a modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente [...]". Dentro desse contexto, segundo Nobre (1999, p.47), os autores clássicos da sociologia perceberam a época moderna a nível de uma inovação que se dava no plano da história (universalismo), bem como uma inovação antropológica do homem (individualismo) e o surgimento da ciência moderna como inovação cognitiva (cognitivismo).

Nietzsche, por sua vez, mostrou que na modernidade "a morte de Deus" abriu a brecha que faltava para a emancipação do homem das amarras religiosas que o prendiam durante a tradição. Weber, de forma semelhante a Nietzsche, nos mostra através do seu conceito de "desencantamento do mundo" as possibilidades que se abrem para o homem moderno, mas adverte sobre os perigos de uma cultura que se desenvolve através da racionalização da vida. Em Simmel encontramos o indivíduo blasé, sujeito típico do cotidiano da vida urbana moderna que tem sua vida atravessada pelas possibilidades e facilidades que o dinheiro pode lhe permite. No entanto, nada para ele é durador, tudo é efêmero, passageiro e assim como o flâneur ele frui por toda a parte procurando "novos sabores" na multidão.

Embora cada autor aqui abordado tenha descrito a modernidade à sua maneira e através de concepções teóricas e metodológicas bem distintas, nos parece que, de modo geral, todos eles captaram as contradições, dualismos e autotransformação através do qual estão passando o homem e a sociedade moderna. Berman mostra que mesmo no atual estado em que se encontra o processo de modernização da vida, com todas as suas tendências que apontam para uma pós-modernidade, é possível compreender as ambiguidades que se apresentam atualmente através da obra dos modernistas do século XIX. Berman vai mais longe ao

afirmar que estes autores, mesmo tão distante de nós pelo tempo que nos separa deles, conseguiram captar a essência da vida moderna bem mais que nós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura – 7ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1)

\_\_\_\_\_. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BAUDELAIRE, Charles. Pequenos poemas em prosa [o spleen de Paris]. São Paulo:Hedra, 2007.

\_\_\_\_\_. A modernidade de Baudelaire / apresentação de Teixeira Coelho; Tradução, Suely Cassal - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva; ALVEZ, Patrícia Formiga Maciel. A implosão do sentido: o discurso sociológico da pós-modernidade. João Pessoa: Manufatura. 2005.

MARTON, Scarlett. Extravagâncias. Ensaio sobre a filosofia de Nietzsche. 2ª ed. – São Paulo: Discurso Editorial e Editora Unijuí, 2001.

NOBRE, R.F. Weber, Nietzsche e as resposta éticas à crítica da modernidade. Revista Trans/Form/Ação. São Paulo, maio 2003. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~petcs/renarde4.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. A modernidade na teoria sociológica: afinidades clássicas. TEORIA & SOCIEDADE – Revista do Departamento de Ciências Política e de Sociologia e Antropologia – Belo Horizonte, UFMG: n.3, 1999.

SOUZA, Jessé. Oelze, Berthold, (orgs.) Simmel e a Modernidade. Brasília, Ed. UnB, 1998.

WEBER, Max. A ética protestante e o "espírito" do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



## ARTIGO

- ▶ Danyelle Rodrigues
- ▶ Luzia Pedrosa
- ▶ Monica Justino

# DETERMINANTES DO DESEMPREGO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990



**RESUMO:** Este artigo se propõe a aprofundar o estudo sobre os acontecimentos políticos e econômicos ocorridos entre os anos de 1980 e 1999, de modo que possamos compreender como o desemprego passou a ser uma expressão da questão social na contemporaneidade. Essa relação histórica faz com que tenhamos uma clareza ao entender o Serviço Social nas últimas décadas, seu posicionamento crítico em relação às contradições de classes e as lutas por uma sociedade mais justa, por melhores condições de trabalho, enfim por uma cidadania que possa ser direito de todos e não apenas dos privilegiados economicamente. Este trabalho é cunho eminentemente bibliográfico, onde aprofunda-se a leitura em vários autores referenciados na área de Serviço Social com o objetivo de compreender todo o processo histórico que perpassa a questão social. Nosso compromisso é com a classe trabalhadora, e é por ela que nos propomos a trabalhar e não desistir da luta.

Palavras chave: Décadas de 1980 e 1990. Desemprego. Questão social. Classe trabalhadora.

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas por um profundo agravamento do desemprego no Brasil. Vários planos econômicos surgem com a proposta de reduzir a inflação e provocar um crescimento do PIB, todavia, essas tentativas são inúteis. Nessas décadas podemos observar uma distribuição de renda completamente desigual no país, fato este, que agrava ainda mais a pobreza, marcando um período de grandes perdas para a classe trabalhadora. As políticas neoliberais adotadas intensificam um processo de precarização e privatizações, onde os direitos sociais passam a ser banalizados e esquecidos, onde o Estado ganha o caráter de mínimo para o social e máximo para o mercado.

É sabido que a crise que se abate sobre a economia brasileira desde o final da década de 1970 está conectada à dinâmica internacional e sua incidência numa estrutura econômica profundamente internacionalizada (Santos, 2012). Podemos dizer então, que este momento de crise e reestruturação do capital trará conseqüências graves para a população, principalmente para a classe trabalhadora, por esse e outros motivos temos a chamada "década perdida", tamanho os problemas políticos e econômicos que aniquilam o Brasil.

Já na década de 90 temos a ascensão do modelo neoliberal no Brasil, intensificando um processo de precarização e privatização, trazendo conseqüências irreparáveis para a sociedade brasileira e conseqüentemente para todas as categorias profissionais, incluindo o Serviço Social, onde percebe-se nitidamente a negação da efetivação das políticas sociais. Nota-se também uma diminuição do poder dos sindicatos e dos movimentos operários, um verdadeiro retrocesso na história do país.

Tal processo de reorganização do capital, marcado pela reestruturação da produção e do trabalho,

pela adoção do ajuste neoliberal e pela mundialização financeira, trouxe conseqüências dramáticas para a sociedade, como a destruição das forças produtivas, gerando um enorme contingente de trabalhadores em situação precária, aumentando a jornada de trabalho e os níveis do desemprego estrutural, precarizando as condições de vida da "classe-que-vive-do-trabalho" (ANTUNES, 2005).

O mais contraditório ao se analisar o Estado mínimo de direito é que em 1988, temos a promulgação da Constituição Brasileira, que assegura direitos para a efetivação de uma sociedade mais justa, igual, humanitária e ao se analisar este processo histórico na década de 90 somos obrigados a vivenciar retrocessos e descasos com a população.

## CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO, POLÍTICAS NEOLIBERAIS E CONSEQÜÊNCIAS PARA A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Faz-se necessário um resgate histórico de modo a tornar a compreensão satisfatória no que tange a questão do fim do modelo desenvolvimentista no Brasil.

Juscelino Kubitschek, foi eleito em 1955, vale à pena lembrar que Jk foi o primeiro presidente do Brasil escolhido de forma direta e tendo como vice João Goulart. Juscelino lança em seu mandato o chamado Plano Nacional de Desenvolvimento, mais conhecido como Plano de Metas, que tinha como principal objetivo propor um crescimento "de cinquenta anos em cinco". Como afirma Santos (2012, p.82) "O governo Jk se fez sob a base de uma política econômica nacional-desenvolvimentista que constituiu na combinação de uma forte intervenção estatal em áreas estratégicas (transportes, energia e comunicação). Juscelino fecunda a industrialização pesada, o capital estrangeiro recebe incentivo para investir no país. Pode-se observar que a industrialização foi uma das grandes metas do governo desenvolvimentista, onde registra-se uma elevação significativa do PIB, contudo ressalta-se que esse crescimento foi acompanhado de taxas inflacionárias altas, afetando a população que ao perceber a desvalorização da moeda via seu poder de compra diminuir gradativamente, pagava-se caro por ter sido o país agregado ao capitalismo internacional. No fim de seu mandato Juscelino rompe com o FMI e o fim do plano de estabilização da economia. E Tivemos uma situação de endividamento externo ascendente à partir daí, chegando a título de curiosidade uma dívida que em 1964 era de U\$\$ 3 bilhões chegou em 1985, no fim da ditadura militar, a um patamar astronômico culminando em U\$\$ 81,5 bilhões.

Estabelecida a crise do modelo desenvolvimentista, gera-se uma situação de desemprego na década de 80, acompanhado de altas taxas inflacionárias. Uma característica neste período é o aumento dos empregos informais, no qual os trabalhadores não possuem qualquer garantia trabalhista. Josiane Soares (2012, p.208) insiste em dizer que a flexibilidade já estava presente no regime do

trabalho constituído pelo "fordismo à brasileira", e, portanto, também era observável nos empregos do setor produtivo. E diz ainda, que lhe parece ocorrer nos anos de 1980 é o aprofundamento e extensão dessa característica, potencializados pela diminuição do emprego industrial e aumento das ocupações no setor terciário. Os diversos planos econômicos e políticos que surgem nesta década fracassam assinalando uma impossibilidade de conter a inflação, tornando as desigualdades mais acentuadas, com uma concentração de renda cada vez maior, o que torna a classe trabalhadora cada vez mais pobre com o agravamento da situação econômica e social.

"Nos anos 90 do século XX evidencia-se no Brasil, uma importante mudança nos rumos da política econômica que, acentuando as particularidades historicamente constitutivas do capitalismo em nossa formação social, vai intensificar os traços heteronômicos do capital nacional e de sua valorização, ancorada ao capital externo ( Josiane,2012,p.213). Ou seja, "consolida-se um circuito de valorização de capitais nacionais em que parte importante do processo de valorização se realiza por meio do capital externo, que ora pode desempenhar a função de capital financeiro, ora pode exercer mesmo a função de capital produtivo"(Machado, 2002,p.78).

Caracterizando a década de 90, temos instaurado as políticas neoliberais, uma triste realidade para a população brasileira. Quando imaginávamos que a década seria de avanços, mais empregos. Temos um período mais negro que o já citado anteriormente, com um desemprego atingindo níveis jamais vistos na história brasileira, os empregos informais passam a predominar, com regimes instáveis e uma alta rotatividade, salários cada vez mais reduzidos, os sindicatos cada vez menos atuantes, mais enfraquecidos, detrimento das políticas sociais. A precariedade e a flexibilidade se intensificam, contribuindo para a desestruturação do mercado de trabalho.

Josiane Soares em seu livro destaca que desde a década de 1990 o discurso da modernidade tão promovido pelo neoliberalismo, tem sido na verdade, uma estratégia que atualiza os traços históricos de atraso do regime de trabalho brasileiro.

"Os anos 90 representam um momento de ruptura com a trajetória de desenvolvimento que havia possibilitado a industrialização no país depois de 1930[...] Os efeitos da nova política econômica sobre o emprego foram desastrosos" (Dedecca, 1998,p.280).

Nas áreas rurais o desemprego assume formas diferenciadas, pois, na realidade esse processo acontece primeiramente no campo, contudo também sofre os impactos do neoliberalismo. A resposta dada à reforma agrária nos permite concluir que aqui temos uma das mais importantes "manifestações da questão social", que ocorre não só através do desemprego como também nas modificações das estruturas ocupacionais, onde as remunerações são baixíssimas e o nível de proteção social insuficiente. Com esta triste realidade a

migração campo – cidade que é marca histórica no nosso país continua acontecendo, levando mais gente para as áreas urbanas que já estão saturadas de exército de reserva, com uma tendência a crescer ainda mais com essa situação nas áreas rurais.

Essa precarização das condições e relações de trabalho impactadas pelos altos índices de desemprego tem uma importância vital para a discussão das expressões da "questão social", que fique bem claro, não se trata de uma nova questão social, esta permanece a mesma, apenas novas manifestações são incorporadas. As políticas neoliberais tem um papel devastador também nos sindicatos, onde existe um enfraquecimento de poder, atuando de forma mínima na década de 90, onde difere da década anterior que a atuação sindical foi atuante e determinante para as lutas de classes. De acordo com Anderson (1995), o neoliberalismo foi uma reação teórica e política ao Estado de bem-estar social. Segundo os defensores do ideário neoliberal, a crise seria resultado do poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários, bem como dos gastos sociais do Estado.

## CONCLUSÃO

Após todo estudo apresentado de forma a compreender os fatos ocorridos no que tange o social nas décadas de 80 e 90, fica notório a necessidade de se retomar o crescimento econômico e gerar empregos. Acreditar que o Estado avance de forma a mudar as rédeas da situação, e atue promovendo políticas sociais, para que todos os cidadãos brasileiros possam ter seus direitos reconhecidos. A nós, enquanto brasileiros, nos resta a esperança, e acima de tudo lutar e acreditar que tudo que foi declarado na constituição de 1988, que podemos observar como uma contradição por parte do Estado: direito a justiça, igualdade, solidariedade, direito de exercer sua cidadania, e que para todos os indivíduos são valores relevantes e o Estado julga ser de maior importância questões econômicas, onde o lucro é o resultado esperado, não podendo ser diferente partindo do princípio que vivenciamos um modo de produção capitalista. A questão social é renegada a um simples pano de fundo, fato este, que é o objeto das políticas neoliberais, onde as pessoas em situação de vulnerabilidade social são esquecidas e tidas como "culpadas" pela situação que se encontram. Não podemos nos acomodar, vivemos hoje numa democracia, onde exercemos o direito ao voto, podemos escolher e "cobrar", exigir prestação de contas dos nossos governantes. E é lutando pelos direitos sociais e de cidadania que vamos construir uma sociedade justa e emancipada, onde a classe explorada possa tornar-se protagonista de sua história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.) Pós



neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho. 7ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

Braudel, Fernand - Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII- Editora Martins Fontes, São Paulo, 1996, 3 vols.

Carrion, Raul K.M., Vizentini, Paulo G. - Globalização, neoliberalismo, privatizações, Editora da Universidade, UFRGS, Porto Alegre, 1997

III Simpósio Mineiro de Assistentes sociais CREES. 8ª região BH.

MACHADO, G.V. A burguesia brasileira e a incorporação da agenda liberal nos anos 90. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002

SANTOS, Josiane Soares. "Questão Social"- particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez 2012- (Coleção biblioteca básica de serviço social: v.6).

## ARTIGO

► Viviane Marques Guedes

# A RAZÃO INSTRUMENTAL DA MÍDIA JORNALÍSTICA SOB O PRISMA DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE



## Introdução

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma revisão teórica acerca do conceito de razão nos teóricos frankfurtianos, Theodor Adorno e Jürgen Habermas, e aplicar estes repertórios reflexivos em uma análise da razão e da técnica na mídia jornalística.

Para tanto, elegemos como nosso problema de pesquisa o seguinte questionamento: qual a crítica que se desenvolve em relação à razão instrumental moderna pela dialética adorniana e pela razão comunicativa habermasiana e como entender a instituição jornalística a partir destes paradigmas reflexivos?

A escolha do tema de estudo justifica-se por nosso interesse em uma leitura teórico-crítica sobre a racionalidade moderna. Vale salientar que este estudo pretende apreender um novo olhar sobre o fenômeno da racionalização ocidental e a inserção do jornalismo na esfera social; inquietação esta já iniciada em nossa dissertação de mestrado, à luz dos paradigmas de dominação estudados por Max Weber, e que será aprofundada ainda em nossa tese. Desse modo, uma leitura sobre as esferas da razão técnica e comunicativa dentro da lógica jornalística poderá ser de grande valia para nossos caminhos reflexivos.

Dentre os referenciais bibliográficos visitados, estão: as obras *Dialética do esclarecimento*; *Dialética negativa*; *Teoría de la acción comunicativa*, tomos I e II; *O discurso filosófico da modernidade*; escritos de comentadores acerca da teoria crítica, como Honneth e Rouanet; e reflexões de pesquisadores da área da comunicação social, a exemplo de John B. Thompson e Werneck Sodré.

O artigo divide-se em três sessões. Na primeira parte, desenvolvemos uma leitura da crítica adorniana à razão iluminista e aos paradigmas do sistema racional, técnico, que engessa a realidade social e o pensamento. Na segunda parte, vemos como Habermas concebe a razão sob a perspectiva da ação comunicativa e a observa sob a lógica intersubjetiva e não mais ancorada no binômio sujeito-natureza. Na terceira sessão, fazemos uma breve

análise da razão no jornalismo, demonstrando em que medida esta instituição se motiva pela ação instrumental a partir da modernidade e como se projeta nos movimentos da balança entre a esfera “sistêmica” e o “mundo da vida”.

## 1 O processo de racionalização ocidental sob a ótica de Adorno

O fenômeno da racionalização no ocidente, paralelamente aos avanços da modernidade, emerge como um tema de preocupação central nas investigações e discussões das ciências humanas.

Nos autores clássicos da ciência sociológica, temos o fenômeno da modernidade observado sob prismas diferenciados, mas todos convergindo para uma abordagem uníssona quanto às mudanças profundas efetuadas pelo projeto da razão e pelo sistema capitalista no seio social: em Durkheim, a emergência da divisão do trabalho social e a solidariedade orgânica; em Marx, o acirramento da luta de classes e a oposição entre capital e trabalho; em Weber, uma abordagem mais voltada ao entendimento do processo de racionalização e o surgimento da burocracia.

São vastos os estudos e interpretações acerca do progresso da razão humana e sobre a interação do homem com a natureza no processo de produção e reprodução da vida social.

Na teoria marxista, esse progresso vai ser visto como uma possibilidade de emancipação da classe proletária do jugo das relações de produção advindas do capitalismo.

Já na teoria weberiana, o enfoque é dado, sobretudo, à emergência de um processo tal de racionalidade que perpassa todas as esferas da vida social, desde a esfera religiosa até a política. Além da contribuição weberiana ao tema, vários pensadores e comentadores orientam suas análises partindo de abordagens teórico-metodológicas mais adequadas aos seus objetos de pesquisa. Em todos os casos, há sempre uma preocupação com as fortíssimas transformações sofridas no mundo social com a passagem da humanidade a um mundo “desencantado”. Ora, com a transição da vida



humana para a modernidade – guiada pelas diversas modificações de conduta e comportamento – a sociedade passa a conviver com novas formas de ação diante da vida. Inclusive deixando para trás as formas mágicas e encantadas de conceber a existência humana e a natureza, próprias dos tempos remotos. (WEBER, 1999).

Na proposta dos pensadores da Escola de Frankfurt, estas constatações, acerca do fenômeno da razão que acompanha os passos do progresso humano, ganham um status ainda mais reflexivo e precisamente crítico. A razão, e seus mecanismos de existência, não é mais vista, nesse modelo teórico, como causa ou consequência direta do desenvolvimento humano e sim como uma entidade extremamente problemática que precisa ser confrontada pelo pensamento crítico.

O projeto da razão iluminista, desde o seu surgimento, perpassa o espírito de diversos filósofos e pesquisadores, dividindo as opiniões e os estudos em um rumo otimista de um lado e pessimista de outro. Mais voltados a uma interpretação de cunho pessimista acerca da cultura e da razão iluminista, vemos emergir na história do pensamento social a contribuição dos teóricos considerados da primeira geração da Escola de Frankfurt, dentre outros, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Erich Fromm, Herbert Marcuse. Vejamos os motivos desta abordagem crítica da razão.

O Iluminismo, emergente no final do século XVII, surge como uma forma de pensamento completamente diferente das concepções de conhecimento anteriores, a exemplo da magia e do mito. A razão iluminista faz brotar a promessa de libertação do homem em relação ao desconhecido, proporcionando um domínio racional do homem sobre a natureza por meio do esclarecimento e dos métodos científicos de apreensão da realidade.

A partir do princípio do esclarecimento, a natureza passa a ser dominada sem a ilusão da transcendência de forças soberanas ou ocultas. Nesse sentido, a experiência humana então é submetida a critérios de manipulação racional, cálculo e utilidade técnica nos moldes da razão científica que povoava a nova lógica de observação, compreensão e apreensão do mundo. O cerne destas

transições na história humana pode muito bem ser compreendido na *Dialética do esclarecimento*, onde Adorno e Horkheimer (1985), para explicar as origens do esclarecimento, visitam a Antiguidade clássica, demonstrando que desde tempos remotos o “desencantamento” já povoa o mundo. Porém, esse fenômeno pode trazer consequências nefastas para a vida humana, como podemos entender no excerto abaixo:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 19).

Nesse trecho fica claro como a crítica se volta a descortinar os perigos imanentes à lógica do esclarecimento como projeto de vida humana. Os rumos da razão instrumental, assim como os procedimentos metodológicos da ciência positivista e a lógica da cultura em tempos de desenvolvimento capitalista, estão entre os principais pilares que inquietaram os primeiros pesquisadores do Instituto para Pesquisa Social da Escola de Frankfurt.

Sinteticamente, pode-se dizer que a esfera da razão – e reflexões paralelas ao tema – é amplamente trabalhada pelos teóricos de Frankfurt, ao largo do século XX. A exemplo de Adorno, os seus contemporâneos no pensamento crítico, cada um com o seu recorte epistemológico específico, ancoram-se reflexivamente nas bases do pensamento antinômico kantiano e na filosofia da história hegeliana, bem como em uma releitura do marxismo tradicional motivada a alcançar o lado obscuro do paradigma do progresso como sustentáculo ideológico da razão instrumental. (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996).

Theodor Adorno, ao lado de Horkheimer, destaca-se como um dos expoentes nos estudos acerca das problemáticas inerentes ao progresso da razão técnica, travando discussões acerca da razão, utilizando-se da própria razão como argumento crítico. Em Adorno, a lógica do progresso como exercício de emancipação social por

supraordenado a ideia daquilo que estaria fora do encanto de tal unidade. (ADORNO, 2009, p. 8).

meio do trabalho é quebrada definitivamente e substituída por uma visão negativa deste fenômeno. Como vemos, “Foi a passagem de um conceito positivo do trabalho societário para um conceito negativo que introduziu uma nova fase na história da teoria crítica”. (HONNETH, 1999, p. 519)

Adorno apresenta uma leitura e uma crítica da razão bastante peculiar, tanto no sentido metodológico, quanto no encaminhamento conceitual que propõe. De acordo com Rouanet (1987, p. 331), a razão em Adorno pode ser vista sob três bases:

a de uma razão que continua exercendo sua atividade, depois de ter perdido todo direito à existência; a de uma razão que critica a razão, e com isso compromete os seus fundamentos; e a de uma razão que quer ultrapassar o conceito, mas para isso não pode abrir mão do conceito.

Neste trecho, percebemos um pensador extremamente preocupado com os rumos assumidos pela racionalização da vida e um filósofo em busca de um meio crítico de ultrapassar o entendimento da razão instrumental; razão esta que traz consigo esquemas de dominação nefastos para as esferas sociais. Porém, o problema fundamental para Adorno seria desenvolver um esquema crítico que pudesse se sobrepor à razão conceitual conhecida até então, mas fazendo uso do conceito. Ao questionar o paradigma de apreensão do real adotado pelo mundo racionalizado, Adorno alerta para a necessidade de se conhecer o mundo a partir da própria experiência do particular, do que está na base do individual, do “não-idêntico”, de modo que esses fenômenos da existência não sejam esmagados ou padronizados em conceitos uniformes capazes de limitar a riqueza e a verdade contida nos objetos. (ADORNO, 2009).

É nesse movimento, aparentemente contraditório, que se situa a inovação e a lógica intrínseca da metodologia adorniana, que tem na *Dialética negativa* o ponto fulcral de orientação. No prefácio da obra, podemos compreender melhor os contornos desse modelo dialético adotado por Adorno:

a dialética negativa, que se mantém distante de todos os temas estéticos, poderia ser chamada de antissistema. Com meios logicamente consistentes, ela se esforça por colocar no lugar do princípio de unidade e do domínio totalitário do conceito

Assim, como vemos, a crítica da razão em Adorno só pode ser feita por meio da razão que questiona o sistema, que se volta criticamente contra a ordem estabelecida e que descortina a tendência da própria razão em estabelecer identidades conceituais para a natureza, tomando-a como um objeto da razão e das instituições humanas.

Ademais, o pensamento de Adorno busca questionar o projeto e a forma conceitual da razão abstrata ocidental – muitas vezes inspirada no ideário filosófico do espírito objetivo – Absoluto – para demonstrar a possibilidade de conhecimento do real por meio da experiência concreta, que não pode ser reproduzida. A crítica trazida pelo pensador de Frankfurt é muito prolífica para refletirmos sobre os mecanismos de dominação nos processos e nas instituições racionais que emergem na sociedade com o desenvolvimento do capitalismo e com o processo de “reificação” das relações sociais sob os auspícios deste sistema econômico. (ADORNO, 2009).

Mesmo que represente uma tarefa das mais difíceis para a época em que se desenvolveu, o exercício analítico-crítico de Adorno nos revela uma leitura sóbria em termos teórico-metodológicos acerca do fenômeno da racionalização. Na medida em que denuncia as anomalias da razão em um momento de estagnação do pensamento, também descortina o projeto fundamental desta mesma razão, que seria anular as diferenças e trazer para o mesmo plano de interpretação esquemas dissonantes de existência social.

A razão humana, que não reflete sobre si mesma, seria um mecanismo eficaz de manutenção da lógica de dominação que transforma a natureza e os homens em instrumentos. Nesse contexto, “O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder.” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 24).

Assim, podemos perceber, à luz da teoria crítica, que aquela mesma razão que prometia grandes

descobertas, libertação do pensamento humano, igualdade de direitos, transforma-se em seu oposto tão logo encontra receptividade junto às próprias estruturas e instituições sociais criadas pelo processo de racionalização instrumental.

## 2 A lógica instrumental confrontada pela razão comunicativa

Neste tópico do artigo, queremos desenvolver uma leitura da razão dentro da lógica interpretativa de Jürgen Habermas, levando em consideração as peculiaridades da proposta da razão comunicativa e os pontos dissonantes deste repertório teórico com a razão crítica adorniana.

A importância da teoria habermasiana na Escola de Frankfurt emerge a partir da década de 60. Por meio dos estudos de Habermas, que se insere na segunda geração da escola, destaca-se uma abordagem que se diferencia das proposições dos representantes da primeira geração, Adorno, Horkheimer e Marcuse. Embora apresente um desdobramento dos diálogos e dos debates propostos por esta primeira geração da teoria crítica, Habermas propõe uma leitura da razão e dos sujeitos da razão tomando um caminho um tanto diferenciado desta perspectiva inicial. (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996).

Nas leituras que fizemos, percebemos que Habermas se preocupa em trazer para o debate uma nova proposta de entendimento da razão, questionando o marxismo clássico que se pauta, sobretudo, no paradigma técnico do trabalho humano. Para o marxismo e os primeiros teóricos da geração de Frankfurt, a razão é entendida como uma forma de controle do homem sobre a natureza. Então, “Habermas tenta transcender esse pensamento paradoxal opondo ao conceito adorniano de razão uma razão mais ampla, que não se baseie mais na relação sujeito-objeto, e sim na relação entre sujeitos: a razão comunicativa.” (ROUANET, 1987, p. 339).

Nessa diferença se fixam então as duas perspectivas da razão no âmago da teoria crítica. Cada uma a seu modo, volta-se a confrontar a razão instrumental. De um lado, uma razão que identifica na

lógica instrumental um mecanismo de controle e dominação de todas as ações humanas, como já discutimos no tópico anterior; de outro lado, uma razão que, mesmo concordando com a existência dessa racionalidade técnica no seio social, identifica também uma possibilidade de ruptura com essa lógica a partir da racionalidade comunicativa entre sujeitos.

Nesse sentido, Habermas apresenta uma nova concepção de interação social baseada na perspectiva de uma análise das trocas linguísticas. Podemos assim identificar as diferenças entre o pensamento de Habermas e Adorno pela própria conduta metodológica de abordagem da realidade social. Enquanto Adorno tem na dialética negativa base para suas análises, em Habermas “foram correntes como a antropologia filosófica, a hermenêutica, o pragmatismo e a análise lingüística que lograram reconhecimento”. (HONNETH, 1999, p. 538).

Por meio destas perspectivas teórico-metodológicas, Habermas reflete sobre o paradigma da razão instrumental, sobre a maneira como a teoria crítica tradicional havia, até então, se voltado ao problema da racionalidade técnica ocidental, para a relação entre o sujeito (homem) e objeto (natureza), para a ideia de uma razão que se torna totalitária, sem atentar para o fato de que a constituição do sujeito social estaria também baseada na interação por meio da linguagem. Segundo Habermas, em *O discurso filosófico da modernidade*:

Com o conceito de “razão instrumental”, Horkheimer e Adorno querem acertar as contas com um entendimento calculador que usurpou o lugar da razão. (...) A razão, enquanto razão instrumental, assimilou-se ao poder e renunciou, desse modo, à sua força crítica. (...) Ela denuncia o esclarecimento que se tornou totalitário com os meios do próprio esclarecimento. Adorno estava perfeitamente consciente dessa contradição performativa da crítica totalizada. (HABERMAS, 2000, p. 170).

Em sua obra, Habermas reconhece o poder manipulador e controlador intrínseco à razão instrumental, que é tão criticada por Adorno e Horkheimer, inclusive faz uso do conceito para demonstrar que, em paralelo com essa lógica da existência moderna, há também outros interesses na interação social que ultrapassam a necessidade de controle e que estariam no campo da esfera comunicativa.



Nos dois tomos de sua *Teoria da ação comunicativa*, Habermas problematiza o paradigma da racionalidade da ação humana, recortando como contraponto o paradigma da ação comunicativa. O pensador traz para o debate aspectos relacionados ao conceito de racionalidade dentro da ciência sociológica, as lógicas intrínsecas ao entendimento mítico e moderno acerca da vida social, reflete sobre a proposta teórica de diversos pensadores da modernidade, visitando importantes pesquisadores, a exemplo de Weber, Marx, Lukács, Adorno, Parsons. (Vide HABERMAS, 1987).

Por meio desse estudo depurado e dessa incursão teórica, Habermas vai delineando o quadro de sua proposta reflexiva acerca da existência social a partir da modernidade. A ideia é que a ação social não se limita apenas ao paradigma da racionalidade instrumental, mas há um tipo de racionalidade motivada pela interação comunicativa entre os sujeitos no mundo da vida.

Para desenvolvermos essa leitura dos paradigmas habermasianos, visitaremos alguns apontamentos destacados por Honneth, no capítulo *Teoria crítica*, presente no livro *Teoria social hoje*. Como podemos sintetizar de um trecho do capítulo, Habermas:

não mais considera traço característico da socialização humana, como ainda insistiam Adorno, Horkheimer e Marcuse, a operação continuamente expandida de transformar a natureza, e sim o fato de a garantia coletiva de existência material depender, desde o início, da manutenção simultânea de um acordo comunicativo.” (HONNETH, 1999, p. 539).

Podemos perceber, por meio do excerto, que para Habermas, antes mesmo de o homem vir a se movimentar em direção ao processo de produção e reprodução da vida material, foi necessária uma socialização pautada na troca simbólica, no entendimento comunicativo entre os sujeitos. A partir dessa primazia comunicativa, e pela coexistência destes dois tipos de racionalidade – a técnica e a comunicativa – os fenômenos e estruturas sociais puderam acontecer e se desenvolver.

Desse modo, Habermas se refere a duas esferas bem delineadas de racionalidade distribuídas nos mecanismos de “trabalho” e “interação”. Que por sua vez podem ser desdobradas nas categorias “sistêmica” e “existencial”. Cada uma destas entidades apresentam características e fins próprios, embora em dados momentos possa haver uma interferência de mecanismos de ação de uma categoria na outra. Em tese, a entidade

sistêmica, instrumental, estaria mais voltada aos processos de sobrevivência humana; enquanto a esfera comunicativa orienta-se por uma busca de autonomia do grupo por meio do entendimento mútuo. (HONNETH, 1999, pp. 540-542).

Em situações ideais, o processo comunicativo estabelece-se de modo a garantir a participação de todos os sujeitos e seus interesses envolvidos na ação comunicativa, visando à emancipação do grupo. Porém, de acordo com Habermas, com o avanço da modernidade, passa a haver um relativo desequilíbrio entre a razão instrumental e a comunicativa. A racionalidade técnica, base dos interesses do capitalismo, desenvolve-se de tal modo que, mesmo sendo confrontada pela razão comunicativa do mundo vivido, tende a adentrar esta última esfera de modo a querer minar suas forças. Na introdução de *Teoria da ação comunicativa*, Habermas refere-se ao conceito de racionalidade comunicativa como sendo:

un concepto de sociedad articulado en dos niveles, que asocia los paradigmas de mundo de la vida y sistema, y no sólo de forma retórica. (...) una teoría de la modernidad que explica el tipo de patologías sociales que hoy se tornan cada vez más visibles, mediante la hipótesis de que los ámbitos de acción comunicativamente estructurados quedan sometidos a los imperativos de sistemas de acción organizados formalmente que se han vuelto autónomos. (HABERMAS, 1987, tomo I, p. 10).

Por “sistema”, o autor refere-se então ao Estado e ao mercado; e por “mundo da vida”, ele compreende o espaço de coexistência humana baseado nos argumentos comunicativos. Ao tratar destas esferas e as problemáticas contemporâneas que circundam estes dois campos, Habermas vislumbra uma tendência patológica traduzida pelos imperativos de “colonização do mundo da vida” e aponta para os perigos cada vez mais presentes da lógica instrumental (sistêmica) adentrar as esferas do mundo da existência. (HONNETH, 1999, p. 542). Contudo, mesmo com essa tendência colonizadora, Habermas ainda percebe na razão comunicativa uma força latente, e por vezes efetiva, de libertação da lógica opressiva e controladora da razão instrumental.

### 3 O pensamento crítico como suporte para uma análise da razão na mídia jornalística

Dado que o objeto de estudo de nossa tese tem na mídia jornalística sua base de análise, procuraremos então nesse tópico adentrar um pouco nesse horizonte da razão que se apresenta na lógica midiática. Embora nosso referencial teórico seja outro, diverso da teoria crítica, acreditamos que uma leitura da razão midiática à luz dos pressupostos teóricos desta escola poderá trazer boas contribuições às nossas reflexões.

Aqui falaremos, em linhas gerais, das transformações sofridas pela mídia jornalística até a consolidação de uma conduta racional no trato com o público e com os conteúdos, intercalando as discussões, travadas nos tópicos anteriores, acerca da razão instrumental e da razão comunicativa, propostas por Adorno e Habermas.

A partir de nossa leitura de Adorno, veremos como a prática midiática converte-se em uma atividade racional, comprometida muitas vezes com o exercício calculado de suas técnicas de produção e estratégias narrativas, bem como com instâncias de dominação da esfera instrumental.

A partir do entendimento da razão comunicativa, de Habermas, queremos compreender em que medida esta lógica comunicativa e participativa da sociedade é mantida ou quebrada no plano da razão jornalística.

Primeiro, é preciso esclarecer o que podemos compreender por mídia e tecer as aproximações existentes entre mídia e jornalismo.

Ora, por mídia podemos entender um conjunto tecnológico que se traduz como meios de comunicação social. Nesse quadro, podemos incluir todos os aparatos técnicos e recursos para armazenar e distribuir as informações em larga escala ou massivamente, desde livros, jornais, revistas, passando por discos, filmes, rádio, televisão, internet e, mais recentemente, as consideradas mídias sociais móveis, a exemplo do celular, dos *tablets*, dos *iphones* e tantas outras mídias que surgem em uma velocidade desmedida.

No caso específico do jornalismo, este se apresenta como uma atividade voltada à coleta, produção e veiculação de informações e notícias sempre atualizadas

sobre o que ocorre no trato social. E representa uma atividade fundamental no âmbito de diversos meios de comunicação de massa.

O jornalismo emerge, historicamente, como uma prática de comunicação, como uma instituição social que registra, informa, opina e publiciza as informações mediante mecanismos que o legitimam como mediador dos acontecimentos junto à coletividade.

Em seu processo de surgimento e afirmação, o jornalismo representa uma atividade comunicativa comprometida com o exercício do poder político, com a difusão de ideias e defesa de pontos de vista, sendo inicialmente procurado pelo público devido à força opinativa dos relatos. Entretanto, com o passar do tempo, este ímpeto opinativo passa a ser transformado. Com o avanço do capitalismo e da modernização nas sociedades ocidentais, a mídia jornalística acompanha as transformações trazidas pela modernidade e que contagiaram diversas instituições. (THOMPSON, 2008).

Assim como as demais instituições da modernidade, a mídia jornalística ingressa nesta nova era social assumindo as principais características da atividade capitalista: ajustamento aos moldes industriais, busca de mercado para os bens simbólicos, acentuado direcionamento para a máxima obtenção de lucro e, como não poderia faltar dentro de um paradigma modernizador, a frequente estruturação racionalista das ações para adequar todas as atividades da empresa jornalística aos fins visados pelas regras do capitalismo. A grande imprensa capitalista, fortalecida a partir do século XIX, compreendeu que também seria possível orientar a opinião pública através do fluxo de notícias. Surge então a preponderância da parte informativa sobre a opinativa e a estreita relação entre elas. Ademais, ao longo da história da mídia jornalística, vê-se que a luta entre a informação e a opinião não foi a única que marcou o seu desenvolvimento; logo surgiu a luta entre a opinião e a publicidade e a coexistência destas formas narrativas no processo produtivo da imprensa. (SODRÉ, 1983).

Com a passagem do século XIX para o XX, o jornal, como empreendimento individual, desaparece nas

grandes cidades. Os pequenos jornais cedem lugar às empresas jornalísticas, que modificam suas relações com o anunciante, com a política, com o público e com os próprios jornalistas. Essas transformações estão intrinsecamente ligadas ao avanço das relações capitalistas no mundo. Com essas modificações, a própria organização interna dos veículos de comunicação e a estruturação dos conteúdos informativos passam a se ajustar a um ethos racional, condizente com as significativas mudanças vivenciadas pela moderna sociedade capitalista. (SODRÉ, 1983).

Estas e outras transformações racionais sofridas pela imprensa e pela prática jornalística, motivadas em grande medida pelas estratégias de obtenção de público para os produtos informativos padronizados e maximização dos lucros, leva a mídia jornalística a se destacar como mais uma instituição da modernidade fundamentada no domínio calculado e instrumental da razão. Neste ponto especificamente queremos pensar a razão jornalística por meio da contribuição de Adorno que, como vimos nos tópicos anteriores, denuncia a lógica instrumental e suas estratégias como uma tendência que acompanha as instituições sociais na modernidade.

Nesse ponto, é fundamental pensarmos acerca do saber que flui no cotidiano da mídia jornalística. Ora, um saber que se diz ancorado na realidade social, contudo revelando-se como uma razão que se sobrepõe aos fatos e que, muitas vezes, atua de modo a mascarar a natureza dos conflitos sociais.

Vemos a crítica feita por Adorno, acerca da padronização dos fenômenos da existência, nitidamente configurada na lógica produtiva da razão midiática. Se olharmos de frente os mecanismos utilizados pelos meios jornalísticos para a produção e distribuição da informação, veremos como a teoria crítica se atualiza todos os dias.

Vejam alguns exemplos disto. Começando pela própria lógica de dividir as informações em categorias informativas e opinativas nos jornais, nas revistas, nos telejornais, já denota uma adaptação racionalizada dos conteúdos produzidos. Depois, a divisão dos acontecimentos em gêneros jornalísticos, notícia,

reportagem, editorial, colunas, artigos, etc segmenta a informação que será consumida pelo público, mas de modo que mantém uma forma linear e padronizada de apresentação das informações. Muitas vezes, os próprios gêneros opinativos, que deveriam ser estruturados de forma mais crítica sobre os acontecimentos sociais, representam um recorte reflexivo apressado e sem conexão com a verdade dos fatos sociais.

Dentre estes gêneros, há um que chama a atenção: a notícia. Este apresenta-se como a matéria por excelência do jornalismo diário. Em geral, os demais gêneros citados acima são recortes do gênero informativo noticioso.

Qualquer redator iniciante numa empresa jornalística deve dominar a técnica de produção da notícia. Desde a universidade, o aluno de jornalismo já aprende esta técnica e a coloca em prática já nas disciplinas experimentais do curso. Ao chegar no mercado de trabalho, já sabe muito bem como editar os acontecimentos do mundo social, como ocultar verdades e como eleger fontes de informação que atendam as demandas político-editoriais dos órgãos de comunicação midiáticos.

Assim, questionamos: como podemos encontrar a realidade social por trás de uma razão midiática que recorta e classifica o real para atender a interesses de grupos políticos e econômicos e do sistema que mantém financeiramente os meios?

A partir das leituras que fizemos de Adorno sobre a tendência conceitual do esclarecimento, vemos que a razão midiática acompanha essa lógica voltada a classificar o mundo social, de maneira que ordena a realidade a partir de valores dominantes, violentamente impostos ao público. O saber da mídia jornalística é formador de conceitos, apresenta a realidade na medida em que pode torná-la homogênea, classificá-la de acordo com interesses diversos, mascarando ou apagando mesmo as diferenças que se apresentam no cotidiano social.

E por falar em diferenças presentes no mundo vivido, vejamos agora como podemos ler estas contradições discutidas acima sob o paradigma



habermasiano da razão.

Sob esta perspectiva, é preciso pensar a ação no jornalismo a partir da perspectiva do ato comunicativo e dos mecanismos de mediação no âmago da esfera pública.

Na qualidade de mediador da opinião pública, o jornalismo pode ser traduzido como uma instituição intercalada entre a esfera sistêmica do Estado e mercado e a lógica do mundo da vida. Assim, podemos pensar em uma mediação que necessariamente transitará entre a ação comunicativa e a instrumental. Desse modo, para a esfera jornalística canalizam-se tendências a uma luta pelo poder e participação nos discursos produzidos pelos meios informativos.

Bem, essa dualidade a que o jornalismo se expõe representa uma problemática de extrema importância quando pensamos nos mecanismos de socialização decorrentes do contato social com a mídia jornalística.

Em Habermas, como já vimos na segunda sessão deste artigo, temos que o mundo da vida seria esta entidade da comunicação espontânea entre os atores sociais, comunicação esta motivada pelo consenso, pela procura de entendimento recíproco e pela busca de emancipação das demandas coletivas. Vimos também que a entidade sistêmica seria motivada por uma lógica opressora de dominação dos sujeitos pela razão instrumental do Estado e do mercado. Na dinâmica de poder entre estas esferas – a sistêmica e a pública – emerge a esfera jornalística que, em tese, seria responsável por discutir e refletir, de forma transparente, as problemáticas sociais e denunciar as ações desmedidas das esferas sistêmicas. Entretanto, em boa parte dos grandes meios comunicativos, a realidade é bem outra, sobretudo quando se verifica, nos relatos midiáticos, que o consenso muitas vezes se dá de forma tendenciosa, de modo a atender as aspirações de grupos econômicos e políticos.

Contudo, é preciso salientar que esse desequilíbrio das forças sociais e sistêmicas deve ser observado na particularidade de cada meio de comunicação, pois uma generalização tornar-se-ia precipitada, na medida em que as conclusões podem ser facilitadas por meio de uma

pesquisa empírica que leve em consideração o contexto histórico, geográfico, social e ideológico em que o meio de comunicação está inserido.

De todo modo, esta lógica desigual da estrutura de poder vem sendo criticada por esferas da sociedade civil que se organizam para confrontar tais mecanismos de dominação. O fortalecimento dos movimentos sociais representa uma forma de luta social por melhorias nas condições de vida coletiva, bem como por representação dos seus interesses no cotidiano dos relatos da mídia jornalística. Porém, esta luta ainda terá que derrubar muitas barricadas, pois, mesmo tendo obtido inserção nos meios comunicativos, a visibilidade das verdadeiras demandas, das problemáticas e dos conflitos sociais ainda representa uma ameaça aos grandes grupos políticos e econômicos em todo o mundo.

Poderíamos pensar nas redes sociais atuais, a exemplo da internet, como uma possibilidade de maior participação social e questionamento da lógica sistêmica. Todavia, mesmo com todo o avanço dado, ainda existe muita inércia social nesse canal de comunicação e a tendência consumista toma muito do espaço que poderia ser direcionado a evidenciar as demandas sociais reais, os debates políticos sérios, ao invés de nos anestesiarmos com o conteúdo hedonista, sensacionalista e privativo que cada dia mais se reproduz nas redes sociais de comunicação.

## C onsiderações finais

Ao final deste estudo, podemos concluir que a Teoria Crítica da sociedade ancora-se em uma leitura bastante sóbria acerca da razão, da ciência e da cultura em tempos modernos, sobretudo se colocada em paralelo às interpretações filosóficas e sociológicas precedentes ao seu momento de emergência e permanência no cenário das Ciências Sociais.

Assim, os teóricos da Escola de Frankfurt desenvolvem uma análise crítica da sociedade e da cultura sob a lógica do sistema capitalista, com bases epistemológicas na “filosofia crítica” kantiana, na “filosofia

da história” em Hegel e na teoria marxista, tecendo uma releitura destes paradigmas para o entendimento das instituições sociais em tempos de acirramento das contradições do capital.

Neste contexto, o trabalho de Adorno é muito prolífico para adentrarmos no universo da razão iluminista de forma crítica, de modo que a tendência à dominação pelo sistema e o progresso técnico da razão sejam vistos e descortinados pelo próprio exercício da razão. A razão instrumental e a tendência à uniformização do mundo por meio do “conceito” são vistas como práticas nefastas para a verdadeira emancipação do homem. A proposta então é confrontar criticamente as instituições e as práticas que sistematizam esse etos racional, alertando para uma nova forma de apreender o mundo que valorize a verdade particular das coisas em detrimento da padronização.

Na sequência, com a leitura de Habermas, chegamos a uma outra forma de entender a ação humana. Ancorado na mudança de perspectiva da filosofia do sujeito para uma filosofia da linguagem, Habermas chama a atenção para os processos “intersubjetivos” de trocas comunicativas no seio social. Habermas reconhece o poder manipulador e controlador intrínseco à razão instrumental, que é tão criticada por Adorno e Horkheimer, mas complementa essa tese apontando para uma esfera racional de ação comunicativa liberada no “mundo da vida”. O problema apontado por Habermas dá-se quando o mundo “sistêmico” do Estado e do mercado tende a adentrar o “mundo vivido”.

Ao aplicarmos os conceitos discutidos acima a um exercício de leitura crítica da mídia jornalística, concluímos que a razão que se propõe na prática jornalística, muitas vezes, acompanha a lógica instrumental de uma atividade calculada e que, ademais, tende a reproduzir os mecanismos de dominação do sistema capitalista. Nesse sentido, a ação no jornalismo acompanha os passos da evolução do capitalismo e sorve muito de seus mecanismos técnicos. A razão no jornalismo orienta-se por uma classificação dos acontecimentos, por uma categorização do mundo social sob a lógica de um saber formador de conceitos, (re)apresentando a realidade na

medida em que tende a ajustá-la a estruturas de dominação de acordo com interesses diversos, mascarando ou mesmo apagando, discursivamente, as diferenças que se apresentam na vida social.

Ao adentrarmos no paradigma comunicativo, vislumbramos no jornalismo uma instituição que emerge, historicamente, como um espaço de mediação e visibilidade das questões públicas. Com isso, a mídia jornalística canaliza a atenção e o interesse de diversas esferas sociais, desde a sistêmica até a existencial. Atualmente, o jornalismo representa um espaço de luta simbólica entre esferas de poder que visam a influenciar a realidade social. De um lado, setores da máquina estatal e econômicos buscam fortalecer, também pela via midiática, os mecanismos de dominação junto à opinião pública. De outro lado, membros da sociedade civil organizada, por meio dos movimentos sociais, procuram confrontar a dominação e a manipulação exercidas pelo sistema, lutando também por maior visibilidade das causas sociais nos meios de comunicação massivos. Lógico que, dependendo da política-editorial, dos vínculos estratégicos e das tendências ideológicas específicas de cada empresa jornalística, esta balança vai pender mais para um lado do que para o outro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução Marco Antonio Casanova. Revisão técnica Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomos I e II. Altea, Taurus Ediciones, Alfaguara S.A., 1987.

HONNETH, Axel. Teoria crítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Org.) **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

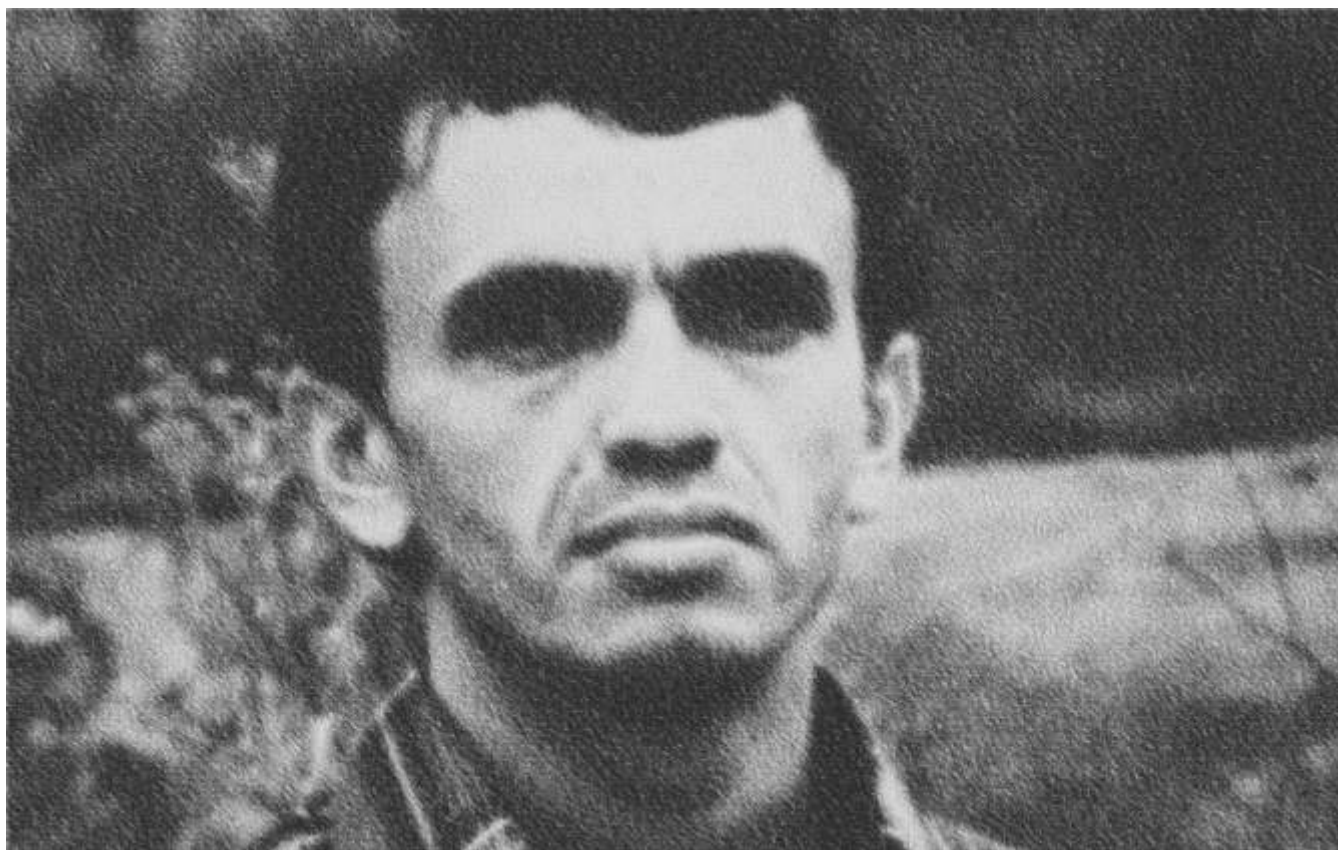
WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.



## RESENHA CRÍTICA

► Maria Clara Figueredo de Souta Durval

# O HOMEM QUE VIROU SUCO



*Pra que serve o operário?  
Pra construir edifício  
Pra que tenha sacrifício  
Pra ganhar pouco salário  
Mas quem faz esse inventário?  
Só pode ser o patrão  
E quem ganha com a produção...  
(...) Pra que serve a natureza?  
Pra criar tudo na terra  
E pra que serve a guerra?  
Pra se conquistar grandeza  
Pra que serve a riqueza?  
Pra má distribuição  
Onde está o erro então?  
Na quantia acumulada...*

**ANDRADE, João Batista de. *O homem que virou suco*. Londres: Embrafilme, Raiz Produções Cinematográficas, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1981. 90 min.**

O filme “O homem que virou suco” foi lançado no ano de 1981 e é dirigido por João Batista de Andrade. Sua crítica é com relação à problemática da migração nordestina para o sul. Retrata a luta vivida pelos migrantes recém-chegados a cidade grande, sofrendo com a falta de documentação, a adaptação e a procura de emprego e moradia.

Na narrativa é contada a história de um poeta paraibano chamado Deraldo, que ao chegar a São Paulo tenta vender seus folhetos de poesia e é confundido com um operário que está sendo procurado pela polícia por ter matado seu patrão. Impedido de vender seus poemas, pois também não tinha documentação, ele vai procurar se adequar a outras formas de trabalho e se ver obrigado a se adaptar ao um novo sistema, que estava passando por uma grande modernização. O nordestino vai se deparar com a humilhação, a intolerância da sociedade com o diferente, ou seja, a desigualdade; com as precárias condições de trabalho e vai ver como o lucro se sobrepõe a arte e a cultura.

Deraldo presencia a situação de outros migrantes que assim como ele fugiram da miséria e da seca, e deixaram suas vidas e famílias para trás sonhando em melhorar a vida daqueles que ficaram. A grande maioria analfabetos que sobrevivem apenas de um salário, sem condições de trabalho, cercados por uma sociedade esmagadora que só visa o lucro. Ele em nenhum momento vai se render as condições de trabalho postas e as imposições do sistema, vai continuar sendo um defensor de sua cultura, de seus valores e de seu povo. Ele sofre com o preconceito, e é visto como marginalizado, fugitivo da polícia, sem identidade e oprimido pelo sistema que espreme o

operário tirando dele sua força de trabalho (suco), deixando apenas o bagaço.

Por trás de toda a narrativa do filme, ele apresenta críticas à sociedade e ao sistema econômico da década, mas que temos como realidade até hoje. Apresenta a concepção de **trabalho** como a base da economia, como atividade coletiva, e como fundante para o ser e mesmo não sendo satisfatório é tido como “socialmente necessário”. Mostra também a alienação do **homem** que se manifesta nas relações de trabalho, entre o trabalhador e seus produtos. É a “exploração do homem pelo homem”, que essa cultura alienada traz deixando de promover a humanização do ser, estimulando regressões, fazendo com que o produto de atividade do trabalhador não mais lhe pertença. As **relações de trabalho** se tornam estranha e opressiva, porque ele tem em troca do trabalho vendido um salário que não supre as necessidades, e é “obrigado” a se submeter a condições precárias, em situação de extrema pobreza e a falta de segurança (pois pagavam pelo material de segurança). E ainda eram pressionados pela ideia de que fora das construções tem um exército industrial de reserva querendo trabalhar no lugar daquele que estiver insatisfeito.

É presente no filme a grande demanda na construção de edifícios, pois com o aumento da violência os burgueses deixam suas mansões e procuram apartamentos, conseqüentemente, aumentando a procura de mão de obra barata e a exploração da natureza, o desmatamento. A sociedade humana tem sua existência ligada à existência da **natureza** (é o objeto de trabalho humano), e a partir do momento em que começa a desmatar e substituir as áreas verdes por edifícios, que é uma realidade mostrada no filme, essa dependência fica comprometida.

“O homem que virou suco” traz uma originalidade e mostra uma triste realidade vivida não só pelo personagem Deraldo, mas por Severino e por tantos outros nordestinos que deixaram para trás a seca, “vidas severinas”, e famílias cheias de saudades e esperança, trazendo consigo o sonho de melhorar de vida. Mas o que chama a atenção do público é a resistência de Deraldo em não querer “virar suco”, do cara que chega a São Paulo; trabalha, luta e passa fome, mas não deixa de ser valente, não abre mão de sua própria identidade e por ela luta até o fim. Mas nem sempre os nordestinos reagem firme como Deraldo, uns acabam completamente loucos assim como Severino, que foi pela sociedade e pelo sistema espremido até virar suco.





# PRODUÇÃO CIENTÍFICA AO SEU ALCANCE



[revista.cbpex.com.br](http://revista.cbpex.com.br)

**CIÊNCIA & COTIDIANO**  
REVISTA CIENTÍFICA

ISSN: 2236-3394